

REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 91^o
Volume LXVI
julho, agosto, setembro
2013



ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Olavo Romano	1º Secretário: Elizabeth Rennó
1º Vice-presidente: Amílcar Vianna Martins Filho	2º Secretário: Patrus Ananias
2º Vice-presidente: Yeda Prates Bernis	1º Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
Secretário honorário: Oiliam José	2º Tesoureiro: Manoel Hygino dos Santos
Secretário geral: Carmen Schneider Guimarães	3º Tesoureiro: Ângelo Machado

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Olavo Romano
Conselho Editorial: Fábio Lucas, Fábio Doyle e Manoel Hygino dos Santos
Editor, Geral: José Bento Teixeira de Salles
Revisão: Pedro Sérgio Lozar
Digitação: Marília Moura Guilherme
Capa: Liu Lopes
Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.
Impressão: Gráfica e Editora O Lutador

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 91º
Academia Mineira de Letras / v. LXVI
Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras
Julho, agosto e setembro de 2013

Fundada em 1922

1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras.

ÍNDICE

Apresentação.....	7
Honra que não se busca, desafio que não se rejeita <i>Olavo Romano</i>	9
Edgar, um intelectual militante <i>Patrus Ananias</i>	15
Nosso pai Edgar, um filósofo de práxis <i>Bernardo Novais da Mata-Machado</i>	29
Centenário de um mestre <i>José Bento Teixeira de Salles</i>	39
José Pedro Xavier da Veiga <i>Otiliano José</i>	41
Sobre a dúvida e o cuidado <i>José Henrique Santos</i>	45
Um intelectual que transpôs fronteiras <i>Albino T. Garcia</i>	59
A filosofia antiga e os literatos <i>Clm. José Geraldo Vidigal</i>	63
Centenário de Rubem Braga <i>Dumilo Gomes</i>	75
A mágica morte de Inês de Castro <i>Manoel Hygino dos Santos</i>	83

Quando fiz sete anos
Luiz Vilela 87

Princesa Isabel
Maria de Lourdes Costa Dias Reis 91

Perfil acadêmico

Retratista fiel da personalidade mineira
Luiz Augusto Moreira 99

A pena de morte
Ubirajara Batista Franco 105

O perfil psicológico de Guimarães Rosa e sua obra literária
Sebastião Abrão Salim..... 109

O conto mineiro

O enterro de seu Ernesto
Rodrigo Mello Franco de Andrade 125

Dois contos
Beatriz Teixeira de Salles 135

O despertar de um povo
José Fernandes Filho 137

Flor do Indaiá
Adair José 139

Cinema

O cinema de gênero e um *western* de John Ford
Paulo Augusto Gomes..... 145

Teatro

O Teatro do Absurdo: precursores

Jota Dangelo 157

Música

A Missa de Réquiem de Giuseppe Verdi

Paulo Sérgio Malheiros dos Santos 167

Artes Plásticas

Genesco Murta

Carlos Perktold 175

Eutanásia

Ubirajara Batista Franco 179

Trajatória

Yeda Prates Bernis 183

Língua Portuguesa

Carlos Alberto da Cruz Quintão 185

Dois poemas

Maria Lúcia Mendes 187

Alguém

Petrônio Souza Gonçalves 189

Flores baldias

Gérson Cunha 191

Minha Donzelinha

Pedro Sérgio Lozar 193

Edições mineiras 195

Apresentação

Este número da *Revista* assinala, com justo realce, o transcurso do centenário de nascimento do inesquecível mestre e amigo, acadêmico Edgar de Godói da Mata-Machado, com três autorizados pronunciamentos: o do acadêmico Patrus Ananias, o de Bernardo Novais da Mata-Machado em nome da família do homenageado e o do presidente recém-empossado da Academia Mineira de Letras, o acadêmico Olavo Romano, em primeiro pronunciamento público após sua eleição.

Registramos, com real satisfação, que esta edição da *Revista* conta ainda com a enriquecedora colaboração dos acadêmicos José Henrique Santos, Oiliam José, Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho, Danilo Gomes e Manoel Hygino dos Santos, além de interessante discurso do presidente Raul Soares, em cópia fornecida pelo historiador e acadêmico Oiliam José.

Merece destaque também a seção “Perfil acadêmico”, com a entrevista do presidente eleito Olavo Romano, além das outras seções habituais e o pitoresco conto de Rodrigo Mello Franco de Andrade, assim como textos de diversos escritores mineiros.

NOTA: a presente edição da *Revista da Academia Mineira de Letras* já estava organizada pelo seu Diretor Executivo, José Bento Teixeira de Salles, quando ocorreu o falecimento do ilustre e inesquecível acadêmico. A Comissão de Redação, em consonância com a Diretoria e com os demais confrades, registra as condolências à família e o pesar em face da tão lamentável perda. O órgão literário e cultural da entidade manteve seu espírito e sua regularidade graças à apaixonada dedicação de José Bento.

Fábio Lucas, pela Comissão

Honra que não se busca, desafio que não se rejeita*

*Olavo Romano***

Sensibiliza-me o coração que minha primeira fala oficial como presidente da Academia Mineira de Letras se dê na abertura desta sessão em homenagem à memória do inesquecível professor Edgar de Godói da Mata-Machado, cujos dados biográficos encerrarão estas minhas palavras.

Permitam-me inicialmente registrar significativa coincidência: há exatos 61 anos, Guimarães Rosa despertava na Sirga, fazenda de seu primo Francisco Guimarães Moreira, aonde chegara na véspera e permaneceria até o dia 19, quando saiu com a boiada, numa viagem de nove dias até a fazenda São Francisco, em Araçai. O copioso material reunido naquelas duas semanas enriqueceu sobremodo a produção do genial autor, e revela o esmero e o afincamento com que ele trabalhava. Quando, certa vez, lhe elogiaram o talento, Rosa respondeu: “Talento, pois sim. Mas trabalho, trabalho, muito trabalho”, receita que serve a todos nós, obreiros das letras.

Na Sirga, onde Manuelzão regia vaqueiros e muitas cabeças de gado, o São Francisco recebe o “de-Janeiro, quase só um rego verde só”, lugar onde, por primeiro, Riobaldo encontra Diadorim, “um menino bonito, claro, com a testa alta e os olhos aos-grandes, verdes”. Por ali, fica

* Discurso pronunciado na sessão solene da AML, em comemoração do centenário do saudoso acadêmico Edgar de Godói da Mata-Machado, no dia 14 de maio de 2013.

** Escritor, presidente da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 37).

também a capelinha, cenário da “Festa de Manuelzão”, junto à qual o vaqueiro-chefe enterrara sua mãe, inaugurando bizarro cemitério no ermo do sertão.

Enquanto reunia o gado bravo, Zito, “o cozinheiro melhor mais o maior guieiro – e dado em poeta”, no dizer de Rosa, não o animou a acompanhar a boiada. Ao contrário, predisse: “Aquilo é um navio de trabalhos!”

Senhoras, Senhores, prezados confrades.

Presidir a centenária Casa de Alphonsus e de Vivaldi é honra que não se busca, desafio que não se rejeita. Mas, certamente, não será um navio de trabalhos. Por caminhos misteriosos, chego a esta nobilíssima posição. Grato pela confiança de meus pares, coloco-me a serviço dos ideais de nossos fundadores, periodicamente atualizados, mas sem desvio do lema *Scribendi nullus finis* – o incessante exercício da palavra como expressão mais alta do bom e do belo.

Reverente aos que nos precederam, repasso, em abreviado sobrevoo, a longa história de nossa Casa, plena de idealismo, dedicação e de não poucas vicissitudes.

Na noite de 25 de dezembro de 1909, os doze fundadores, com destaque para Machado Sobrinho, Belmiro Braga, Dilermando Cruz e Amanajós de Araújo, após quatro horas de animadas discussões na Câmara Municipal de Juiz de Fora, instituem a Academia, que logo se enriqueceu com a escolha de mais dezoito intelectuais, “representativos do que de melhor existia entre a elite cultural de Minas Gerais”, como lembra Vivaldi. No seletto grupo figuravam Nelson de Senna, Alphonsus de Guimaraens e Carlos Góis, além de outras influentes personalidades.

Transferida para Belo Horizonte em 1915, foi sucessivamente presidida por Álvaro da Silveira, Mário de Lima, Noraldino Lima, Carlos Góis, João Lúcio Brandão, Navantino Santos, até que, em 1930, Aníbal Mattos assume a presidência e “tenta reorganizar a entidade e dar-lhe pouso definitivo”. Este, porém, só chega em 1943, na presidência de Mário Casasanta, cujo amplo prestígio traz de volta a antiga importância da Academia. Heli Menegale, graças a suas relações com o prefeito

Octacílio Negrão de Lima, consegue enfim a almejada sede própria, no sexto andar do edifício na Rua Carijós, 150. Dispondo, também, de razoáveis recursos financeiros, acrescidos de subvenções do poder público, “pôde até distribuir Prêmios Literários, pagar jetom de presença aos acadêmicos e editar alguns números da *Revista*, pela Imprensa Oficial.

Acadêmicos atuantes e reconhecidos por seus predicados intelectuais, como Mário Casasanta, Mário Matos e Heli Menegale revezam-se na direção da Casa, emprestando brilho incomum à Academia.

Vivaldi Moreira, que nela ingressara em 1959, chega em 1969 a vice-presidente, sucedendo a Martins de Oliveira em 1975. No seu discurso de posse, afirmou não se conformar com a honraria “enquanto não der a esta Casa uma sede ao rés-do-chão”. Sua luta, obsessiva e incessante, dura 12 anos e só termina em 1987, com a doação, em comodato, do palacete que nos abriga, mais o lote ao lado, onde se edificaria o Auditório. O inspirado projeto de Gustavo Penna instaura instigante contraponto face ao palacete Borges da Costa, dando ao conjunto as condições de um autêntico centro cultural, que buscaremos implementar.

Murilo Badaró, que sucedeu ao Presidente Perpétuo, falecido no exercício da presidência, comandou a animada agenda do centenário, marcou a Academia com sua presença forte e obteve importantes apoios, graças ao prestígio pessoal e devotamento à missão.

Miguel Augusto Gonçalves de Souza, em apenas três meses, manteve a chama acesa em suas mãos honradas, embora já muito débeis.

O presidente Orlando Vaz, a quem tenho a honra de suceder, colocou em pauta o desafio da autonomia financeira, propondo a retomada do projeto imobiliário, idealizado por Vivaldi. Agradeço-lhe, presidente, pelas muitas gentilezas a mim dispensadas e, especialmente, por haver conduzido nossa nau em segurança.

Superando receio de divisões entre acadêmicos, vivemos raro e estimulante competição, numa processo “cheio de alternativas”, como diria a crônica esportiva, alcançando a desejada convergência.

Na diretoria ontem empossada, tenho a companhia de Amílcar Martins, Yeda Prates Bernis, Carmen Schneider Guimarães, Oíliam José, Elizabeth Rennó, Patrus Ananias, Márcio Garcia Vilela, Manoel Hygino

dos Santos e Angelo Machado. A cada um, a cada uma, muito agradeço a disponibilidade e compromisso. Juntos, nos empenharemos na busca de parcerias que propiciem os recursos essenciais à subsistência de nossa Academia e sua crescente inserção na vida da cidade, abrindo seus qualificados espaços e oferecendo a privilegiada localização para a realização de atividades artísticas e culturais. Especial atenção será dedicada à criteriosa avaliação de seu rico acervo, com as indispensáveis providências de preservação e recuperação antes de se permitir sua utilização por estudantes e professores.

Buscaremos parceiros que, em sintonia com estes objetivos, se disponham a caminhar conosco, nos próximos três anos, rumo a novos portos, embalados por ventos propícios. Rota traçada, alinhados à nossa estrela-guia, levantaremos âncora abertos às boas surpresas da viagem, pois como ensina o compositor popular na música *Timoneiro*, não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar.

Depositários de sonhos e esperanças, guardiães da herança recebida, reverenciamos a memória dos que nos antecederam – nas cadeiras da Academia e na vida de cada um de nós.

Penso com gratidão na minha avó paterna, uma mulher corajosa e visionária que ouvindo, sorrateiramente, as aulas do mestre-escola para os irmãos, aprendeu a ler escondido do pai, escrevendo com espinho de laranjeira em folha de bananeira, erigindo o saber como herança maior de nossa família.

Com a indispensável contribuição dos caríssimos acadêmicos, com a fraterna, solidária e valiosíssima dedicação dos companheiros de diretoria, empenharemos o melhor de nosso tempo, de nossos esforços e esperanças para o soerguimento da nossa Academia Mineira de Letras, colocando-a cada vez mais a serviço dos amantes da literatura, das artes e da cultura.

É o que prometemos – pelos que nos precederam e pelos que nos sucederão.

Obrigado.

A PRESENÇA DO MESTRE

Apresentamos, a seguir, os dados biográficos que ressaltam a figura do ilustre homenageado.

Cem anos após seu nascimento, em Diamantina, Edgar de Godói da Mata-Machado – jornalista, professor, jurista, filósofo, político e, sobretudo, exemplar militante católico – continua vivo entre nós, com a perenidade das grandes figuras humanas. Aluno seu na antiga Faculdade Mineira de Direito – naquele tempo, simplesmente “Católica”, em contraposição à “Federal” – integrante da Ação Católica, do Partido Democrata Cristão e da Ação Popular, tive no querido Professor Edgar um exemplo, um estímulo, alto paradigma de conhecimento, de conduta e vivência dos mais autênticos valores humanos.

Numa época em que as esperanças e urgências da juventude se manifestavam com especial veemência, admirávamos a inalterável serenidade de sua presença: contido, afável, a frase sempre exata, em poderoso tom, cada palavra escandida para traduzir com precisão conceitos do Direito e da Filosofia buscados em Aristóteles e São Tomás para a edificação de uma sociedade justa, cristã e fraterna, sempre em construção, sempre perfectível.

Na ebulição dos anos 60, nas tensões da Guerra Fria, buscávamos no Cristianismo a inspiração para atuar no mundo. Movidos por generoso fervor, a gente se emocionava com os poemas de Péguy, os candentes escritos de Léon Bloy, “o peregrino de Deus”, os ensinamentos e a história de Jacques e Raissa Maritain, a incessante busca da verdade e partilha de valores transcendentais, temperados em meio à lembrança dos sofrimentos da Guerra e do Holocausto. Emocionava-nos a vida de Charles Foucault e seus Irmãozinhos de Jesus, comunidade em que os Maritain terminariam seus dias, em recolhimento e oração. *O Pequeno Príncipe* era citação obrigatória, principalmente o diálogo da raposa com a rosa e o rei que, não podendo alterar a natureza, satisfazia o soberano desejo de ver repetidamente o sol se pôr simplesmente mudando a cadeira de lugar. Mas fascinavam-nos também as reflexões de *Cidadela* e *Voo Noturno*, os desafios da aventura humana, Mermoz lutando pela

sobrevivência nos Andes gelados e o inesquecível resumo de Exupéry: “O que ele fez, bicho nenhum, só o homem era capaz de fazer”.

O *Diário de um Pároco de Aldeia* nos comovia, mas nosso secreto orgulho era saber que o Professor Edgar, tão presente em nosso existir diário, era o tradutor e fraterno amigo de Bernanos, refugiado em Barbacena, no frio da Mantiqueira. Inspiravam-nos, também, as polêmicas entre Corção e Jakson Figueiredo, a luminosa figura de Tristão de Atayde, o humanismo de Mounier. Padre Lebret, dominicano como o incomparável Frei Mateus, nos dava o “ver, julgar e agir” como ferramentas para melhorar o mundo. De Merton, leitor de Jorge de Lima e Manuel Bandeira, e correspondente de Dom Helder, citamos sempre *Ascensão para a verdade* e *Homem algum é uma ilha*, alguns de nós carregavam a enorme *Montanha dos Sete Patamares* mais citada do que lida.

Nesse mundo de vidas tão intensas, muitos se despojavam dos bens materiais, refugiando-se em claustros, mosteiros e comunidades cuja proposta era a busca do cristianismo mais radical. Alguns almejavam – nada menos – que a santidade, e Charles Foucault, por exemplo, está no caminho, beatificado que foi em 13 de novembro de 2005.

Nosso querido Professor Edgar atuou ardentemente em amplas frentes da atividade humana, deixando em cada uma sua marca inconfundível. Como político, assinou o *Manifesto dos Mineiros*, foi cassado pelo regime militar que infligiu a ele, à sua família e à legião de amigos, a dor pungente de ver ceifada, no pórtico da maturidade, a vida de José Carlos.

Nesta noite memorável em que a límpida lembrança de Edgar de Godói da Mata-Machado ressurgiu, vívida, em nossos corações, a Academia de Letras, que ele tanto honrou, se rejubila pelas justíssimas homenagens que lhe prestam amigos e familiares, sob a inspiração do fraterno confrade Patrus Ananias e com o indispensável depoimento de Bernardo Novais da Mata-Machado, admirável estudioso da História e da cultura de Minas, meu querido amigo e colega na Fundação João Pinheiro. Com eles, certamente evocaremos lampejos de uma existência exemplar, cujo precioso testemunho inspira e ilumina nossas vidas.

Com a licença de Dona Yedda e de seus filhos, nos juntamos à família do Professor Edgar, abrigados sob a poderosa aura de sua humanidade transcendida.

Edgar, um intelectual militante*

Patrus Ananias de Sousa **

Revisitei, com renovadas emoções, a obra do professor Edgar de Godói da Mata-Machado. Reli textos admiráveis escritos ao longo de sua vida fecunda: jornalista, professor, pensador do Direito, ensaísta e militante político. Tradutor primoroso de obras que cobrem um arco que vai do *Diário de um pároco de aldeia*, de George Bernanos, a *A filosofia do governo democrático*, de Ives Simon, passando por *Arte e poesia* e *Sobre a filosofia da história*, de Jacques Maritain, além de muitas outras.

Se a obra literária e cultural do professor Edgar é da maior relevância para Minas e para o Brasil, constatei, mais uma vez, que a sua obra-prima, construída na alegria e no sofrimento, na dor e na esperança, foi a sua própria vida. Aliás, as duas – obra e vida – se complementam na coerência admirável que unia o seu pensamento à sua ação, esta sempre reflexiva. Punha em prática os valores e virtudes em que acreditava. Assim, mestre Edgar foi um homem bom e justo. Alcançou os níveis mais elevados da sabedoria. A justiça foi para ele uma estrela-guia na melhor tradição de Aristóteles, de Tomás de Aquino, de Jacques Maritain, da Doutrina Social da Igreja, vale dizer, na melhor tradição fundada por Jesus de Nazaré e vivenciada, ao longo dos séculos, pelos que têm fome e sede de justiça.

*Proferido no dia 14 de maio de 2013, na sessão solene da Academia Mineira de Letras, pelo centenário do nascimento do saudoso acadêmico Edgar de Godói da Mata-Machado.

**Professor, escritor, ex-prefeito de Belo Horizonte, acadêmico (cadeira nº 39).

Professor Edgar, na sua existência entre nós, foi uma personalidade una e múltipla. Era rigorosamente uno na sua integridade e fidelidade aos princípios que bem ordenaram sua vida desde os tempos de seminário em Diamantina. Pensou e viveu desde então a liberdade, a democracia, os direitos da pessoa humana, a justiça social; a causa dos trabalhadores, dos pobres, dos oprimidos. Sempre se colocou, não simplesmente contra, mas em posição de enfrentamento a todas as formas expressas ou veladas de ditadura ou opressão.

Não se deixou levar pelo canto da sereia, tão sedutor naqueles tempos do integralismo. O combate ao nazifascismo é a linha unificadora do *Memorial de ideias políticas*, onde estão os textos por ele publicados em *O Diário*, jornal católico, nos anos 1941 a 1944.

Na mesma linha se opôs à ditadura do Estado Novo; nunca aquiesceu às ditaduras, pretensamente católicas, de Franco e Salazar.

Defrontou-se com o comunismo no plano devido: crítica vigorosa ao totalitarismo político, crítica ao ateísmo como princípio e razão de Estado, por ser forma paradoxal de negar o caráter laico do próprio Estado e, finalmente, desencanto com as formas de controle do povo, sem falar na manipulação do conhecimento e da informação. Ao contrário da lógica perversa do capitalismo, não condenava o comunismo em sua totalidade, pois reconhecia, com Jacques Maritain, que o marxismo se insere na tradição do iluminismo e, por isso, estava comprometido com o imenso, talvez interminável esforço de emancipação do gênero humano. E não há como negar que a libertação do ser humano de todos os seus cativos é uma ideia enraizada na virtude da esperança.

É verdade também que, no contexto da Guerra Fria, considerava a militância anticomunista como uma das metamorfoses do integrismo religioso ou, pura e simplesmente, do fascismo. E denunciava a violência visceral que animava o anticomunismo em seus embates políticos, tornando-o paradoxalmente um stalinismo às avessas.

Íntegro nas suas convicções e, a partir delas, tomando “sempre a posição de suas ideias”, seguindo a orientação de Milton Campos, Edgar, como vimos, foi um homem múltiplo nas suas ações. Em todas elas manteve uma linha unificadora – as causas pelas quais vivia, pensava e

combatia. Edgar foi um pensador, um escritor, um intelectual militante. Demorei a fixar-me nesse termo – “militante”. Pensei em outros igualmente presentes em sua obra – “apostolado”, “testemunho”. Militante era-lhe uma palavra, pelo menos, simpática. Ele a emprega ao mencionar o irmão Fausto, “militante estudantil na juventude”. Na conferência “Catolicismo e Política”, à qual nos ateremos um pouco mais à frente, fala de uma exigência que se endereça de modo especial “ao militante objetivo”. Distingue a Igreja militante da Igreja triunfante. Referiu-se a si próprio como “militante político”. A partir, sobretudo, de 1964, pós-golpe, a ação política de Edgar leva-o, na radical fidelidade à sua fé religiosa, a estabelecer novas e crescentes relações ecumênicas e seculares. Optei, então, pelo termo “militante”.

Retomemos, então, o jornalismo, que Edgar exerceu como profissão e missão por mais de dez anos. Vimos algumas diretrizes que o nortearam nos anos da grande guerra. Enfatizemos um aspecto: a adesão incondicional à causa dos países aliados. Para ele, era uma guerra justa em face do expansionismo bélico do nazismo. Instigante ver um cristão, no sentido mais profundo e evangélico do termo, naquele contexto histórico de gravíssimas ameaças à civilização no que ela sofridamente construiu de melhor ao longo dos séculos, dos milênios, defender a guerra total e a participação do Brasil: “O mundo está empenhado em uma guerra total (...). A guerra total exige a participação total. E a nossa guerra, a do Brasil, nada tem a ver com uma coisa particular, não é intervenção do Estado Novo, por exemplo, é participação no seu melhor sentido”. Convoca, além dos bravos da Força Expedicionária Brasileira, todo o povo brasileiro a participar da guerra: “Os brasileiros vão à guerra (...) vamos à guerra (...) no momento em que uma nação entra em guerra ao povo competirá fazer a guerra”.

Emerge das páginas do *Memorial*, e perpassa toda a sua obra, uma crítica contundente ao capitalismo. Edgar queria ver, sobre os escombros da guerra, emergir uma nova civilização que, liberta de todas as formas de opressão política, se libertasse igualmente da opressão econômica, inclusive do capitalismo de Estado implantado pelo comunismo. Edgar, em perfeita sintonia com as diretrizes mais nítidas e permanentes dos

ensinamentos de Jesus, não podia admitir como permanente uma sociedade que fez do capital, do dinheiro, dos bens materiais a sua referência fundamental, acima da própria dignidade da pessoa humana. Não defendia o fim da propriedade privada, antes pelo contrário, como veremos, nem mesmo o fim da livre iniciativa, da economia de mercado. Queria, como muitos de nós, seus discípulos, continuaremos querendo e pelejando, que a propriedade e os negócios estejam subordinados às exigências superiores do direito à vida, da efetiva aplicação dos direitos humanos, que são hoje os direitos fundamentais da nossa Constituição, do bem comum.

No *Memorial de ideias políticas* fui marcando as referências críticas ao capitalismo. Na décima-quinta referência considereei desnecessário continuar...

Lembremos algumas: “As indústrias de guerra sofrerão uma solução de continuidade súbita, no momento em que vier a paz. Então, o mundo se verá novamente a braços com a questão que o capitalismo suscitou: a questão social. Libertação da necessidade é libertação dos problemas que o capitalismo criou: desemprego, miséria, fome. Libertação da necessidade não será libertação do capitalismo?”

“O verdadeiro e primário fim da produção econômica não é o lucro (capitalismo), mas a satisfação das necessidades do homem (cristianismo social)”.

Mestre Edgar, fazendo uma perfeita distinção entre direito de propriedade e direito à propriedade, usa fina ironia para confrontar o sistema que fez do dinheiro a sua referência absoluta: “Atribuiu-se ao capitalismo exatamente um ‘crime’ que ele não comete: o de ser amigo e defensor da propriedade. Quando não há maior inimigo da propriedade que o capitalismo. É sob o regime capitalista que não há propriedade (...). A distribuição de propriedade, em regime capitalista, como a distribuição da riqueza, em geral, se caracteriza pelo fato de que, em regime capitalista, não há distribuição, mas absorção ...”

A leveza do humor irônico, que trabalha as possibilidades enigmáticas do paradoxo, alterna-se com a enunciação da palavra profética: “A civilização de hoje é capitalista. É o problema central do mundo moderno

– o problema da ‘nova ordem’, do ‘novo mundo’, pois o mundo moderno está em liquidação – consiste, nem mais nem menos, em derrubar a ordem capitalista...”

Afasta-se, ou é afastado, do *Diário* em fins de 1944. Veio a exigência de que ele não continuasse como redator-chefe, nem assinasse o suelto de primeira página. “Censura incontestável”, foram suas palavras para definir aquele procedimento ditatorial.

Tornou-se, na sua própria expressão, “repórter político militante” de *O Globo* e do *Diário de Notícias*. Publicou crônicas, melhor diria pequenos e densos ensaios, no suplemento dominical do saudoso jornal *Correio da Manhã*, a convite do ensaísta e crítico literário Álvaro Lins.

A restauração democrática que ocorre com o afastamento do presidente Getúlio Vargas em 1945, e a Constituinte de 1946, trouxe Edgar para o campo da política partidária, para o difícil exercício do poder. Com suas inevitáveis ambivalências a exigir redobrada lucidez. Em 1947 assume a chefia da Casa Civil – corresponde hoje à Secretaria de Governo – do governador Milton Campos. Inicia-se nesse período o tempo em que “passou antes a exercer que a pensar a atividade política”. Foi uma experiência que o marcou profundamente. Basta recordar que ouvi dele, e certamente outros amigos também ouviram, que Jacques Maritain, Milton Campos e José Carlos Novais da Mata-Machado foram as suas três grandes referências políticas. Personifica em Milton Campos todo o ideário que absorveu de Simone Weil e pôs na epígrafe do seu livro *Direito e coerção*: “Esforçar-se, cada vez mais, no mundo, para substituir a violência pela não violência eficaz”. Para o professor Edgar, “Milton Campos nos ensinou, principalmente, aquilo que viria a inspirar todo o nosso esforço pela libertação: justiça e não violência ativa”.

O respeito e a admiração pela pessoa que ele chamou de “grande líder” estendem-se às realizações do seu governo – além dos compromissos republicanos: “Modesto como convém à República e austero como é do gosto dos mineiros”, “governo mais da lei do que dos homens, da sensibilidade social: o trabalho é, modernamente, uma das bases da própria organização jurídica, de tal modo que se acentua hoje a fixação desse novo fundamento de nossa organização, ao lado e mesmo acima do

conceito elástico de propriedade”. Edgar via, além dessas dimensões, importantes realizações materiais, ao lado dos estudos que fundamentaram o Plano de Recuperação Econômico e Fomento da Produção. Essa leitura positiva do governo Milton Campos, também no aspecto das atividades práticas, encontra sólida confirmação no excelente texto “Milton Campos, a política como moderação”, do professor Otávio Soares Dulci, estudo crítico e de apresentação do livro *Memória política de Minas Gerais – Milton Soares Campos*, organizado por Fádua Maria de Sousa Gustin e Luciana Murari.

Elegeu-se deputado estadual em 1950 e esteve na Assembleia Legislativa de Minas até 1954. Edgar considerava “Catolicismo e política”, que se tornou capítulo do livro *O cristão e a cidade*, uma síntese do seu trabalho político-legislativo nesse período. Trata-se de um texto de grande importância para compreender o pensamento e a prática política, sua dimensão de militante reflexivo da política. Edgar trabalha sobre quatro pontos: processo eleitoral, ascensão da classe operária, liberdade de informação, ameaças de clericalismo ou purificação de métodos.

Quando trata do processo eleitoral, coloca-nos diante de questões importantes. Em alguns pontos seguramente já avançamos, outros continuam a nos desafiar. O texto é de junho de 1958: “Quantas vezes temos ouvido alusões às máquinas eleitorais. A ‘militança’ política ensinou-nos conhecê-las de perto. (...) A influência que se faz sentir, com mais vigor é, sem dúvida, a do dinheiro (...). É tudo uma rede de compromissos, de transações, de compensações, cuja base, em regra, está no dinheiro, na vantagem pessoal, no lucro individual, em suma, na exploração do povo, dirigida ao que ele tem de mais sagrado, que é o direito de escolha dos seus governantes”.

Mas, assim como hoje, Edgar via os “sinais dos tempos”, os sinais da esperança: “Algo de novo, entretanto, começa a impor-se à observação política. É a tomada de consciência da massa proletária urbana, vanguarda da ascensão do operariado à sua idade adulta ...”

Edgar levanta outro tema de forte impacto nos dias atuais. Questiona a propaganda política e o controle das comunicações pelo Estado,

principalmente o Estado totalitário. Denuncia o monopólio que “sobre os sistemas de comunicação exercem governos, partidos, organizações econômicas poderosas”.

Há nesse texto uma passagem admirável que bem expressa a fecunda relação dialética entre os princípios e as “condições objetivas da realidade” que norteava as suas reflexões e militância política: “Ciência, arte e virtude do bem comum, a política pede conhecimento, pede habilidade ou habilitação técnica, pede prudência (...). A ação política deve exercer-se num meio determinado, em tempo limitado, em face, às vezes, de circunstâncias imprevistas. Quantos desvios e deformações de mentalidade se explicam (quase se justificariam), pela falta de conhecimento exato de uma dada conjuntura! (...) Impossível atuar politicamente, no Brasil, deste e dos próximos dias, sem um conhecimento de sua realidade”.

Uma instigante experiência sobre a qual sempre falava com entusiasmo foi o Movimento Político Popular, uma organização suprapartidária fundada no início de 1954, que tinha entre suas finalidades trabalhar pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas; pela ascensão dos membros da classe operária, das cidades e dos campos, a condições de vida consentâneas com a dignidade e igualdade da natureza da pessoa humana; instauração de uma economia baseada nas exigências naturais do homem, na dignificação do trabalho e sua implantação, na ordem jurídica, como fonte de direitos superiores aos que decorrem da simples propriedade privada ou da supremacia do capital; recusar qualquer compromisso com o regime capitalista; pleitear junto aos representantes do povo e das autoridades a reforma agrária e uma série de pleitos referente ao acesso à propriedade para os mais pobres, que podemos sintetizar no princípio da função social da propriedade.

A relação dos fundadores do movimento é extremamente elucidativa do seu caráter democrático e popular; nela encontramos professores, funcionários, ambulantes, pedreiros, carpinteiros, advogados, bancário, mecânico, taquígrafo, estudante, engenheiro, químico, dentista, motorista, serrador.

O presidente do Movimento Político Popular, o dentista Leopoldo Garcia Brandão, foi eleito vereador em Belo Horizonte em 1954.

O início dos anos 1950 é também o começo da carreira de Mata-Machado – magnífica carreira! – de professor universitário da área do Direito. Lecionara antes nas Faculdades de Filosofia que integrariam depois as Universidades Federal e Católica de Minas Gerais. Foi professor de Direito na Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica, da qual foi um dos fundadores, e na Faculdade de Direito da UFMG. A carreira de professor foi acompanhada pela publicação de *Contribuição ao personalismo jurídico*, em 1953, livro com o qual concorreu à livre-docência da cadeira de Introdução à Ciência do Direito. Em 1956 obteve a cátedra com a tese “Direito e coerção”, que foi publicada no ano seguinte, tornando-se obra de referência. *Elementos de Teoria Geral do Direito*, o livro das aulas para os iniciandos do curso de Direito, foi publicado, a primeira vez, em 1972.

Sobre esses livros e o pensamento jurídico do Professor Edgar tratei no meu discurso de posse nesta Academia, quando tive a honra e a responsabilidade de assumir a cadeira que ele ocupou.

O tempo não me permite debruçar-me novamente sobre essas obras, lançando sobre elas, quem sabe? um novo olhar, 20 anos depois.

Importa registrar, entretanto, que *Contribuição ao personalismo jurídico* é, nas palavras do professor Edgar, “livro entre cujos fundamentos se acha a Declaração Universal dos Direitos do Homem”. Sabemos da importância que teve a declaração na vida intelectual e militante de Edgar. Entre os autores do histórico documento estava Jacques Maritain, que nele se referenciou para escrever *O homem e o Estado*. *Contribuição ao personalismo jurídico* foi reeditado em 1999 pela Editora Dei Rey, com alentado prefácio da professora Elza Maria Miranda Afonso e texto de apresentação do professor José Edgar Amorim Pereira.

Direito e coerção, igualmente reeditado pela Unimarco, de São Paulo, em 1999, graças ao empenho do professor e filósofo Marcelo Perine, é a obra que melhor expressa o pensamento jurídico de Edgar Mata-Machado, no plano filosófico. Tese ousada para confrontar o positivismo jurídico: a coerção não é elemento imprescindível da norma jurídica. “A essência do

Direito é a liberdade, não a coerção. (...) Diremos, pois, que a nossa tese é mais uma tentativa de situar a coerção, não de a suprimir. E situando-a, ao que nos parece, em seu lugar próprio, a valorizamos e defendemos.”

Aqui um registro muito especial: *Direito e coerção* é dedicado a Yedda, “por seu estímulo permanente e sua infatigável cooperação”; noivado em 1939, casamento em 1940, sete filhos, aos quais acresce Dori, o filho de José Carlos que os avós acolheram e criaram. Casa sempre aberta aos amigos e jovens militantes, tive a alegria de ser um deles. Dona Yedda é solidária coautora em todas as realizações e acolhidas do nosso mestre.

Edgar era um pensador, um sofisticado filósofo do Direito. Mas aqui também manifesta-se a sua dimensão de militante. Como em tudo na vida, ele tinha lado: “A posição de suas ideias (...) nunca deixei de manifestar as posições por mim adotadas”. Era absolutamente fiel aos princípios espirituais e religiosos, a partir dos quais ordenava a sua vida-pensamento e ação. Sabemos que o Direito Natural ou a Lei Natural é um dos pontos mais polêmicos nos estudos da Introdução, da Ciência, da Teoria e da Filosofia do Direito. Afirmava suas convicções: “Diremos que um ordenamento jurídico não pode contrariar a lei natural, sob pena de ser destituído de validade e de ter sua eficácia dependente do mero arbítrio da força (...) sustentamos que o Direito deve estar subordinado à Moral”.

Ao mesmo tempo em que expressa as suas convicções – como podem e devem fazê-lo os herdeiros de outras tradições! – Edgar jamais perde a dimensão da realidade, ponto de convergência de diferentes visões de mundo. Partindo do conceito de *debitum*, coisa devida, aquilo que é, desde o início, devido ao ser humano, chega ao Direito Natural, “cujas conclusões e determinações irão constituir a lei positiva, não à maneira de um decalque de normas engendradas pela pura razão, como imaginavam os jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII, mas nascidas da experiência e das condições concretas da vida em sociedade.

“Assim é que a própria lei a que Tomás de Aquino chamava ‘humana’ em oposição à natural pode ser o resultado das sucessivas e muitas vezes penosas descobertas do que é devido ao homem, histórica e

existencialmente considerado, não mero fruto de uma abstração ou de uma 'essência', cujas virtualidades se confinassem nos limites de um céu platônico”.

A militância político-partidária ou o exercício da vida pública na perspectiva dos gregos – Aristóteles, na vida intelectual, Péricles, na vida prática – tradição esta bem acolhida e desdobrada pelo melhor da tradição cristã era, para ele, mais do que um desafio, uma realização pessoal. Gostava da política. Nos arquivos sempre escorregadios da memória, consta-me que foi o professor e ex-deputado Cássio Gonçalves, amigo dos mais próximos e constantes do mestre Edgar, que primeiro me chamou a atenção para a sua forte vocação política. Citava com prazer o notável e profético Pe. Lebre: “Depois da Ação Católica, a tarefa mais nobre é a da ação política (...). A política está no cume das ciências, das artes e, para empregar uma palavra fora de moda, das virtudes; ela é, cumpre lembrar, a ciência, a arte e a virtude do bem comum (...). A Política é a mais alta disciplina depois da Teologia; a ambição política é a mais nobre, depois da ambição apostólica (...) apenas os maiores aceitam o pesado fardo do setor político.”

Os primeiros anos da década de 1960 vão encontrá-lo como secretário de Estado do governador Magalhães Pinto, ocupando inicialmente as Secretarias da Educação e da Fazenda, firmando-se definitivamente perante a História na Secretaria de Trabalho e Cultura Popular por ele mesmo fundada.

Aí foi encontrá-lo o golpe de 31 de março/1º de abril de 1964. Vive, a partir de então, desde os primeiros momentos que levaram ao fim o regime constitucional sob a Carta de 1946, um dos capítulos mais sublimes de sua notável trajetória. Compartilho o que ele me disse em uma de nossas boas, às vezes longas, inesquecíveis conversas que tivemos na sua casa ou na Editora Vega, onde trabalhamos juntos. Disse-me ele que, na primeira conversa com o governador, antecipou a sua saída dizendo que ele, Edgar, representava no governo a juventude e os trabalhadores. No momento em que suas principais lideranças e militantes eram perseguidos, outro caminho não lhe restava que posicionar-se ao lado deles. Posteriormente, quando da visita que recebeu do governador,

interrompeu-lhe os motivos que o levavam a afastar-se do governo e acrescentou: “Eu fico com as posições do meu filho”, na época aluno do primeiro ano da Faculdade de Direito da UFMG.

Assumiu com bravura o seu lugar no campo dos que se opunham à prepotência e à impostura dos que tomaram pela força o comando do país. Elegeu-se deputado federal em 1966 pelo MDB. Cumpriu em menos de dois anos um mandato exemplar. Disse na entrevista à revista *Vozes* (ano 75, junho/julho 1991, n. 5): “Fui cassado porque exerci o mandato”. Pronunciou na Câmara dos Deputados três discursos antológicos, belíssimos na forma, fortes no conteúdo. Esses pronunciamentos históricos integram o *Memorial de ideias políticas* e traduzem a sua admirável coerência: “Pretende-se, antes de mais nada, atrelar o Brasil à civilização ocidental capitalista. De minha parte fico feliz por não ver, na elaboração ideológica dos contrarrevolucionários de 1964, alusão à civilização ocidental cristã, pois o abuso do termo ‘cristão’, a identificação entre o cristianismo e a civilização ocidental capitalista chegam a ser algo a que não hesito chamar verdadeiro sacrilégio”.

O Ato Institucional nº 5 o atingiu em todas as frentes. Teve o mandato cassado, os direitos políticos suspensos, foi aposentado compulsoriamente como professor da Universidade Federal, impedido de lecionar na Universidade Católica. Em 1973, José Carlos foi assassinado, sob torturas, na prisão.

Edgar não havia completado 56 anos quando o Ato Institucional nº 5 cortou-lhe a carreira política e de professor. Daí o título que Alceu Amoroso Lima deu a um de seus dois artigos sobre o *Memorial*: “Ave ferida em pleno voo”. Ao outro intitulou: “Uma grande voz de Minas”.

Conheci Edgar no tempo do “exílio” que a ditadura lhe impôs em sua própria pátria. Julho de 1969...: guardo no coração e na memória. Acompanhei o tempo desta nova e estranha militância – a militância pelo silêncio. Edgar permanecia atento e solidário com as grandes causas do povo brasileiro e da humanidade. Lembro-me bem da sua amorosa adesão à Declaração dos Direitos dos Povos.

A vocação militante e rebelde em face do arbítrio e da violência levou-o ainda, nos “anos de chumbo”, a se contrapor aos desmandos da

ditadura quando do assassinato de José Carlos. O relato feito à *Vozes* mostra, dia após dia, não obstante o tremendo sofrimento, as enérgicas providências tomadas, ainda que muitas vezes enfrentando a frieza, a indiferença e o escárnio dos algozes do filho. A Anistia, que queríamos ampla, geral e irrestrita para todos os perseguidos e vítimas da ditadura e que não alcançasse os torturadores, veio em 1979. Reintegrado e homenageado pela Universidade Federal de Minas Gerais, profere o discurso que intitulou “Ação popular pela justiça e a liberdade”. É uma oração primorosa. Recupera os anos da ditadura que o atingia tão dura e diretamente. Presta uma afetuosa homenagem a esta Casa. “Não podendo votar nem ser votado, abrem-se para mim as portas da Academia Mineira de Letras, 1973.” Mas logo, a 28 de outubro daquele ano, “o grande choque. Meu filho, José Carlos, depois de haver cumprido oito meses de prisão (São Paulo, 1969) por ter participado do Congresso Estudantil de Ibiúna e após ser absolvido em dois outros processos (...) é morto, sob tortura, em Recife”.

Cita Léon Bloy: “Sofrer passa, ter sofrido não passa nunca”. Dá então o testemunho maior, a vivência do mandamento mais radical que Jesus nos propõe: amar os inimigos, perdoar as ofensas, rezar pelos que nos perseguem e caluniam; pelos que torturam e matam os nossos filhos. Edgar perdoou. “A gente aprende a perdoar para ser perdoado”.

Retorna à militância política e ao magistério. Participou da memorável campanha das “Diretas Já”. Integrou a Comissão Afonso Arinos, incumbida inicialmente de redigir o projeto da nova Constituição.

Em 1982 aceitou, a meu ver com muita humildade, ser o segundo suplente na chapa para o Senado, liderada pelo senador Itamar Franco. Com a morte do primeiro suplente, Simão da Cunha, assumiu provisoriamente o mandato de senador em 1986, quando Itamar Franco licenciou-se para disputar o governo de Minas. Foi o representante de Minas no Senado em 1990, quando Itamar Franco tornou-se vice-presidente da República. Mais uma vez, ainda que duramente ferido no corpo e na alma (afinal, no limite, para um homem santo é possível perdoar. Mas não há esquecimento!...), dignificou o mandato e honrou as melhores tradições de Minas no Senado Federal. Desenvolveu intensa

atividade parlamentar e legislativa, como nos informam os documentos levantados pelo filho Bernardo Novais da Mata-Machado, que o acompanhou nessa jornada. Foi sua última missão na vida pública.

Quero, antes de encerrar, lembrar duas pessoas notáveis que foram também fortes referências no pensamento e na ação militante do professor Edgar. Maritain foi um mestre no campo filosófico e mesmo político. Alceu Amoroso Lima, grande amigo, foi, sobretudo, influência literária. Com perspicácia e argúcia, resgata a dimensão primeira de Alceu Amoroso Lima em parte obnubilada pela sua intensa militância católica e pela extensão e variedade de sua obra. “Quanto ao Dr. Alceu (...) foi, fundamentalmente, um crítico literário”.

Merece registro seu encontro com George Bernanos. O meu amigo, e amigo do professor Edgar, o professor Hugo Pereira do Amaral chama a atenção para dois aspectos. Primeiro, o grande impacto espiritual causado pela personalidade inquieta e ardente de Bernanos, homem profundamente cristão e crítico mordaz de todas as formas de instrumentalização da religião pela política. Sua personalidade arrebatadora não se enquadrava nos estritos limites ditados pela hipocrisia regrada da vida burguesa. O segundo aspecto é a impressionante atualidade do livro *Diário de um pároco de aldeia*, magistralmente traduzido – uma tradução-recriação – pelo professor Edgar. O general Charles de Gaulle, que nas palavras de Edgar falava a linguagem da França e dos franceses, declarou que dois livros o marcaram profundamente: *A condição humana*, de André Malraux e o *Diário de um pároco de aldeia*, de George Bernanos. Malraux, por sua vez, expressava nas suas *Antimemórias* o maior apreço e admiração pelo autor de *Sob o sol de Satã*. Emmanuel Mounier, em *A esperança dos desesperados*, trata de quatro autores: Sartre, Camus, Malraux e Bernanos.

Edgar foi seguramente o maior amigo e confidente de Bernanos durante os sete anos em que morou no Brasil. Isso, por si só, atesta a extraordinária fundamentação e sensibilidade cultural do mestre Edgar. Concluo com Edgar citando Bernanos: “Não foi para se americanizar que este país [o Brasil] se empenhou numa terrível aventura [ele falava da Segunda Guerra Mundial], mas ao contrário, para manter o seu lugar no

mundo, gostaria de dizer, o seu lugar na Europa, se a expressão não se prestasse a um mal-entendido; escrevamos, pois simplesmente, o seu lugar na História, na história de uma civilização original, de que Portugal de Salazar é apenas a elegante necrópole, e que revive aqui, cada dia mais vigorosa e mais diferente”. Agora a vez e a voz de Edgar:

“Acentue-se, em todo caso, que, nele, Bernanos descreve, sobretudo, o nosso povo do interior, pois nos três anos que já vivera entre nós, conheceu – diz – poucos intelectuais, havendo tido contato, antes, com os nossos camponeses”, E Edgar volta a citar Bernanos: “Foram os vossos camponeses que me fizeram compreender os vossos intelectuais – eis a verdade”.

No povo humilde dos sertões do Brasil, Bemanos e Edgar punham a sua fé. Foi essa fé no povo brasileiro, a partir dos pobres, dos camponeses, agricultores, trabalhadores, articulada com a sua fé no mistério cristão, que fizeram de Edgar da Mata-Machado esse símbolo admirável do que há de melhor na nossa gente, na brava gente brasileira. Um país que se exprime numa personalidade como o professor Edgar tem imensas reservas morais e espirituais. Saibamos liberá-las e conduzi-las para grandes realizações e conquistas. Façamos do Brasil um país à imagem e semelhança de Edgar de Godói da Mata-Machado!



Nosso pai, Edgar, um filósofo da práxis*

*Bernardo Novais da Mata-Machado***

Lá em casa, nós, os irmãos, recentemente adquirimos o hábito de dividir as tarefas que envolvem compromissos familiares e o cuidado com nossa mãe. Edite é quem carrega o piano, é responsável pelos assuntos de saúde: marca as consultas, leva minha mãe aos médicos, compra os remédios, contrata os cuidadores e está sempre alerta para as eventuais emergências. Volta e meia cumpre tarefas dos irmãos negligentes; não sem reclamar.

Mônica, cuida do abastecimento da casa; quando chega das compras, faz questão de mostrar os alimentos, um por um, para minha mãe, que durante anos e anos cumpriu essa tarefa. Virgínia, como grande revisora que é, cuida de tudo o que envolve redação, principalmente cartas, telegramas, convites, avisos pagos em jornais... Ultimamente assumiu também a telefonia: todos os sábados faz a lista e liga para as pessoas com as quais mamãe quer falar, seja para retomar ligações, seja para transmitir mensagens de feliz aniversário, feliz isso, feliz aquilo. Às vezes transmite pêsames.

* Discurso pronunciado no dia 14 de maio de 2013, em sessão solene da Academia Mineira de Letras, pelo transcurso do centenário de nascimento do saudoso acadêmico Edgar de Godói da Mata-Machado.

** Historiador, assessor do Ministério da Cultura.

Falando nisso, até outro dia Marília era a responsável por acompanhar minha mãe nos enterros.

Maria do Carmo, irmã mais velha, sente-se no direito de não entrar na divisão de trabalho, mas faz a supervisão. Telefona diariamente para conferir como andam as coisas lá em casa e todos os domingos, religiosamente, vai com Marília visitar minha mãe.

E eu? Bem, eu, desde que perdemos nosso pai, sou o responsável pelas tarefas de representação política da família, aí incluídas homenagens a papai e ao Zé Carlos, posses em cargos públicos de nossos conhecidos, lançamentos de livros e outros eventos do gênero.

Não por outro motivo estou eu aqui, na tribuna desta Casa, falando em nome da família na sessão que hoje comemora o centenário de nascimento de nosso pai. Sessão que se realiza por iniciativa do acadêmico Patrus Ananias, ocupante da cadeira que antes foi de papai. Patrus é amigo da família há muitos anos, é discípulo assumido de nosso pai, meu amigo pessoal e a quem quero dirigir o primeiro agradecimento desta noite, em nome de toda a família. Muito obrigado, Patrus, por esta homenagem. Aproveito este momento para cumprimentar todos os membros da mesa, em especial o novo presidente desta Casa, Olavo Romano, meu amigo e colega de trabalho na Fundação João Pinheiro.

Pergunto-me agora por que eu, o caçula, e não uma das minhas cinco irmãs, todas tão ou mais preparadas que eu, para cumprir esta missão, que é a mais nobre, de falar em nome de todos? De todos não, de TODAS, aí incluída minha mãe. Não será isso um resquício do machismo que ainda hoje predomina no Brasil, e com mais força ainda nas famílias mineiras? Tenho uma leve desconfiança de que é isso mesmo! Assim como meu pai, que na divisão do frango ao molho pardo de domingo ficava com a melhor parte, sou eu que experimento a honra de subir nesta e em outras tribunas, enquanto uma ou outra irmã fica lá embaixo, na plateia.

Como sabia que hoje todas estariam presentes, resolvi fazer diferente. Resolvi que daria voz a elas. Pedi a cada uma, por escrito, que me contasse um caso acontecido com elas relacionado a papai. Disse que podia ser um episódio qualquer: sério, engraçado, exemplar, triste, desde que tivesse sido marcante na história de cada uma. A primeira com quem

dividi minha ideia foi Edite, que logo acatou e me sugeriu incluir no roteiro também o Dorival, o Dori, que desde a morte do Zé Carlos passou a ser também nosso irmão, com todos os direitos e poucos deveres, já que agora mora em São Paulo. Logo concordei, e depois de contatar todo mundo, fiquei aguardando.

As histórias foram chegando e para minha alegria se encaixavam umas nas outras. Lendo-as, percebi que eu poderia fazer um painel com as características marcantes da personalidade de papai. E for assim que organizei este discurso. Confesso que fiquei um pouco tenso depois que soube que esta sessão seria presidida pelo Olavo Romano. Como me atrever a contar estórias na presença do maior contador de estórias de todos os tempos em Minas Gerais? Bem, agora não há mais escolha. Vamos lá...

Começo com duas estórias, contadas por Dori e Maria do Carmo, que nos falam de uma característica muito forte da personalidade do velho Edgar: o **rigor intelectual, associado à vocação para o Direito**. Dori conta: “Era meados de 1991, vovô tinha completado 78 anos e eu tinha 19. Ele levava uma vida tranqüila. Bom, pelo menos era assim que eu pensava ... Acordava cedo, comia seu ovo quente, um pedacinho de pão, café com leite, ia à missa (todos os dias) e lia os jornais. Almoçava ao meio-dia em ponto e depois tirava uma soneca. De tarde lia mais um pouco. No jantar tomava sopa, depois via os noticiários da TV, lia a Bíblia (todos os dias) e ia dormir.

“Um belo dia, com um atraso de uns 20 anos, bate a campainha um antigo orientando do vovô, com uma tese de doutorado debaixo do braço, dividida em três calhamaços. Vovó ficou apavorada: “Dori, você vai ter que ajudar seu avô, isso é um absurdo, ele não vai dar conta!”.

“É claro que eu também comecei a ficar apavorado. Afinal, quem levava vida mansa era eu. Como que eu poderia ajudar o vovô? Como ordens são ordens, logo me prontifiquei. Vovô aceitou de bom grado meus préstimos e eu fiquei esperando ser chamado. Confesso que fiquei até com uma pontinha de orgulho. Afinal, com 19 anos, eu ia me tornar uma espécie de coorientador de uma tese de doutorado. Pois bem passaram-se três dias. Eu já tinha começado a ficar aliviado achando que

vovô tinha deixado a tese pra lá. Ele ficara sabendo que a Escola de Direito o havia liberado de participar da defesa, embora ele continuasse como orientador de fato e de direito.

“De repente, no terceiro dia, ele me chama. Entrei no escritório, com aquelas estantes até o teto cheias de livros, e tive uma surpresa: os calhamaços, que somavam umas 700 páginas, estavam cheios de pequenos papezinhos. Cada um tinha uma nota crítica, uma observação ou uma correção. Alguns eram mais longos, incluíam citações e notas bibliográficas dos livros em que poderiam ser encontradas.

“Foi esse o meu trabalho. Trabalho físico: carregar a escada, subir até as estantes mais altas, pegar o livro que ele me apontava e entregar pra ele conferir a citação e completar a nota bibliográfica. Ele fazia a revisão, me devolvia o livro e eu tinha de colocá-lo no mesmíssimo lugar de onde o havia tirado. Nisso se resumiu meu trabalho.

“O do vovô, eu nem tinha notado. Durante aqueles três dias ele tinha feito imperceptíveis mudanças nos seus hábitos e consumado a hercúlea tarefa de ler, criticar, comentar e assim orientar aquele felizardo doutorando”.

A história de Maria do Carmo se encaixa perfeitamente na do Dori, mas sem o final feliz. Ela conta: “Eu devia ter uns 12 anos quando ele me chamou ao escritório. Pediu-me para ajudá-lo na revisão de sua tese – *Direito e coerção* – que ele defenderia na Faculdade de Direito da UFMG. Naquele tempo o texto era datilografado, seguia para a gráfica, que retornava com uma prova tipográfica para ser revista pelo autor. Meu trabalho era ler o texto original enquanto ele corrigia a prova tipográfica. Deus meu! A cada página que eu passava meu pânico aumentava. Eu não entendia nada, nadíssima de nada! Pior, tinha certeza de que jamais conseguiria entender. Tomei verdadeiro horror ao Direito, passei inclusive a ter pesadelos, sonhando com os nomes dos autores citados: Carnelli, Moncada, Radbruch, Kantorowicz e por aí vai... Resultado: se havia alguma chance de eu me tornar uma advogada ou professora de Direito, ela acabou ali”.

Segunda característica de personalidade: o **bom humor**. Todos que o conheceram sabem disso. Ele vivia sorrindo. E adorava contar estórias

que ouvia ou tinha presenciado. Ficava dias contando a mesma estória, ora pra um, ora pra outro. E todas as vezes dava gostosas gargalhadas no final. Quem se recorda disso é Marília; lembrando aquela estória do sujeito que chegou todo compenetrado à biblioteca pública e perguntou à bibliotecária: “Moça, por favor, será que você tem aí para me emprestar algum livrinho sobre **cultura geral?**”

Gostava também de colecionar casos dos netos, como o que aconteceu na França com o André, filho de Marília. Ela é quem conta: “André tinha oito anos, era o primeiro dia de aula na escola francesa. Inquieto, ele falava pelos cotovelos, em português. O professor, incomodado, pede à coleguinha portuguesa uma tradução que sai nos moldes de Portugal: ‘Cala-te!’. E o André, feliz da vida, responde com palavras e gestos: Karatê! Karatê!”

Terceira característica de personalidade: a sintonia com o novo. Essa é uma característica muito especial dele. Papai nunca foi conservador. Em nada na vida. Mais do que isso: se esforçava para estar sempre adiante do seu tempo, antenado no futuro. Como diz a Mônica, sua posição era sempre a de defender a mudança, mas mantendo os princípios que o orientavam. As narrativas de Virgínia, Edite e Mônica ilustram bem essa característica.

Virgínia conta: “1974. Ditadura feroz no Brasil. Em Portugal, a Revolução dos Cravos liberta o povo da ditadura de Salazar. Eu morava no Rio, num casarão em Santa Teresa, que dividia com mais pessoas, todas ligadas às artes. Hospedamos o maior bruxo do teatro brasileiro, José Celso Martínez Correa, e alguns de seus atores do Grupo Oficina. Perseguidos em São Paulo, tinham recebido o convite da Fundação Gulbenkian, de Lisboa, para participar do Programa de Dinamização Cultural, levando a peça *Galileu Galilei*, de Berthold Brecht. Logo me apaixonei por eles, e queria ir junto para Portugal, mas não tinha dinheiro para a passagem. Vim a Belo Horizonte tentar conseguir o dinheiro com meus pais. Minha mãe não gostou da ideia, mas transferiu a decisão para o meu pai. E qual não foi a minha alegria quando ele anunciou que pagaria a passagem. E graças ao patrocínio de papai, pude viver uma das experiências mais intensas de minha vida, em meio à agitação política,

cultural e amorosa de Lisboa naquele ano”. Quem diria! Patrocínio do Edgar ao grupo de teatro mais revolucionário do Brasil. Registre-se também a sábia decisão de mamãe: transferir a decisão para o papai. É a chamada dupla jurisdição.

A estória de Edite reforça o esclarecido comportamento de meu pai. Era 1967. Adolescente, quis sair do colégio de freiras onde estudava. Papai não questionou minha decisão. Mesmo ocupadíssimo com o mandato de deputado federal, fez contato com a professora Alaíde Lisboa e conseguiu me matricular no Colégio de Aplicação. Aprendi que minhas escolhas eram respeitadas naquela casa”.

E Mônica arremata: “Em 1968, chegando de Brasília e já conhecendo nossos hábitos, ele sentenciou: a partir de hoje vocês não precisam mais fumar escondido. Estão liberadas!

Quarta característica de personalidade: o **espírito de luta e a coragem**. Edite lembra: “Brasília, 1968, passeata de estudantes na avenida W3. Na linha de frente, os deputados do MDB autêntico, com os braços enganchados uns nos outros, formavam uma corrente humana e protegiam os estudantes da violência policial. Guardo a foto até hoje: Papai, Hermano Alves, Martins Rodrigues, Paulo Brossard, Mário Covas e Mariano Beck. Na legenda da foto, publicada pelo *Correio Braziliense*, uma provocação: “Os estudantes foram repelidos a jatos d’água, mas os deputados de oposição foram recebidos com mangueiras vazias”. É possível que não tenha sido dessa vez, mas tenho guardado na lembrança ele voltando pra casa completamente molhado depois de enfrentar os jatos d’água da polícia, se não me engano por ocasião da invasão da Universidade de Brasília”.

Agora a minha estória. Aconteceu dias depois que o Zé Cartos foi assassinado. Papai estava muito abatido e quase paralisado de dor. Era hora do café da manhã. Eu cheguei pra ele e disse: “Pai, nós não vamos fazer nada? Nós temos de fazer alguma coisa!” Ele me respondeu: “Mas fazer o quê, meu filho?” Eu disse: Sei lá, pai, vamos escrever um relato dos acontecimentos e denunciar onde a gente puder. Você tem amigos influentes, a gente pode fazer chegar até eles o que aconteceu”.

De repente, despertando da dor e enchendo-se de coragem, ele mandou que eu datilografasse uma cronologia dos acontecimentos e

começou uma grande articulação para denunciar o caso. Fluente em francês e inglês, fez contato com seus antigos companheiros de jornais católicos de todo o mundo. Ao telefone, transmitia os fatos com rapidez, como se tivesse recuperado seus anos de jovem jornalista, quando fazia a cobertura da II Guerra e da queda de Getúlio Vargas. Procurou também seus colegas parlamentares do MDB, entrou com uma petição na Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, mobilizou seus amigos no Recife para tentar recuperar o corpo do Zé Carlos. Queria cumprir o sagrado direito de enterrá-lo. Tenho certeza de que foi toda essa mobilização que fez com que os militares acabassem liberando o corpo do Zé. Foi sua coragem que fez de nós uma família relativamente privilegiada. Há cerca de 140 desaparecidos políticos no Brasil cujas famílias não têm praticamente nenhuma notícia deles. Não sabem se morreram (isso é praticamente certo), como morreram (com certeza foi na tortura) e nem onde estão enterrados (sabe-se que alguns corpos foram jogados ao mar).

Antes de falar sobre a última característica de personalidade de papai, preciso fazer algumas reflexões sobre o seu pensamento. Papai passou a maior parte de sua vida madura sob a chamada Guerra Fria. Entre o final da II Guerra Mundial, em 1945, quando ele tinha 32 de anos de idade, e 1991, quando caiu o império soviético e ele tinha 78, foram 46 anos vividos na Guerra Fria. Num mundo profundamente dividido em dois blocos antagônicos: o capitalista (liderado pelos Estados Unidos) o comunista (liderado pela União Soviética). Pois bem, durante todos esses anos papai defendeu uma proposta alternativa: o personalismo comunitário.

Edite, junto com as estórias que me enviou, manifestou certa desconfiança com algumas posições aparentemente conservadoras de papai. Diz ela: “Num tempo em que pensávamos o coletivo ele insistia na defesa da pessoa, suas escolhas, sua liberdade”. Confesso, Edite, que também custei a compreender o personalismo comunitário. Acho que é por causa do nome: “personalismo”. Ser personalista, para nossa geração, era o mesmo que ser individualista e egoísta. Mas o personalismo comunitário é precisamente o contrário disso. Só fui entendê-lo depois de ler com atenção a *Contribuição ao Personalismo Jurídico*, que Patrus fez

o favor de reeditar. A base conceitual dessa corrente filosófica é justamente a distinção entre indivíduo e pessoa. O indivíduo existe somente para si, é egoísta; a pessoa existe para si, mas também para o outro, vale dizer, para a comunidade. A consequência política dessa distinção é a seguinte: nem o individualismo possessivo do regime capitalista, que brutaliza a pessoa, nem o coletivismo estatizante do comunismo, que a todos despersonaliza. Essa tese é que possibilitou que em 1948 o mundo chegasse a um consenso, precário é verdade, em torno da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é a maior expressão jurídica do personalismo comunitário. É por isso que os artigos da Declaração sempre começam com as palavras **TODA PESSOA TEM DIREITO A ... VIDA, LIBERDADE** etc.” E foi essa posição mediadora que meu pai sempre defendeu durante todos esses anos da Guerra Fria.

Nesse sentido, papai pode ser incluído numa tradição da política de Minas Gerais que identifica nos mineiros um espírito de conciliação. Mas, na verdade, essa tradição foi invertida pelo Edgar político. Porque a chamada conciliação, na história política de Minas e do Brasil, não passa de um pacto das elites, explicitado na famosa frase de Antônio Carlos de Andrada em 1930: “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”, o que vale dizer “antes que o povo nos alije do poder”. Se há no papai algum espírito de conciliação, ele se manifesta não na proposta de um pacto das elites mas, ao contrário, na luta pela promoção dos pobres, na qual ele esteve empenhado durante toda a vida. E no fato de nunca ter pregado a luta de classes, porque baseava sua ação política no princípio da não-violência ativa, inspirado no grande líder da independência da Índia, o Mahatma Gandhi. Hoje, pensando bem, acho que a não-violência ativa é mais radical e mais eficaz do ponto de vista político do que as revoluções violentas, que derramam muito sangue, mas raramente entregam o que prometem. E já não tenho mais dúvidas de que a bandeira dos direitos humanos é a mais revolucionária de todas. Como disse meu pai, trata-se de fazer uma “revolução pelo direito”, que é pacífica por si mesma.

Mas já vou me alongando demais. Está na hora de concluir este discurso. Prometi dar mais uma característica da personalidade de papai.

Vou deixar para nomeá-la no finalzinho. Tem a ver com a coerência entre teoria e prática, entre pensar e agir, entre falar e fazer. Sendo um defensor do personalismo comunitário, papal, ele próprio, era uma pessoa para si e para os outros. Era para si principalmente quando cuidava de seu aperfeiçoamento intelectual e espiritual. Acho que os dois atos que ele mais praticou na vida foram a leitura e a oração. Muitos aqui já devem conhecer a história que eu vou contar agora, mas não me canso de repeti-la, mesmo porque foi o momento com meu pai que mais impactou minha vida. No mesmo dia do assassinato de Zé Carlos ele nos reuniu no escritório – sempre o escritório, que tinha a austeridade de um templo – e lá, com nossas mãos dadas e em círculo, ele nos disse: “Vamos rezar para que Deus nos dê forças para perdoar os assassinos”. Era assim, orando, que ele acumulava energia para a luta cotidiana.

Por outro lado, sempre foi um homem desligado da vida material. Quando eu lhe pedia dinheiro para o cinema ou para ir a uma festa, ele dizia: “Pra quê, meu filho, dinheiro é o estrume do diabo”. Mas logo metia a mão no bolso e me dava uns trocados. Confesso que eu pegava naquelas notas sentindo um leve constrangimento.

Outra estória conhecida é a do jantar com um casal de amigos. Quando a dona da casa lhe ofereceu um prato, perguntando se ele gostava, ele, meio sem graça, olhou para a minha mãe e perguntou: “Eu gosto disso, Yedda?”.

Hoje me pergunto: o que seria do Edgar sem a Yedda? Desculpem-me a metáfora pobre, mas se fosse comparar minha família a uma casa, diria que meu pai deu os alicerces, mas é minha mãe, Yedda Novais da Mata-Machado, a viga-mestra que sustenta o telhado.

Outro dia li que Antonio Gramsci, para despistar a censura da Itália fascista, em vez de “materialismo histórico e dialético” escrevia em seus artigos o termo “filosofia da práxis”. Sei que papai nunca foi marxista. Na verdade, foi um crítico severo do marxismo vulgar e positivista dos ideólogos stalinistas. Mas era um homem que sempre dialogou com as esquerdas, e em homenagem à sua primeira grande vocação, de jornalista, que combateu corajosamente a censura do Estado Novo, ousou me apropriar do termo de Gramsci e adaptá-lo à trajetória de meu pai. Essa, a

característica de sua personalidade que quero destacar por último: Edgar foi um filósofo da práxis, um homem que praticou o que pensava. Uma pessoa para si, mas sempre a serviço dos outros: da família, dos amigos, dos colegas de trabalho, dos alunos, dos pobres, de Minas Gerais. Uma pessoa a serviço do Brasil e, enfim, da Humanidade. SAUDADES!



Centenário de um mestre

*José Bento Teixeira de Salles**

Nesta oportunidade, associamo-nos às sugestivas homenagens prestadas ao saudoso mestre acadêmico Edgar de Godói da Mata-Machado, pelo transcurso do seu centenário de nascimento, ocorrido no corrente ano.

Para tanto, estamos publicando neste número as aplaudidas palestras proferidas em sessão solene da AML, pelo acadêmico Patrus Ananias e por Bernardo Novais Mata Machado, filho do homenageado, que traçaram, com felicidade, o perfil do inesquecível mestre e amigo.

Apenas para registrar nossa irrestrita solidariedade ao justo preito, reproduzimos, a seguir, o texto de minha autoria publicado no Estado de Minas em 14 de maio último:

São mais do que justas as homenagens prestadas ao saudoso Prof. Edgar da Mata-Machado para assinalar o transcurso de seu centenário de nascimento.

Descendente de tradicional família diamantinense; ele herdou aqueles atributos morais que tanto caracterizam os mineiros, seguindo em sua vida particular e pública a trajetória firme e impecável que tanto marcou a sua personalidade.

* Jornalista, escritor, acadêmico (cadeira nº 28) e editor da *Revista da Academia Mineira de Letras*.

Em sua dadivosa existência não foram poucos os exemplos de comportamento pessoal, de chefe de família exemplar, de amigo e companheiro leal, de homem integro e de incorruptível caráter.

Neste sentido, bem se poderia dizer que ele pautou sua vida dentro dos melhores padrões de dignidade, honradez, honestidade, probidade e fraterna convivência.

Sua nobre atividade política levou-o a exercer destacadas funções na vida pública, onde seguiu sempre uma segura e retilínea linha de conduta. Homem de pensamento, de cultura e inteligência, haveria de ser brilhante como professor, atividade em que soube demonstrar toda sua bagagem intelectual e sólida formação universitária.

Escritor e pensador católico, deixou vasta bibliografia, à qual se somam preciosas traduções de autores franceses.

Fujamos, porém, da exaltação de seus méritos pessoais – engrandecidos hoje diante da amoralização dos costumes – para focalizarmos, ainda que ligeiramente, toda a dimensão do homem público e do pensador católico. Pois, na verdade, não se sabe bem o que mais nele se poderia realçar: se a grandeza humana, ou a lúcida visão dos problemas sociais e religiosos que atormentam e desafiam a geração contemporânea.

E é oportuno observar que Edgard da Matta Machado soube, com arguta inteligência, seguir uma linha filosófica tão bem definida por Maritain, em busca da liberdade individual e da verdade eterna do cristianismo.

Diante dessas tímidas observações, indagamos se não estaria, nesta conciliação, o caminho iluminado das luzes do futuro?

José Pedro Xavier da Veiga

*Oiliam José**

Desde os tempos pré-históricos, os povos sentiram a necessidade de transmitir aos que os sucediam pelos séculos ou milênios os fatos que lhes marcaram a vida. Em consequência, deixaram incrustados sinais ou figuras esclarecedoras em rochas e outros materiais. Com o aparecimento das civilizações, os seres humanos avançaram na feitura desses sinais e, com isso, foram aumentando-os e aperfeiçoando-os. Como resultado, apareceram as letras e as escritas, principalmente no que viriam a ser a Ásia, a África e outros continentes, inclusive o nosso. Consequentemente, tornaram-se cada vez mais indicativos os registros e relatos históricos.

No Brasil, desde sua revelação aos europeus, no século XVI, a História, já em idade adulta, passou a registrar o que ia sendo a vida dos descobridores e dos primitivos povoadores, os indígenas. Como era natural, narrativas históricas sobre nossos ancestrais começaram a cuidar do mundo litorâneo. E, com rapidez, os desbravadores chegaram ao interior e, já no século XVII, passaram a existir as narrativas alcançando o que seria nossa Minas Gerais.

Nos períodos colonial, regencial e imperial, nossa porção térrea ganhou autorizados historiadores. Não nos referiremos nominalmente a todos eles. Diremos apenas que foram muitos e merecedores de sérias considerações.

* Professor, historiador, escritor, secretário honorário da Academia Mineira de Letras, Cadeira nº 30.

Assim, nas últimas décadas do século XIX, Minas já possuía plêiade de historiadores. E, a nós, interessa-nos referir-nos a José Pedro Xavier da Veiga, patrono da cadeira número 18 do importante Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Nasceu em Campanha e, com méritos reconhecidos, foi jornalista, político, historiador, poeta e primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro. Desde cedo, apaixonou-se pela narrativa histórica bem séria e deduzida tanto da tradição como dos documentos, até seu falecimento em Ouro Preto, no dia 9 de agosto de 1900.

Após seus estudos secundários, em São Paulo e no Rio de Janeiro, iniciou o Curso de Direito, mas não pôde concluí-lo por motivo de sua frágil saúde. Passou então a trabalhar em livraria carioca e, com isso, adquiriu méritos para projetar-se nas letras. A partir de 1870, Lavras o teve como escrivão de órfãos. Foi quando decidiu entregar-se à prática política, como haviam feito colegas seus de faculdade, inclusive o presidente eleito da República, Affonso Augusto Moreira Penna. Conseguiu, seguidamente, ser Deputado Provincial (1872-1879 e 1882-1883).

Como integrante do Partido Conservador, elegeu-se, também, Senador Estadual (1891-1898). No exercício de seus mandatos, dedicava especial atenção aos municípios, onde localizava de modo concreto a vida das comunidades. E foi graças a isso que obteve a elevação de nossa terra natal, o Presídio, à categoria de Vila (1881) e, pouco depois, à de cidade, em 28 de setembro de 1882. Tanto amava o municipalismo, que, em seu privilegiado amor a ele, o levou à opor-se à transferência da capital do estado para o Curral del-Rei, atual Belo Horizonte. Amava Ouro Preto, ali residia, e não admitia vê-lo destituído de sua maior qualidade: “E seria muito triste, muito triste, Srs., que o velho e tradicional Ouro Preto, edificado pelo despotismo português no último século de seu jugo, que o velho e tradicional Ouro Preto, berço glorioso da liberdade brasileira tenha de ser destruído pela República no alvorecer da sua dominação!...”

Nada disso, porém, apagou sua vocação de historiador, tendo organizado o Arquivo Público Mineiro, do qual foi o primeiro Diretor de 1895 a 1900. Graças a essa entidade, salvou da destruição boa parte da documentação provincial mineira ou relativa a Minas. Com isso, o

referido Arquivo tem oferecido aos pesquisadores da História farto material informativo ou comprovativo.

Este Arquivo chegou a merecer de Carmo da Gama o seguinte elogio escrito, em publicação de 1925: “O Arquivo é o templo, é a guarda, é o relicário, o verdadeiro relicário de nossas tradições, de nossa história, é o testemunho permanente de nosso passado”. (*Revista da Academia Mineira de Letras*, volume III, Belo Horizonte, pág. 113).

Xavier da Veiga chegou merecidamente a pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a ser muito consultado em matéria de historiografia mineira. Reconhecendo seus méritos de administrador, o presidente de Minas, Francisco Silviano Brandão, o designou para, em seu nome, negociar o delicado problema da divisa de nosso estado com o do Rio de Janeiro. Seu *Relatório*, bem elaborado e sucinto, em suas 79 páginas contribuiu para a aceitável decisão final do assunto, que provinha de indesejável passado.

Deixou, também, apreciável bibliografia, que abrange os livros:

Enciclopédia Popular, Almanaque do Sul de Minas, Efemérides Mineiras (abrangendo o longo período de 1664 a 1897). Esta obra, em 4 volumes é editada em Ouro Preto, oferece o registro de importantes fatos e figuras mineiras. Nela, fez referências a discretas, mas competentes figuras, como aconteceu, por exemplo, com Fortunato José Pereira, que foi respeitado político em Rio Branco, hoje Visconde do Rio Branco e nossa terra natal.

Na *Revista do Arquivo Mineiro* está registrada outra parte de sua colaboração, na qual estuda fatos e figuras da História de Minas.

Sobre Xavier da Veiga foram publicados livros e estudos em jornais e revistas, em geral elogiosos, embora alguns discordem de algumas poucas afirmações suas, aliás, fato comum até nas maiores obras de análise histórica dignas de respeitável consideração.

Não foi sem razão que o imperador D. Pedro II lhe outorgou a Comenda da Ordem da Rosa, pois reconhecia nele merecido louvor como homem público. E foi este o motivo de sua escolha como patrono da cadeira n° 18, do centenário Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Tudo o que se disse sobre Xavier da Veiga pode parecer bastante. Engana-se, porém, aquele que assim pensa. Esse mineiro de alta qualificação cultural fez muito mais que tudo isso. E essa é a razão que nos leva a indicar e louvar, a seguir, outras realizações suas, tanto na pesquisa, como no elenco histórico narrativo e no vasto campo da atividade político-partidária.

Um dos seus feitos na área da historiografia a merecer louvor foi a já referida instituição da *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Graças a ela e em variados estudos, chegaram até nós diversos documentos político-administrativos conservados em Portugal e relativos à maior colônia do Império Luso. É, aliás, graças a isso que a História Mineira pôde ter seu início até antes do que seria possível com a garantia documental. Graças e louvores devem ser feitos àqueles que, louvavelmente, indicaram a figura de Xavier da Veiga para patrono da cadeira n° 18.

Cumpre-nos recordar o que foi Xavier da Veiga como chefe de família voltado para o lar, cimentado na virtude, especialmente na do amor. Carmo da Gama, um saudoso acadêmico, expende especial louvor à vida familiar sobre a qual podemos tecer louvores e dizer que emanava dele e de Dona Luiza Augusto Amaral da Veiga: “Foi aí, na lendária Ouro Preto que se lhe oferece à vista e ao coração o anjo, que o jovem poeta procurava com afã, através dos labores e dos sonhos, e nesse anjo o legítimo emblema da bondade, o conjunto de todas as desejáveis virtudes...” (*Revista da Academia Mineira de Letras*, n° III, pág. 92 e 93).

No abençoado lar encontrou, também, inspirações para registrar e deixar poemas de terno amor. Foi, assim, romântico na vida familiar e nos versos que merecem, até hoje, valiosa aceitação.



Sobre a dúvida e o cuidado.

Duas fontes da Filosofia

*José Henrique Santos**

A DÚVIDA

Toda filosofia começa com uma situação desconfortável da qual é preciso sair. Alguns filósofos, imbuídos do espírito científico, experimentam esse mal-estar como mero problema teórico, um não-saber que se pode corrigir por meio de métodos objetivos e confiáveis. Como a distância entre o que sabemos e o que desejamos saber é infinita, sempre haverá com que se ocupar. Pode-se mesmo dizer, sem abusar do paradoxo, que a ignorância cresce na proporção do conhecimento, pois não é possível avaliar o que desconhecemos sem um mínimo de ciência. A ignorância é deveras intolerável, e não temos outra alternativa senão sair dela e deixá-la para trás. Mas eis que, supondo-a vencida, ela ressurge teimosamente diante de nós como a requerer nova satisfação, cada vez mais exigente, porque, sendo uma ignorância douda, já sabe o que pedir. Ao contrário do que se imagina, a aplicação ao estudo não tem a única virtude de aumentar o saber e remediar os enganos com os quais vivemos, mas também o de aumentar o não-saber daquilo que ainda desconhecemos, e dar-nos a consciência do crescente distanciamento que se estende entre um e outro, tanto maior quanto mais progride o estudo.

* Ex-Reitor e Prof. Emérito da UFMG. Ocupa a cadeira nº 18 da Academia Mineira de Letras.

Contra os sofistas, que alardeavam tudo saber, Sócrates dizia só saber uma coisa, que era nada saber; mas, passados mais de dois milênios, não precisamos ser tão modestos, e, em vez de falar que “sei que não sei”, podemos admitir que “sei o que não sei”. Afinal, não é à toa que nos orgulhamos do progresso da ciência. Ela moldou tão inteiramente nossa vida, que podemos legitimamente duvidar se conseguiríamos um dia viver sem ela, caso alguma catástrofe atingisse o globo terrestre.

A dúvida, não a certeza, faz o conhecimento progredir. Queremos saber mais, não porque saibamos pouco, mas porque o muito que sabemos não inspira confiança, e nos deixa sem resposta quando insistimos em perguntar um pouco mais. Perguntar não faz mal a ninguém, mas costuma ameaçar nossas crenças mais arraigadas, quando resolve pegar no pé de uma verdade que não se sustenta nas próprias pernas. Se quiser manter-se, cuide, pois, o que se tem por verdadeiro de encontrar boas razões, sem cobrir-se de outra autoridade senão a de ter passado incólume pela dúvida.

A aprendizagem não se compara a um crescimento orgânico, no qual as partes e o todo convirjam miraculosamente para uma harmonia previamente estabelecida; tampouco se há de considerá-la um progresso contínuo, em linha reta, ao qual a paciência do estudo acrescente todos os dias algo novo até então ignorado. Para tornar-se aquisição, aprender impõe duvidar e desfazer-se de preconceitos de toda ordem; antes de aprender é preciso desaprender, e sempre refazer o pouco que se adquire, como uma casa nunca terminada. Ficaríamos espantados se, ao lado das afirmações bem fundadas que nos julgamos capazes de emitir, anotássemos as negações que se ocultam atrás do que dizemos. Toda afirmação verdadeira supõe uma infinita negatividade e um exercício reiterado da dúvida, que nunca se extingue inteiramente, mesmo nos mais dogmáticos.

Descartes aconselhava duvidar ao menos uma vez na vida, para nos desfazermos dos preconceitos que inibem o saber. Por causa do aumento exponencial do conhecimento, nossa exigência é hoje infinitamente maior, e faz com que a dúvida acompanhe, como uma sombra, cada passo do progresso científico, por mínimo que seja.

A DÚVIDA COMO MÉTODO

Que caminho seguirei na vida?, perguntava-se Descartes. Conhecemos a resposta: o caminho da razão; pois se a razão levanta as dúvidas da qual deseja sair, só ela própria poderá ensinar o caminho da certeza; não existe nenhum juiz da razão fora dela mesma, porque apenas a razão produz razões que a possam convencer. Mas para que ela não se perca, é preciso pôr ordem nas razões e assim encontrar um caminho, isto é, um método que a conduza à verdade da certeza de si. O *Discurso do Método* propõe um caminho afirmativo para sair do desconforto que toda dúvida suscita. Descartes o compara à direção em linha reta que a razão aconselha ao viajante perdido na mata, dando por suposto que este método o conduza a alguma parte; – mas aonde se quer chegar? A um lugar que a dúvida não alcance ao término do percurso, isto é, ao conhecimento certo e demonstrável do sistema do mundo, e da posição que o homem nele ocupa, sem se esquecer dos meios de transformação que o saber pode proporcionar. É preciso estabelecer, portanto, desde já, as regras para a direção do espírito, pois é mais seguro saber aonde se quer chegar e escolher o meio adequado, antes mesmo de empreender a jornada.

Talvez uma carta geográfica ajude a orientar-se na perdição da floresta, todavia a vida humana é essencialmente tempo, história, e o que está por-vir ainda não encontrou seu lugar. Dante assegurou-nos que não é fácil sair da *selva oscura, chè la diritta via era semarrita* (pois o caminho certo estava perdido) sem antes endireitar a própria vida e reencontrar-se consigo. Mas será mesmo possível sair do desconforto que não podemos suportar? Haverá um local que possa acalmar nossa inquietação? Notemos desde logo: o in-suportável é, precisamente, o que carregamos conosco por toda a parte; é nossa própria condição humana.

O itinerário de Descartes deixou-o numa encruzilhada que o obrigava a escolher entre o espírito ou o corpo; escolheu os dois, mas os separou de tal forma que todos os esforços para voltar a reuni-los foram vãos. Para sair-se do apuro, não achou melhor alternativa do que recorrer a Deus; daí ter inventado um argumento para provar sua existência, não porque tivesse alguma dúvida a respeito, mas porque contava com a ajuda

divina para fundamentar uma cadeia de raciocínios que pudesse ao mesmo tempo orientar a busca de si e do mundo. Quando penso em Deus, argumentou ele, penso num ser perfeito ao qual nada falta; ora, o ser perfeito deve necessariamente existir, pois existir é uma perfeição, e Deus nunca poderia deixar de ser perfeito. Além disso, um Deus perfeito não mentiria nem deixaria que eu fosse enganado todo o tempo em que o mundo me proporciona suas imagens, a toda hora em que estou ocupado em conhecê-lo, ou simplesmente vivendo. Vá lá que eu me engane algumas vezes, mas nesse caso o culpado sou eu, porque me apresso a emitir juízos sem base suficiente. “Não me deixeis cair em tentação e livrai-me do mal, mas, sobretudo, ajudai-me a evitar os erros da inteligência orgulhosa”. Essa prece bem poderia ter saído da boca de Descartes; porque, esquecido do que havia dito sobre o viajante perdido na floresta, ao qual aconselhou seguir direto em linha reta, ele preferiu um caminho bem longo, na verdade infinito, que passava primeiro por Deus, para depois voltar a si, apenas para conferir um ar respeitável ao próprio discurso. Mas de nada valem ideias apanhadas no ar, sem fundamento na experiência. O pecado de Descartes foi duvidar pouco, sem ter sido suficientemente radical ao tentar construir a ciência. Pode ser que Deus perdoe aos pecadores, mas não perdoa aos maus argumentos. O castigo veio rápido, quando Kant refutou a demonstração com a simples ironia de compará-la ao sujeito que imagina ter 100 reais no bolso (porque sua condição social não lhe permitiria menos do que isso), logo os tem. Descartes faz o mesmo, também ele pretende pôr a circular o dinheiro imaginário como se fosse real, com a diferença, nada edificante, que se trata de Deus. Desse fundo infinito, procurou sacar toda a ciência do mundo, como se pudesse aconselhar-se com o Criador em matéria científica. (O argumento de Descartes ficou conhecido como “argumento ontológico”, porque pretende fazer a passagem da ordem ideal, apenas pensada, para a ordem real do ser).

A dúvida é o método para edificar o edifício da ciência. Descartes se deu pressa em construí-lo, mas os materiais de que dispunha eram insuficientes, apesar do impulso que receberam de suas descobertas matemáticas. Mas não se podem tirar conclusões verdadeiras de premissas

falsas. Depois de ter separado radicalmente o espírito do corpo, como se fossem opostos um ao outro (este é o famoso “dualismo cartesiano”), o filósofo deu tratos à bola para explicar a interação entre as duas ordens.

Não deixou por menos de imaginar uns “espíritos animais” a fazerem o comércio entre a alma e o corpo, estando o ponto de encontro marcado na glândula pineal, situada na região do mesencéfalo, logo abaixo da cela túrcica. Essa teoria estava longe de observar o critério estabelecido por ele em seu método, o de só trabalhar com ideias “claras e distintas”. Não são uma coisa nem outra. Algum malicioso poderia perguntar: “afinal, como se comporta o espírito quando o corpo está bêbado? Esses tais espíritos levam consigo os eflúvios do álcool?” (Lembremos que, em latim, “álcool” se diz *spiritus subtilis*, e que os alemães chamam as bebidas alcólicas de *Spirituosen*). Mas diga-se, a favor de Descartes, que não temos nada melhor para oferecer. A interação da alma com o corpo talvez nunca possa ser explicada. Até hoje, de fato, esse dilema não desapareceu de todo, e subsiste em uma forma derivada na discussão acerca de certos transtornos mentais, que não sabe a que atribuir, se a fatores psicológicos, sociais ou mesmo ambientais, ou se podem esclarecer apenas por meio da “química mental”, de fundo genético, proposta por John Stuart Mill há quase duzentos anos. Karl Popper, um dos mais respeitados filósofos da ciência no século XX, admite ser impossível estabelecer qualquer nexos entre duas coisas incomensuráveis entre si, a matéria e o espírito. (Ver o livro que escreveu junto com o neurologista John Eccles, *O Eu e seu Cérebro*, ed. UnB, 1991).

A construção metafísica de Descartes tende a agregar valores e ideias umas às outras, como se fosse possível deduzir conclusões maiores (Deus e o mundo) de premissas menores (o eu do filósofo construtor e as regras de uma geometria da alma). Tentemos, pois, regressar às fontes do eu, deixando de lado a ambição de um progresso indefinido. A via negativa faz coincidir o ponto de chegada com o ponto de partida, e se não aceitamos as razões de Descartes é para melhor afirmar o poder negativo da própria Razão. A decepção dos sentidos nem se compara à da razão quando esta não consegue transformar em crença o pouco que logra conhecer, e logo cai no desespero da dúvida. Não quero dizer que as

crenças científicas sejam inabaláveis e eternas, mas que, uma vez desfeitas, outras lhes tomam o lugar. O ceticismo só pode ser provisório, ou melhor, metódico, do contrário estaríamos condenados a repetir as mesmas inverdades de sempre. A partir deste ponto, a fonte filosófica de Descartes (o eu) se transforma num rio caudaloso, onde muitos foram beber; é o cartesianismo.

Mas deixemo-lo seguir seu curso, e vamos em busca de outra fonte da filosofia. Podemos chamá-la de o Cuidado que o homem põe na própria existência.

A DÚVIDA COMO MÉTODO DE GANHAR O CÉU

Adversário de Descartes, Pascal desconfiava do aumento de saber que o *Discurso do Método* prometia aos que lhe seguissem os preceitos, pois a chegada só difere da partida por elevar a ignorância à consciência de si:

As ciências têm duas extremidades que se tocam. A primeira é a pura ignorância natural, na qual se encontram os homens ao nascer. A outra extremidade é aquela aonde chegam as grandes almas que, tendo percorrido tudo o que os homens podem saber, acham que nada sabem, e voltam àquela mesma ignorância da qual haviam partido; mas é uma ignorância sábia, que se conhece. (*Pensées*, frag. 327, ed. Brunschvicg, Garnier, Paris, 1957).

Para dizê-lo à maneira dos matemáticos, a ciência e a insciência estão entre si como as proporções aritmética e geométrica. O saber é lento para crescer, mas o “não-sei” vem rápido aos lábios, apenas para desculpar-se com um mínimo de palavras, como se as respostas governassem as perguntas. Esse abismo do sentido, que parece tão abandonado por Deus, é, contudo, o lugar “donde tudo surge e ao qual tudo retorna, como a seu princípio” (*apeiron*, o sem-limites, chamou-o um grego). Convém, pois, ao menos uma vez na vida, “abismar-se”, ir ao fundo, e respirar o éter que exala dessa substância primordial, onde está mergulhado tudo o que se tem por verdadeiro. À consciência desse abismo chamamos “vertigem”, que é o sentimento de perder o chão debaixo dos pés, ou “angústia”, própria de quem vê estreitar-se o espaço interior, à medida que aumenta,

de modo exponencial, o espaço infinito que nos cerca. Pascal sentiu-a com singular intensidade quando anotou, nos *Pensamentos*, que “o silêncio eterno desses espaços infinitos me enche de terror”.

Como todo amor, o “amor ao saber” em que se decompõe o nome da filosofia é também um contentamento descontente, que ensina a conviver com o que não se pode possuir. Por isso o *esprit de géométrie*, próprio das personalidades positivas, deve ceder espaço ao *esprit de finesse*, mais exigente no que se refere às incertezas da vida. Filósofos de outra estirpe, que o costume chama de metafísicos, têm necessidade de descer mais fundo na condição humana e sondar as raízes da existência para encontrarem a humanidade do homem. Não se sentem à vontade dentro do próprio corpo, parecem perdidos se não experimentarem todos os caminhos de fuga e salvação. Mas quem segue todos os caminhos não chega a lugar nenhum. Por isso é preciso tomar cuidado.

O CUIDADO

Ao homem todo cuidado é pouco. Por mais que se cuide, sempre há o que fazer, “pois ele é um incessante, inevitável e puro fazer”, lembra-nos Ortega; faz metafísica, mesmo que não o saiba, assim como cria riquezas, ou faz versos, faz ciência e faz política; e quando parece que não faz nada, é que espera, e esperar é às vezes um terrível e angustioso fazer: é fazer tempo; e aquele que nem sequer espera e que verdadeiramente nada faz, o *fainéant*, esse faz o nada, quer dizer, sustenta e suporta o nada de si mesmo, o terrível vazio vital que chamamos aborrecimento, *spleen*, desespero. (Unas lecciones de metafísica, *Revista de Occidente* em Alianza Editorial, Madrid, 1993, p. 25).

Comparemos essa opinião com a que Pascal anotou nos *Pensamentos* (de número 131):

Tédio. – Nada mais insuportável para o homem do que estar em repouso total, sem paixões, sem ter o que fazer, sem divertir-se, sem aplicação. Assim ele percebe seu próprio nada, seu abandono, sua insuficiência, sua dependência, sua impotência, seu vazio. Logo extrairá

do fundo de sua alma o tédio, a perfídia, a tristeza, o desgosto, o despeito, o desespero. (*Pensées*, texto da edição Brunschvicg, Garnier, Paris, 1957).

Não se pode descuidar do tédio. Nesses tempos de insegurança, a cura vem impressa na raiz das palavras que mais usamos: não é apenas o contrário da incúria que governa o país, pois também está na *securitas* que almejamos, na *insecuritas* e no descuido a que somos relegados. São palavras típicas de um mundo angustiado que a todo momento nos advertem dos limites da existência, como se nossos caminhos se estreitassem cada vez mais. Da mesma forma a *curiositas* requer cuidado, enquanto virtude da inteligência, necessária para suscitar o desejo de saber, mas as urgências da vida mal lhe dão tempo de cultivar-se, e só permitem a curiosidade malsã do *big brother*. A vida humana é um projeto da cura; em português dizemos “cuidado”, mas em uma ou outra versão ela se infiltra por todo o nosso ser, sem que possamos extirpá-la, como fazemos com as ervas daninhas.

No entanto, mesmo no desamparo do coração, quando tudo o que parecia firme vacila e vai ao fundo, ainda se pode ter esperança, pois esperar é fazer o tempo vir a nosso encontro, como se nos faltasse algo inacessível, sem o qual não podemos viver. No fundo, sempre esperamos por novas possibilidades, e se escolhemos uma ou outra (ou mesmo nenhuma), excluímos muitas outras; pois toda escolha é limitação e carência. Existirá, no entanto, a possibilidade de um “tempo propício” (*kairós*), no qual o infinito, como totalidade das opções, venha a nosso encontro? Será possível experimentar o que, por definição, nos ultrapassa e transcende? Ao verter *kairós* por *tempo propício*, introduzimos a qualidade no tempo, como se houvesse um tempo especial e diferente dos demais, um tempo de salvação que nunca se esgota, na esperança que o próprio infinito desça até nós, em sua eterna simultaneidade. Sabemos, porém, que não é assim. Não há bem que sempre dure.

Todo grande cometimento é falso por suspeição, porque a liberdade da fantasia inibe o realismo cotidiano apenas por alguns momentos, e do mesmo modo que o sonho encontra meios de escapar à censura, assim também a imaginação especulativa abandona por um piscar d’olhos

(*Augenblick*) o cauteloso ceticismo do sadio senso comum. O todo é não verdadeiro porque não podemos suportá-lo o tempo todo. Mergulhado na sucessão do tempo finito, o tempo-todo é algo que ultrapassa o presente e destrói o esforço da atenção mais concentrada. Mas enquanto cerramos a pálpebra e afastamos por um momento os requerimentos do mundo sensível, o *Augen-blick* é o tempo propício no qual o infinito se insinua, trazendo a promessa de felicidade que o próprio mundo logo trata de desfazer. Aqui se encaixa com perfeição o que diz o poeta Ângelo Silésio no *Peregrino Querubínico*: “Homem, quando elevas teu espírito além do espaço e do tempo / então podes estar na eternidade a cada momento”. (Mensch wo du deinen Geist schwingst über Ort und Zeit, / so kanstu jeden blik seyn in der Ewigkeit. Cherubinischer Wandersmann, erstes Buch, 12).

A APOSTA

As crenças com as quais vivemos são úteis no dia a dia, pois permitem formar hábitos que nos libertam para coisas mais importantes. Contudo não convém deixá-las solidificar-se na esfera do conhecimento, porque elas logo se tornarão um empecilho cada vez mais difícil de remover. As crenças associadas às ideias formam o que chamamos convicção. Dissociar as ideias de nossas crenças e tratá-las como impessoais, como de fato são em si, e submetê-las a crítica, é sempre mais difícil para o discurso estabelecido. Isto vale tanto para crédulos quanto para incrédulos, com sua presumida independência intelectual. Se não forem compelidas por algum desafio externo, as “ideias bem assentadas” costumam não se levantar. Além de crenças propriamente religiosas (sem falar de outras, mais vulgares), existem crenças científicas e crenças filosóficas. Ao que parece, têm o dom de suscitar mais entusiasmo do que as ideias, talvez por isso as pessoas não se apaixonem pela democracia (que é uma construção eminentemente racional), tanto quanto se entregam à sedução dos regimes totalitários, que sempre oferecem algo da missão religiosa, a exigir fé e devoção. Ninguém se sacrifica por teorias, mas muitos dão a vida por suas crenças. (Ver Ortega, Ideas y Creencias, *Revista de*

Occidente, Madrid, 1959; Karl Jaspers, *Der philosophische Glaube*, Fischer Bücherei, 1958. Sobre o mesmo tema, cf. a discussão entre o Cardeal Carlo Maria Montini e Umberto Eco, *Em que crêem os que não crêem?*, ed. Record, 7a ed., 2002).

Desde muito jovem, Pascal se dedicou às ciências físicas e às matemáticas. As descobertas que fez, nesses domínios, tornaram-se aquisição definitiva do espírito humano, jamais uma dúvida se levantou contra elas. Mas ao cabo de uma crise religiosa, ao ver-se confrontado com o problema do sentido da vida, nada encontrou que pudesse demonstrar, e, principalmente, nenhuma certeza a que se ater. As verdades que mais nos dizem respeito escapariam, assim, ao poder da razão? Estariam além do que se pode saber? Seria possível, ao menos, crer no que a religião ensina, sem duvidar da vida eterna, esse fundamento indemonstrável do Sentido que tanto nos importa?

A desproporção entre a razão finita e a infinita é tão grande, que o conhecimento metafísico parece impossível. Mesmo assim, não se pode desprezar a experiência espiritual da finitude, porque a própria miséria do homem sem Deus o empurra para uma aposta desesperada. Não há o que perder, se a religião nos oferece a porta estreita; daí ser possível efetuar um re-investimento metafísico, que se alimenta da fraqueza humana. Dois fragmentos da *Apologia da Religião Cristã*, cujo torso inacabado os editores chamaram de *Pensamentos*, dizem-no expressamente: A grandeza do homem é tão visível, que ela própria é extraída de sua miséria (fragm. 409); e mais adiante: Apesar da visão de todas as nossas misérias, que nos tocam e nos sufocam, possuímos um instinto que não podemos reprimir, que nos eleva (fragm. 411).

Pascal nunca conseguiu livrar-se de um preconceito que o acompanhou por toda a vida, contido no inaceitável decreto de Calvino: *finitum non capax infiniti* (o ser finito não pode conhecer o infinito). Trata-se de crença e preconceito ao mesmo tempo, sem dúvida, porque não se pode demonstrar nada a respeito, nem a favor, nem contra. É possível argumentar, porém (como Hegel o fez mais tarde), que a tese é falsa, porque está ancorada num conceito insuficiente de razão (isso de nosso lado), e, do lado do infinito, numa concepção vazia e, desta sorte,

inconsistente. Ora, também Pascal, como Descartes, não foi além da dúvida, e não duvidou da dúvida; preferiu dar um salto para o outro lado (o infinito), como se bastasse a vontade de fazê-lo, contudo não dispensou inteiramente a razão. Sendo afeito ao cálculo de probabilidades, que, como matemático, ajudou a criar, propôs apostar numa espécie de jogo, definido pela racionalidade matemática, no qual nada havia a perder (pois ninguém perderia o que não possui, quer dizer, o infinito), mas havia tudo a ganhar se houvesse o infinito, que seria dado de prêmio. De fato, na banca infinita na qual jogou todas as fichas não há o perigo de perder; se Deus existe, argumentou com a argúcia do jogador experiente, teremos feito tudo para merecer a vida eterna; se não existe, não perderemos mais do que temos. A aposta é tentadora, pois só oferece possibilidade de ganho, e nunca perderei mais do que já possuo; a certeza negativa suprime todo prejuízo presente ou futuro e eleva a vida finita a uma possibilidade infinita: Assim nossa proposição possui uma força infinita se é o caso de arriscar o finito em um jogo no qual há probabilidades semelhantes de ganhar e perder, e a ganhar o infinito. (*Pensées*, III, 233, *Infini. Rien*, Texto da edição Brunschvicg, Garnier, Paris, 1957, p. 137).

Desta forma, Pascal economizou, com um salto, o que Hegel considerava a “paciência do conceito”; vem a ser o desenvolvimento sistemático da verdade, segundo o discurso da razão. O inconveniente maior desse método é sua falta de método, donde resulta que ficamos sem saber aonde vai cair o eventual ganhador da aposta. Não cito o polemista das *Provinciais*, perdido no escuro túnel da predestinação, mas o filósofo ansioso de elevar-se ao infinito, ainda que por meio de um jogo que só podia oferecer a certeza de não perder, com nenhuma garantia de atravessar o silêncio eterno dos espaços infinitos.

Pascal pode ser considerado a última figura da consciência infeliz e a primeira da inquietação moderna, presa no dilema entre a fé e a razão. *Aut aut*, ou uma ou outra, diremos mais tarde, sem nos darmos conta de que o apologista de Port-Royal apostara na má infinitude do cálculo probabilístico. O ceticismo que alimentou sua angústia não alcançou a

razão científica, tão somente a razão metafísica, que ele dispensou para dar lugar à fé, como o filósofo de Königsberg haveria de repetir mais tarde. A propósito, assegura-nos Gérard Lebrun, se Pascal não anuncia a morte de Deus (na verdade, ele se desfaz do deus dos filósofos), proclama bem antes de Kant o fim da metafísica, tal como a tradição a ensinava. (Ver, do autor, *Blaise Pascal*, col. Brasiliense, 1983; também *Kant et la Fin de la Métaphysique*, Armand Collin, 1970).

Mas sem poder desenvolver uma metafísica da liberdade, o infinito separado no qual jogou seu destino só podia trazer a angústia de uma escolha incompreensível, que já estava decidida desde toda a eternidade, antes mesmo da criação do mundo finito.

A paciência do conceito teria fatalmente de sucumbir diante da angústia, que na brevidade da vida exigia um salto audacioso, apoiado somente na fé. O memorial que se encontrou cosido à roupa do filósofo após sua morte rejeita o Deus dos filósofos, para ficar com o Deus pessoal de Abraão, Isaac e Jacob, mas, sobretudo, o Deus de Jesus Cristo. Diz o texto: Deus de Abraão, Deus de Isaac, Deus de Jacob, não dos filósofos e sábios... Deus de Jesus Cristo. (Ver o belo comentário de Romano Guardini no primeiro capítulo de *Pascal ou le Drame de la Conscience chrétienne*, trad. francesa, Ed. Du Seuil, Paris, 1951). Eis a aposta do homem Pascal, não a do filósofo; o qual apenas consentiu em silenciar o desejo de conhecer, para dar lugar à fé. Esta experiência pessoal, cuidadosamente datada, acontecida no ano da graça de 1654, na segunda-feira, 23 de novembro, entre as 22,30 horas e meia-noite e meia, derrama uma luz intensa sobre nosso problema, três séculos e meio depois: é possível fazer o homem e o filósofo falarem ao mesmo tempo e dizerem uma só coisa?

Afinal, consentindo ou não na aposta, o espírito permanecerá sempre o mesmo. Não obterá nenhuma resposta antecipada. Romano Guardini define o jansenismo como uma espécie de calvinismo mitigado, e o considera responsável maior pelo fracasso do cristianismo perante o racionalismo do século XVIII, impermeável, de fato, a qualquer negação da liberdade. (Op. Cit., p. 206). Contudo, como mostrou argutamente

Max Weber, a versão “forte” da predestinação, representada pelo calvinismo e as seitas protestantes não luteranas, conseguiu inserir-se no tempo histórico e forçar a confirmação mediante a riqueza, vem a ser, a resposta finita do mundo finito. Mas o êxito financeiro está longe de ser um bom argumento teológico.



Um intelectual que transpôs fronteiras

Aloisio T. Garcia*

O primeiro ideólogo do nacionalismo latino americano foi o uruguaio José Henrique Rodó, que iniciou nas letras na biblioteca do pai, um empresário rico e conhecedor dos clássicos europeus e em especial dos espanhóis.

Assim como Martí, Rodó é outro exemplo de liderança política com forte verniz intelectual. Já no ensino médio, escreveria seu primeiro texto de crítica literária.

Em sua obra, omitida no monumental tratado da *Historia da América Latina*, organizado pelo professor Leslie Bethell, da Universidade de Oxford (3 volumes, 3.000 páginas) Rodó deu destaque ao culto aos heróis latino-americanos, a começar por Simón Bolívar, chegando até o norte-americano Benjamim Franklin. Interrompeu seus estudos com a morte do pai e ao retornar à Universidade, cujos estudos nunca concluiu, recebeu a mais alta distinção em estudos literários.

Funda sua revista, destinada a “agitar a estagnação em que estavam atoladas as forças vivas do Uruguai”. Rodó escreve crítica literária, interpreta e comenta clássicos espanhóis e latino-americanos e vê a guerra civil em seu país levar ao fechamento da sua promissora *Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales*.

* Professor, escritor, da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 36).

Com a derrocada dos negócios do falecido pai, aceita o emprego público, “mazela cartorial da America “ e é nomeado professor catedrático de literatura, cargo que acumula com a diretoria interina da Biblioteca Nacional.

Dois fatos mudam novamente a vida de Rodó. O falecimento de uma tia lhe traz uma expressiva herança e na America Central os Estados Unidos tomam o poder em Cuba e expulsam os espanhóis. O intelectual ativista fica duplamente entristecido; como neto de espanhol, amava a pátria avoenga e não esperava vê-la enxotada de um dos últimos bastiões do grande império latino americano. Por outro lado, desejava uma Cuba livre, mas a seus olhos ela apenas mudara de dono e senhor...

Enfurecido com esse duplo sentimento de frustração, escreve um livreto, verdadeira homília moral dirigida à juventude latino-americana. *Ariel*, esse pequeno grande livro, sacudiu a América espanhica e se tornou leitura obrigatória em dezenas de escolas de diversos países.

O Destino Manifesto dos Estados Unidos confirmaria um projeto de expansão gerado em 1839 e que seria conduzido na guerra contra o México (1846-1848) e, meio século após, na guerra contra a Espanha, de cujo império sobraram frangalhos neste lado da Linha de Tordesilhas.

Porto Rico, Filipinas, Cuba e ilhas Guam deixam de ser colônias espanholas e se tornam protetorados dos EUA. Como José Martí observara antes, os norte-americanos não conheciam e não conseguiram compreender a nova realidade que era construída ao sul do Rio Grande.

O expansionismo ianque traz às ruas e aos jornais os adversários mais qualificados; como Mark Twain, o grande e mais popular escritor daqueles dias, que funda a Liga Anti-Imperialista dos Estados Unidos e com fina ironia se contrapõe à idéia de seu país se tornar um Império, contrariando tudo o que os *Founding Fathers* proclamaram na sua criação.

O México, apesar de derrotado em seu território, vota sua Constituição nos moldes federalistas norte-americanos, a quem os congressistas mexicanos emulavam formalmente...

Só Simón Bolívar, o Grande Libertador, mostrou-se cauteloso com relação aos EUA e pregava maior aproximação das jovens nações

americanas com a Inglaterra, ainda que reconhecendo e enaltecendo o clima de liberdade que se respirava no “gigante do norte”.

Foi um momento decisivo para que a América Latina, saída das garras do Império Espanhol, não procurasse guarida no Império do Norte, cujos defensores se multiplicavam entre as grandes lideranças regionais. A anexação do Texas e a guerra contra o México não ecoavam abaixo da bacia do Plata. Exemplo disso é o escritor – e futuro presidente da Argentina – Domingo Sarmiento, que era chamado de Franklincito (pequeno Benjamin Franklin) em razão da sua desmedida admiração pelos EUA, por onde viajou por mais de seis meses. A atração pelo “colosso do norte” era predominante e seus princípios federalistas e libertários copiados e aclamados.

A virada da década de 1890 foi impactante, não só pela questão cubana e o surgimento de *Ariel*, a bíblia do nacionalismo latino-americano, mas pelo surgimento do antiamericanismo que ganhava as mentes e bancos escolares das Antilhas, Andes e pampas...

A invenção do navio a vapor foi outro golpe na esquadra de caravelas do Império Espanhol, mudando a tecnologia, com ela, o balanço do poder. Segundo carta de um diplomata espanhol a Miguel de Unamuno, “a invenção do navio a vapor foi um golpe mortal para nossa potência.” O equilíbrio de forças passava definitivamente das mãos de Portugal e Espanha para a Inglaterra e os EUA, em franca expansão.

A influência francesa no cone sul da América era de outro matiz: tradição cultural, artística, filosófica e humanística, mas nada em comum com a truculência da política externa dos EUA. Por isso mesmo, foi no cone sul que o antiamericanismo prosperou primeiro e seu ápice pode ser associado à publicação e divulgação de *Ariel*, reeditado sucessivas vezes na *Venezuela*, *República Dominicana*, *Cuba* e *México*. O livro também fortaleceu o positivismo, que grassava pelo novo continente. Se a doutrina de Comte era a “religião do progresso”, *Ariel* incorporava a ele o sentimento libertário que viria a arrebatá-los os povos latino-americanos.

Para Rodó, duas vezes eleito para o Congresso uruguaio, o único caminho aberto aos povos do continente sul para romper a marginalidade e o atraso era a educação.

Ele vivenciou uma época em que a chamada “inevitável marcha da civilização” justificava a absorção e anexação de países atrasados às cultas nações europeias. Essa teoria era tão forte que levou Marx e Engels a escreverem a favor da guerra dos EUA contra o México!!!

Assim, o nacionalismo aqui tomou a educação como instrumento de libertação, herdando a tradição e a liderança católica como vanguarda do pensamento e das liberdades. Após a crise econômica de 1905, que sacudiria Argentina e Uruguai, fortes exportadores de carnes e cereais, viria a Primeira Grande Guerra, trazendo desilusão à Rodó; afasta-se do conceituado *La Razón*, ao sentir a crescente simpatia do jornal pelos germânicos, e apesar da sua atuação brilhante em dois mandatos parlamentares, distancia-se do grande conflito que se armava e vai morrer tranquilo no Velho Continente, deixando notável legado moral e intelectual para o Uruguai e a América Latina.



A filosofia antiga e os literatos

Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho*

Introdução

Uma questão se levanta: Uma filosofia antiga pode ser atual e interessar aos literatos de hoje?

Poder-se-ia também formular o tema desta maneira: Como uma filosofia antiga pode ser atual e, em consequência, ser útil aos que se dedicam à literatura.

Cumprido de plano esclarecer os conceitos.

Uma filosofia antiga é uma doutrina que pertence a um passado longínquo, a uma época pretérita.

Deixando de lado ulteriores considerações sobre o conceito de antigüidade, neste texto nos referimos à filosofia greco-romana.

Por outro lado, a idéia de atualidade pode ser entendida de duas maneiras: Atual como sendo o que existe no momento presente ou o que concerne e interessa à época presente.

Afirmar que uma filosofia antiga pode ser atual é querer conciliar dois termos incompatíveis, dado que uma filosofia antiga, *a priori*, não pode ter nenhuma atualidade, pela própria definição dos vocábulos, pois pertence a um contexto anterior.

O princípio da contradição determina que uma coisa, considerada sob o mesmo aspecto, não pode ser e não ser ao mesmo tempo, ou seja, coisa alguma pode ter e não ter, ao mesmo tempo, determinada propriedade.

* Membro da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 12.

Entretanto, pode-se pensar que uma filosofia antiga é atual desde que se considere que o conhecimento da mesma se torna um preâmbulo indispensável para a compreensão da filosofia, da literatura e da ciência hodiernas, edificadas sobre os fundamentos de séculos passados.

Uma filosofia antiga pode ser atual na medida em que ela se faz necessária à compreensão da filosofia contemporânea e oferece luzes aos que se dedicam ao mundo das Letras.

Avançando o raciocínio, é possível inclusive asseverar que, não apenas sob este aspecto, é lícito falar na atualidade de uma filosofia antiga, mas também no sentido em que uma filosofia antiga pode interessar à época presente por fornecer meios de compreensão para os problemas recentes e, na verdade, é verídico assegurar até que, sem tais teses anteriores, há temas que ficariam obscuros e não teriam sido aprimorados e enriquecidos como os conhecemos hoje.

São, portanto, indispensáveis não apenas porque tais conhecimentos, que foram maduramente idealizados por indivíduos de extraordinária potência intelectual, deixaram um legado permanente para o desenvolvimento do pensar humano, mas, outrossim, como foi dito, se tornaram imprescindíveis para a solução de problemas conaturais ao homem de todos os tempos.

Se é certo que o contexto histórico varia – e não se pode negar que existe um processo que determina o surgimento de novos elementos socioculturais, como resultado de adaptações e modificações contínuas e progressivas de elementos anteriores que eram mais simples; se é evidente que técnicas, formas de organização social, crenças, costumes, conhecimentos, mais complexos e diferenciados vão surgindo século após século e, hoje em dia, a aceleração da história é um fenômeno inegável, contudo, seria um manifesto equívoco arrolar, por exemplo, as obras de Sócrates, Aristóteles e Platão como desatualizadas, devendo ser inteiramente ignoradas, precisando ser vistas como teorias pitorescas e descabidas.

Uma “ontologia do presente” não se coadunaria com uma “ontologia do passado” é o que dizem aqueles que, exatamente, se esquecem que proferem um contra-senso, revelando um desconhecimento primário da própria noção do ser.

Um relativismo mórbido está na base de afirmações como estas: “A noção de verdade muda”; “As normas da verdade e da admissibilidade racional evoluem”.

Embora o progresso do saber e da técnica sejam incontestáveis, no entanto não se pode compreender o sentido de seus resultados e deles fazer uma idéia justa, se não se estuda o pensamento antigo dos filósofos que já refletiram em profundidade mormente sobre problemas metafísicos.

Importância da Filosofia Antiga

A filosofia antiga oferece, de fato, recursos para melhor se refletir sobre as magnas questões que afligem a sociedade atual, proporcionando meios para solucionar inúmeras dificuldades que a ciência e a tecnologia não resolvem.

O que se esquece muitas vezes é o aspecto interdisciplinar da filosofia, cujas noções basilares farolizam todas as outras ciências.

Os filósofos da antigüidade clássica tiveram intuições transcendentais sobre a realidade as quais atravessam o tempo, dado que seus conceitos convêm à essência de todos os seres e, assim, permanecem vivas não obstante todo o avanço da ciência moderna.

Aí está o motivo pelo qual, embora sob o ponto de vista da constituição física, biológica, química dos seres criados, eles tenham cometido erros, no que tange à quiddidade mesma, à essência de uma coisa, à qualidade essencial, ao conjunto das condições que determinam um ser particular no que lhe é ontologicamente constitutivo, deixaram noções sem as quais a própria ciência não chegaria aonde tem conseguido conquistar.

Pela pujança intelectual incontroversa desses gênios que surgiram na Grécia e em Roma não se pode negar que não há, nas províncias da investigação teórica, doutrina moderna que não tenha sua raiz nas idéias fulgurantes de algum destes pensadores.

Aliás seja dito que muitos malefícios causados à humanidade neste início de milênio, e mesmo anteriormente, pelo mau emprego das conquistas científicas têm seu antídoto em princípios éticos formulados pelos sábios filósofos da antigüidade, os quais, segundo Justino,

participavam do *logos* divino¹. Ao número destes filósofos pertencem Sócrates, Platão e os estóicos, pelos quais Justino tem sincera admiração; mas nem por isso excluem de sua companhia os poetas, os legisladores e os historiadores. Descobre excelentes normas de moralidade nos poetas e nos pensadores anteriores à sua época. Eles não possuíram integralmente o Logos, mas dele compartilhavam tanto imediata como mediatamente: imediatamente pela iluminação do Logos, e mediatamente pela revelação.

Diante de tanta calamidade, não obstante a empáfia com que a ciência moderna se apresenta, o retorno ao pensamento antigo proporcionaria soluções para os males atuais.

Adite-se que o ser pensante necessita de referenciais consistentes para poder desenvolver suas conquistas e muitos erros posteriores foram causados exatamente por se ignorarem os princípios filosóficos intemporais levantados pelos gregos e romanos.

Após fatigosas reflexões, quantos estão a repetir ao auscultar o pensamento antigo: “Não há nada de novo sob o sol²”.

Há algo de permanente no universo e quando os pré-socráticos, assumindo pela vez primeira uma atitude exclusivamente filosófica, passaram a indagar qual seria a ousia, o elemento primordial, o mito foi vencido e uma monumental construção filosófica na plena acepção do termo se iniciou. É de se notar, inclusive, que a física de certos pré-socráticos anuncia, embora de maneira rudimentar, a física moderna. O caminho foi longo até chegarem os pensadores a Aristóteles com sua teoria do hilemorfismo, uma conquista ímpar da inteligência humana, tendo um grande impacto na antropologia filosófica posterior.

Grande é, por exemplo, a atualidade da “Carta de Epicuro a Meneceu” para se pensar a relação da humanidade com a natureza e para se colocar um freio aos desejos frívolos, artificiais, como a busca desenfreada de riquezas ao impulso da sociedade de consumo.

No turbulento mundo de hoje e suas vicissitudes, ante o niilismo da cultura moderna, a obra *Arte de viver* de Epicteto, o livro *Da vida feliz*, de Sêneca, lidos sob a ótica cristã são atualíssimos, mostrando o uso da razão para se atingir a felicidade. Cumpre, realmente, não se desviar, seduzido pelas falsas aliciações do mundo, mas é preciso que

cada um seja senhor de si mesmo. É necessário suportar as dificuldades existenciais com *parrhesía*, coragem, decisão, determinação e força de caráter.

Questionamentos à Ciência Moderna

A verdade é que a ciência moderna apresenta um saber racional unilateral. Volta-se unicamente para o objeto exterior, a quantidade, o que é aparente, e acaba se esquecendo do sujeito, da sensibilidade, do espírito, do mundo da vida, da consciência nas quais o saber se enraíza.

O imperialismo cientificista leva a querer objetivar e a quantificar o próprio sujeito pensante e daí uma psicologia, uma antropologia e uma sociologia ditas científicas, donde uma série de desvios, levando a uma falsa visão do homem nesta terra, a qual é, deste modo, violada pela falsa percepção do valor da vida humana que fica agredida, vítima da agressão desumana à natureza. Uma ciência que se mostra divorciada da vida, da existência.

É aí que o pensamento antigo entra para recolocar o homem no seu lugar e entrosá-lo novamente na natureza, numa perspectiva filosófica profunda.

É de tal espírito que os líderes mundiais deste momento histórico precisam se conscientizar, reservando um tempo no seu agitado agir para repensar o que os sábios greco-romanos disseram.

O pensamento antigo leva, realmente, o homem à reconciliação com a natureza e consigo mesmo e, hoje mais do que nunca, vale o lema socrático “Conhece-te a ti mesmo” – *Gnôthi seautón*. É esse ato de conhecimento que torna viável a promoção de nossa autotranscendência. Conhecer a si mesmo para saber como modificar a relação para consigo, com os outros e com o mundo.

Quem acompanha certos fatos que hoje se desenrolam no Brasil fica certamente cada vez mais convencido de que uma (re)leitura dos sábios filósofos gregos, mormente Sócrates e Platão, muito ajudaria para que houvesse mais consistência em muitos dos pronunciamentos e atitudes de alguns líderes que comandam esta nação.

O que mais censurava Sócrates nos retóricos de seu tempo era o fato de que, por trás das palavras, não se percebia um saber objetivo, uma filosofia ou firme concepção de vida. Nenhuma moral sólida animava muitos pronunciamentos, cujo móvel era a cobiça, a vontade do sucesso a todo custo, a falta de escrúpulo em prometer sem condições ou intenções de se cumprir o prometido. Um hedonismo macabro estava subjacente no discurso dos sofistas que se julgavam investidos da missão de educadores.

É que naquele tempo já se lutava contra o mero fogo de artifício que deslumbra e, por isto mesmo, engana. Apelava Sócrates para um senso crítico apurado, a fim de que se pudesse desmascarar as quimeras cerebrais de falsos intelectuais que aspiram a dominar através de palavras fluentes, mas vazias. Tanto ele como Platão chamam a atenção para o fato de que os falsos estadistas são sempre cortejados por aqueles que usam em tudo o padrão de suas conveniências pessoais. Os mais fortes exploram os mais fracos, usando uma política de intimidação. Isto significa que passa a imperar o princípio do sórdido egoísmo que costuma dominar quem idolatra o poder, cortejado pela lisonja que é a arma comum dos palacianos. O ideal socrático e platônico, porém, é que o verdadeiro estadista deve escolher as palavras, praticar ações justas e distribuir seus dons em vista de uma ordem suprema do reino do espírito. Nada mais calamitoso para a sociedade do que a destruição dos valores morais. Diluir a tessitura ética da sociedade é o maior dos males.

A atenção do bom político terá que se concentrar constantemente no fazer com que a justiça entre nas almas dos cidadãos apartando qualquer tipo de injustiça. Que reine a prudência e a moderação e desapareça o destempero. Sejam estimuladas as virtudes e afastados todos os vícios. Nada de satisfazer os caprichos pessoais ao ritmo de uma vaidade perniciososa. O tirano que idolatra o poder exige que os outros pensem sempre como ele. Faz correr lágrimas de crocodilo ao se livrar de amigos que se tornam incômodos e não tem receio em afastar no próprio interesse quem no seu caminho se tornou uma pedra. Por tudo isto, no pensar de Sócrates o bom cidadão é um lutador e não um adulator, pois é preciso que se aplique por toda parte a terapêutica da verdade, a qual torna os

homens melhores. Segundo Platão, o autêntico homem público é aquele que faz mais virtuosos os cidadãos, depois de haver, ele próprio, se tornado mais virtuoso, graças ao domínio que exerce sobre seus ímpetos de mando, evitando todo e qualquer desmando.

A opinião reta deve ser fixada, estabilizada pelo saber exato, com o qual se preocupam sempre os bons políticos.

Virtus in medio

Ante os desatinos do mundo de hoje, no qual falta a moderação, a prudência, o sentido da medida das coisas, ressoa o clamor aristotélico *virtus in medio*³. De fato o grande problema hodierno é o problema das atitudes. Falta de critério e de objetividade para utilizar o progresso científico. Sob este aspecto atualíssima é a “Ética da Nicômaco”, pois em Aristóteles, toda racionalidade prática é teleológica, orientada para um fim. À Ética cabe determinar qual a finalidade suprema e qual a maneira de alcançá-la. Essa finalidade suprema é a felicidade, isto é, *eudaimonía*, que não consiste nem nos prazeres, nem nas riquezas, nem nas honras, mas numa existência virtuosa. A virtude, por sua vez, se encontra num justo meio entre os extremos, que será encontrada por aquele dotado de prudência – *phronésis* e educado pelo hábito no seu exercício. Trata-se da valorização de cada ação, bem compendiado no *age quod agis*, que era o lema do poeta grego, Xenófanes de Cólofon, o qual exerceu notável influência sobre a escola eleática.

Como seria bom refletir hoje neste pensamento aristotélico: “O homem, quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciosa quando armada, e o homem nasce dotado de armas para serem bem usadas pela inteligência e pelo talento, mas podem sê-lo em sentido inteiramente oposto. Logo, quando destituído de qualidades morais, o homem é o mais impiedoso e selvagem dos animais, e o pior em relação ao sexo e à gula⁴”. Por certo a violência que campeia por toda parte, a imoralidade sem peias e o descontrole dietético seriam refreados!

O pensamento antigo leva, deste modo, a uma análise equilibrada do homem dentro do cosmos, à harmonia, à preocupação dos limites, à sabedoria do bem viver e bem tratar a terra em que se vive.

As virtudes cardeais platônicas, ou seja, a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça precisam ser revividas após uma funda reflexão do texto do célebre epígono de Sócrates a bem da cidade terrena. Os políticos hodiernos deveriam aprofundar os conceitos de Platão para terem coragem para preservar a integridade física e espiritual dos cidadãos com aquela sabedoria que leva a empregar a virtude da justiça no sentido de honrar os direitos alheios, controlando os impulsos próprios em prol unicamente das necessidades da sociedade. Uma releitura destas obras *República*, *O Político*, *As Leis* modificariam as atitudes de muitos homens públicos de nossos dias! Platão dizia que nada pior do que ser governado por ignorantes. A política é um saber e é preciso, portanto, que governem os que sabem. O filósofo tem pois o dever de governar. Em caso algum, entretanto, o filósofo deverá tomar o poder, porque ele se tornaria um tirano. Deve esperar que os cidadãos lhe peçam para governar. Para Platão a justiça não consiste somente em dizer a verdade; nem somente em devolver o que se tomou emprestado; nem em apenas dar a cada um o que se lhe deve, fazendo bem aos amigos e mal aos inimigos; nem em fazer bem aos amigos bons e mal aos inimigos maus; nem muito menos no interesse do mais forte, como ensinava Trasímaco; nem no que é útil para o mais poderoso, considerando as leis como dadas pelos que governam para seu próprio proveito. A justiça não consiste, outrossim, em uma convenção estabelecida como lei pelos homens, diante da lei natural, para defender os fracos contra os mais fortes. Para Platão a Justiça na cidade e no indivíduo é a mesma, ou seja, é a unidade da ordem. A cidade é um grande todo integrado por indivíduos, famílias e classes sociais com atividades e interesses muito distintos. Não seria possível uma entidade social se entre suas diversas partes não reinasse uma ordem rigorosa que reduzisse a diversidade à unidade, assinalando a cada parte o lugar e a função que lhe correspondem dentro da totalidade. É a mesma ordem que deve reinar dentro de cada um, pois a justiça é uma virtude da alma que introduz unidade dentro do composto humano.

Platão, além disto, considera o ateísmo como o mais grave dos delitos. Deus é a medida de todas as coisas e a norma suprema para regular as relações de conduta dos cidadãos e as relações estatais. Como seria bom, de fato, que todos os governantes hodiernos assimilassem bem estas idéias políticas. A condenação platônica àqueles que têm fome de poder e nele desejam se perpetuar é um dos pontos altos de seu ensinamento, tão útil a certos líderes latino-americanos deste início de milênio. A Justiça como busca do total equilíbrio interior e social deveria ser o anelo de todo cidadão. Embora o governo dos filósofos seja uma utopia, pois diz Platão que eles são sempre incompreendidos, fica o ensinamento de que governar é tarefa que exige o máximo de seriedade. O atual panorama político mundial por certo deixaria o notável filósofo convencido de que mais do que nunca o equilíbrio deveria imperar. Então, sim, as reformas transcorrerão de uma maneira transparente, bem longe de qualquer injustiça. O que está muito esquecida é a sentença de Sêneca: *Actio recta non erit, nisi recta fuerit voluntas*⁵ (A ação não será honesta se honesta não for a intenção).

Conclusões

Os sábios antigos podem, portanto, ajudar a repensar plenamente a época atual.

É de se notar que Gilles Lipovetsky, professor francês, denunciou um lamentável vazio que passou a reger o mundo de hoje⁶. Intelectuais acometidos de senilidade precoce, militantes do insignificante protestaram com veemência, mas o jovem filósofo tinha razão. Gilles preconiza um combate à frivolidade imperante, à apatia, à indiferença, tanto mais que a sedução tomou lugar à convicção. Visível a desagregação da sociedade, dos costumes, do indivíduo colocado a reboque do consumismo. Erosão das identidades sociais com prevalência do individualismo, sendo visível, por exemplo, a exacerbação sexual. Percebe-se até uma fratura da socialização disciplinar. A mutação sociológica global em curso tornou muito mais complexa a situação humana no cosmos. Isto porque nos dias atuais impõe-se o máximo possível de opções com um mínimo de normas;

o máximo de desejos com pouca austeridade. Acentuou-se uma aversão ao mínimo de constrangimento. Daí a necessidade, que se observa hoje, da psicologização das modalidades de socialização em bases filosóficas tais como as preconizaram os filósofos antigos. Os valores individualistas não podem simplesmente impor suas indeterminações constitutivas. Quando o termo globalização está na ordem dos acontecimentos, é preciso enfrentar a estratégia global do processo de uma personalização acentuada, de um individualismo hedonista. Uma maior valorização da pessoa humana e não das máquinas e das estruturas econômicas.

A Filosofia Antiga conduz à ataraxia, serenados os ânimos numa quietude beatífica, mas que não amordaça o dinamismo necessário aos grandes esforços, visando ao aprimoramento individual e social. Não há então a morte do desejo, nem a amputação da expressão e a atrofia do eu, mas o aflorar de personalidades abertas à realidade de um mundo que não pode romper com princípios fundamentais sem os quais nada de consistente se constrói. É deste modo que se orientará a sociedade pós-moderna colocando-se sob a égide de dispositivos abertos e plurais. Hoje, tão alucinante é o passar das horas pela influência de toda a parafernália tecnológica de que dispomos, que o perigo é, de fato, cair no vazio descurando-se inteiramente do devir. Fecha-se o homem no imanente e bloqueada está a passagem para o transcendente. Desconhece-se o autêntico eudemonismo. É então que o ideal educativo grego poderá ajudar a um repensar desta situação atual, mostrando como a *paidéia*⁷, formação geral que tem por tarefa construir o homem como homem e como cidadão, poderá arrancar o ser humano de uma materialidade destrutiva, levado-o a um autêntico humanismo. Cumpre, de fato, a formação equilibrada e harmônica do homem como tal.

O pensamento antigo se torna assim tão atual, uma vez que ele teve a missão de deixar um patrimônio cultural inestimável não só sob o ponto de vista teórico, mas, mais ainda, ensinamentos práticos utilíssimos para os que vivem no tumultuoso início do século XXI.

A sabedoria grega é uma sabedoria do homem, ser racional, *perfectum opus rationis*, como salientou com precisão Jacques Maritain⁸. Tinham consciência do valor supremo do conhecimento racional para compreender

a realidade, edificar uma filosofia de vida e orientar o ser pensante em todos os sentidos. Com efeito, os pensadores antigos partiam da realidade tangível e visível, do movimento, do múltiplo que flui da energia do ato de ser. O que separa até o fundo o pensamento grego dos pensamentos anteriores é o seu pendor metafísico. Depara-se uma linha de investigações que se dirigem a um substratum do universo.

Adite-se que uma das características do pensamento grego foi, de fato, o humanismo e a partir do homem, microcosmos admirável, chegaram à noção de um Deus transcendente e ofereceram a verdadeira significação do mundo. Daí um dos aspectos da atualidade da sabedoria antiga, pois o filósofo grego procurou a harmonia do homem com o universo e com um Ser Supremo.

Não se duvidava entre os autênticos filósofos gregos da capacidade da mente humana de alcançar a verdade e superando com vitalidade extraordinária os equívocos dos sofistas, legaram um patrimônio cultural que atravessaria os séculos, farolizando as pesquisas posteriores.

Sócrates, o demolidor da sofística abriu o período áureo da filosofia antiga lançando princípios que influenciariam a tradição cultural da humanidade, mesmo porque na sua alheta Platão e Aristóteles fariam chegar ao apogeu uma reflexão que iluminaria para sempre os autênticos arquitetos das idéias. Legaram noções que o passar do tempo não conseguiu, nem conseguirá, abalar.

A notável aptidão dos antigos filósofos de organizar e assimilar a realidade, capacidade animada por persistente reflexão de um espírito questionador, deu, de fato, primazia ímpar aos pensadores greco-romanos.

As numerosas obras do final do século XX e início do século XXI, analisando sob novos ângulos os escritos platônicos, aristotélicos e de outros filósofos e as reedições das obras dos escritores romanos provam também a importância e a atualidade da Filosofia antiga.

É que os filósofos greco-romanos deram uma resposta incitante a inúmeras questões que inquietam o ser pensante.

- 1 Apol.II, 13
- 2 Eclesiástico 1,9
- 3 Eth. Nicom, VIII,11
- 4 Política, 1252 b
- 5 Epistulae Morales, 95.57 – “A ação não será honesta, se não for honesta a intenção”
- 6 Gilles Lipovetsky. *O império do Efêmero – A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 7 Werner Jaeger. *Paidéia – A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1994
- 8 Jacques Maritain. *Science et Sagesse*. Paris: Labergeri, 1935, p. 28-31



Centenário de Rubem Braga*

Danilo Gomes**

Pelo transcurso de seu centenário de nascimento, está por merecer todas as homenagens um dos grandes vultos do jornalismo deste país, o capixaba Rubem Braga, nascido em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, em 12 de janeiro de 1913.

Seu pai, o paulista Francisco de Carvalho Braga, foi o primeiro prefeito de Cachoeiro; exerceu as funções de lavrador, comerciante e tabelião. Sua mãe, Rachel Cardoso Coelho Braga, era filha de um pequeno fazendeiro do município. A vocação jornalística e literária madrugou no moço Braga: aos 15 anos, começou a escrever no jornal da família, *Correio do Sul*, de Cachoeiro – e não parou mais.

Em 1929, matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde estudou por dois anos e depois se transferiu para Belo Horizonte, onde concluiu o curso, em 1932. Ainda estudante de Direito, começou a trabalhar no jornal *Diário da Tarde*, desta capital onde já morava, seu irmão, o poeta e cronista Newton Braga. Passa a assinar crônicas e faz a cobertura da Revolução Constitucionalista de 1932 na frente de batalha, o Túnel da Mantiqueira.

Trabalhou depois em diversos jornais e revistas do Rio, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, cidades onde residiu. Em 1936, publicou sua primeira seleção de crônicas, *O Conde e o Passarinho*.

* Texto da palestra proferida em Brasília, na sessão solene da Associação Nacional de Escritores – ANE em 9 de maio de 2013.

** Jornalista, escritor. Da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 1.

Mais de uma vez foi detido ou perseguido por fazer oposição a governos.

Na Segunda Guerra Mundial, acompanhou a Força Expedicionária Brasileira-FEB, à Itália (1944-1945), como correspondente do *Diário Carioca*. Era, então, o Capitão Braga, sempre no *front*, em busca de notícias. Daí resultou o livro *Com a FEB na Itália-Crônicas de Guerra*. Em 1946, realizou a cobertura da primeira eleição de Perón, na Argentina, e, em 1956, da segunda eleição de Eisenhower, nos Estados Unidos.

Como sempre gostou de viajar (era uma espécie de Quinca Cigano internacional), escreveu, para diversas publicações brasileiras, dezenas e dezenas de notáveis reportagens, além de crônicas antológicas. Tornou-se um escritor cosmopolita, um *globe-trotter*, sem deixar de lado seu jeitão caipira.

Em 1950, morou em Paris, de onde enviava seus textos magistras para o *Correio da Manhã*. Muitas dessas reportagens, crônicas e pequenos ensaios estão agora enfeixados no recém-publicado livro *Retratos Parisienses* (Livraria José Olympio Editora, 2013), com seleção e apresentação de Augusto Massi. Nesse volume, as figuras enfocadas são graúdas, gente do *grand monde* cultural, como Clouzot, Céline, Duke Ellington, Breton, Thomas Mann, Braque, Prévert, Picasso, Matisse, Chagall, Fojjita, Sartre, Siqueiros, De Chirico, Montale, Moravia, Ungaretti, além de figuras mais antigas, como Zola, Frans Post, Oscar Wilde e Barrault.

Sabe-se que Rubem Braga foi um excelente, sólido crítico de arte, um homem de cultura humanística.

No mais, interessavam-lhe os temas miúdos do dia-a-dia, as pequenas coisas do cotidiano e da natureza, mas também sabia atingir altos temas, como a história do Egito faraônico, as catedrais medievais e a carta de Pero Vaz de Caminha, que ele conhecia a fundo.

Fundou, no Rio, a revista *Diretrizes*, com Samuel Wainer e Azevedo Amaral, e o semanário *Comício*, com Joel Silveira e outros.

Em 1955, chefiou o Escritório Comercial do Brasil em Santiago do Chile; em 1961, foi embaixador do Brasil no Reino do Marrocos, quando o tímido provinciano da pequena Cachoeiro teve de usar solene casaca, para tratar de temas diplomáticos com o rei do Marrocos.

Com Fernando Sabino, fundou a Editora do Autor e, depois, a Editora Sabiá, que lançaram, no Brasil, nomes de expressão, como Salinger, Gabriel García Márquez, Manuel Puig e Mario Vargas Llosa.

Além de escrever reportagens, artigos, ensaios, poemas e crônicas, principalmente crônicas, “o velho Braga”, como gostava de ser chamado, fazia também traduções do francês, como da obra de Saint-Exupéry.

Rubem Braga poeta? Sim. Além de suas crônicas serem pura poesia em prosa, deixou poemas, dentre eles o belo soneto “Tarde”, dedicado a Tônia Carrero, uma de suas mais conhecidas musas...

De 1975 até seu falecimento, em 1990, integrou a equipe de jornalismo da TV Globo, onde escreveu crônicas, principalmente sobre artes plásticas.

Rubem Braga é, talvez, o único de nossos escritores a entrar para a história da literatura brasileira quase exclusivamente como cronista.

O crítico literário José Paulo Paes escreveu, no seu *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*: “No consenso geral da crítica, Rubem Braga inovou na crônica brasileira e, como inovador, seu magistério tem sido marcante no atual florescimento do gênero entre nós. Exclusivamente cronista – suas incursões no terreno do conto e da poesia são de todo bissextas – logrou ele, nas suas melhores páginas, redimir a crônica da efemeridade do jornalismo para dar-lhe o sentido de permanência da literatura. Mestre no descobrir o lado significativo dos acontecimentos triviais, comunica suas descobertas ao leitor numa prosa de admirável simplicidade e precisão, cujo teor poético advém menos de recursos de *métier* que de visão essencialmente lírica das coisas.”

Seu amigo, o grande romancista (e também cronista admirável) José Lins do Rego, publicou, em 1948, página deliciosa, intitulada “O poeta da crônica”, que merece transcrição, pela graça do humor e pelo estilo coloquial: “Afinal, o que quer o Rubem Braga? Sim, o Braga do Cachoeiro de Itapemirim, o filho do escrivão, o cigano de todas as terras, o poeta da crônica. Quererá o reino de Pasárgada, quererá a filha do rei, quererá “Oropa, França e Bahia”? O que quer o Braga, que tanto anda, que tanto ama, que tanto bebe, que tanto sofre, que tanto pinta? E que escreve tão bem, e se vai para a França, quer ir para Luanda; se vai para a

Itália, quer voltar para o “Café Amarelinho”. O que quer o Braga, que tudo quer e nada quer?

“Pobre do Braga, que não tem sossego, pobres das terras que o Braga pisa. Não pega raízes, não pega amores, não cria alicerces. Se avista terras de Espanha, fica logo pensando em areias de Portugal. Coração de pedra mármore, como diz a cantiga do Reizado de Alagoas. Sim, este Braga é assim como um “Don Juan” de povos e cidades.

“Mas não é. Tudo é aparência, tudo é visagem, tudo é mentira.

“Eu sei o que o Rubem Braga quer. Ele pode enganar aos críticos, aos povos, às mulheres, aos bares, aos copos de “chopp”, às marcas de “whisky”, todos os cavalos brancos, ao Moacyr Werneck de Castro, aos partidos políticos, ao rei do Congo, aos ventos do Itamaracá. A mim, não. Ao pobre do José do Rego, ao menino de engenho de quarenta e sete anos, não.

“Eu te conheço, minha flor de laranjeira, eu sei o que és e o que pretendes, mestre Braga, que não és como o mestre Carlos do poema de Ascenso Ferreira, o que aprendeu sem se ensinar. Ninguém é mais ensinado do que o Braga. Ele sabe gramática, ele sabe física e química, sabe o que é a bomba atômica e sabe, do começo ao fim, o dicionário das rimas, o secretário dos amantes e alguma coisa do livro de São Cipriano. Garanto que sabe mais que o grande sabedor de tudo que é Graciliano Ramos. Mas, afinal, o que quer o Braga? É preciso dizer o que quer o Braga.

“E eu o digo. O Braga não quer outra coisa senão um simples pé de milho. Tudo o que ele viu, tudo o que ele amou, tudo do que debochou com o seu sorriso mais falso que os olhos de Capitu, nada é para o Braga que eu conheço. Dêem-lhe um pé de milho, ali no fundo do seu quintal, da rua Júlio de Castilhos, e o Braga se desmancha na doce poesia da crônica mais terna que um sopro de brisa. Tudo o que é do Braga se confunde com a bondade de Deus. E ele é bom, claro, sem mágoa, macio como o seu pé de milho, “um belo gesto da terra”.

“Tudo o mais é conversa do grande poeta que se chama Rubem Braga.”

Dos numerosos livros que ele nos legou, de sua lavra, como se diz, citarei apenas alguns: *O Conde e o Passarinho*, *Um Pé de Milho*, *O Verão*

e as Mulheres, 200 Crônicas Escolhidas, Três Primitivos, Ai de Ti, Copacabana!, Recado de Primavera, A Cidade e a Roça, Crônicas do Espírito Santo, Os Trovões de Antigamente, A Borboleta Amarela, Um Cartão de Paris, Livro de Versos, As Boas Coisas da Vida. Outros volumes viriam, postumamente, editados do ponto de vista temático, por seu único filho, o poeta Roberto Seljan Braga, filho da escritora mineira Zora Seljan, esposa de Rubem Braga, da qual se divorciou.

Merece especial registro, em linguagem coloquial, sem nenhuma pompa e circunstância, mas com riqueza de informações, Rubem Braga sabia tratar de temas grandiloquentes como as catedrais de Ruão e de Chartres” (no livro *A Borboleta Amarela*); de temas triviais, posto que saborosos, como aquele “Almoço mineiro”, em que discorria, com unção gastro-seráfica, sobre torresmos crocantes, tutu de feijão e um dourado lombinho de porco assado. Nesse caso, o cronista, lírico, telúrico, “homem da roça”, quase levitava, como um chefe de cozinha do interior de Minas.

É ele também o impressionante narrador realista, com pitadas de Zola, Aluísio Azevedo, Flaubert, em “O enxoval da negra Teodora”, que o leitor encontra no livro *As Boas Coisas da Vida*.

Ele foi um mestre do bem escrever e do bem narrar, um virtuose do estilo literário, um mago contador de histórias às vezes cruas, às vezes líricas, fosse discorrendo sobre catedrais da Idade Média, fosse sobre belas damas, um corguinho no meio do mato lá no pé da serra, uma pescaria no Acre, sobre um lendário sino de ouro numa pequena cidade daqui do querido estado de Goiás.

Manuel Bandeira, grande poeta e cronista de escol, professor de literatura, lapidou esse juízo certo, que está em seu livro *Flauta de Papel*: “Eu estava sentindo falta de qualquer coisa e não sabia o que era. (...) De repente me deu o estalo e achei: eu estava era sentindo falta da crônica diária do velho Braga: a semanal da *Manchete* não me bastava. Agora estou como quero: compro de manhã o *Diário de Notícias* e vou logo à segunda página, ao puxa-puxa de Braga. Braga é sempre bom, e quando não tem assunto, então, é ótimo.”

O depoimento de Millôr Fernandes, no *Jornal do Brasil* de 21-12-1990, é marcante: “Conheci Rubem Braga a vida inteira. Li Rubem Braga a vida inteira. Foi, sem dúvida, o ser humano que mais admirei a vida inteira.”

O romancista Esdras do Nascimento esculpiu esta consagração: “Admirado por José Lins do Rego, Murilo Mendes, Guimarães Rosa e Clarice Lispector, ele é, de certa forma, um clássico da literatura brasileira. São pouquíssimos os autores que conseguem escrever de maneira tão simples e ao mesmo tempo tão sofisticada.” (*O Globo*, 15-1-1989.)

Otto Lara Resende, grande estilista, de prosa sempre castiça, foi também enfático: “De *O Conde e o Passarinho* a este *As Boas Coisas da Vida*, a prosa de Rubem Braga é um exemplo de apuro do instrumento literário. Trata-se de um clássico. E de um mestre.”

O saudoso cronista e senador carioca Artur da Távola, que tanto admirava o mestre capixaba-carioca, não deixou por menos. “Esse dom natural de Rubem pela crônica levou-o a realizar o que ninguém até hoje conseguiu: o despojamento no estilo, a leveza inimitável, a simplicidade monacal como invólucro de profundas emoções poético-emotivas.”

Eu ficaria até o raiar do dia citando a legião crescente de admiradores do “velho Braga” e seu estilo inigualável. (Mas o tempo urge, vou já concluir, não entrem em pânico!...)

Sei que Rubem Braga tem vários cultores de sua obra literária em Brasília, e também aqui nesta Associação Nacional de Escritores-ANE. Dos não associados da ANE, menciono Severino Francisco e Francisco de Sousa, estes dois últimos do *Correio Braziliense*. Severino Francisco nos presenteou com a primorosa edição de um caderno especial daquele jornal, sob o título de “Poeta da Crônica”, em 10-1-2013. Quero mencionar também a edição do *Jornal de Letras*, do Rio, de setembro de 2012, que traz foto do cronista na capa, com o título “O sucesso da IV Bienal Rubem Braga”, realizada em sua terra natal.

O humorista Stanislaw Ponte Preta (pseudônimo do cronista Sérgio Porto) contemplou Rubem Braga com um epíteto que pegou: “Sabiá da Crônica”.

Em entrevista que o arredio cronista capixaba me concedeu, no saguão do Hotel Eron, em Brasília, em 1986, Rubem me disse o seguinte: “– O título foi uma brincadeira do Sérgio Porto. Mas o sabiá não é passarinho de cantar bonito, é monótono. O título não é lá muito elogioso...”

Meio casmurro e resmungão, por temperamento, como seu tio e personagem Quinca Cigano, era essa a “imagem pública” que se tinha do mestre. Mas, no fundo, quando tocado no coração, aquele homem sensível era educado e amável. O jornalista gaúcho Rivadávia de Souza, que aqui morou, e que o conhecia bem, lá do Rio, definiu-o concisamente: “Um cacto por fora e um lírio por dentro.”

O nosso colega Fabio de Sousa Coutinho, carioca da gema, diz ser Rubem Braga “o Urso de Ipanema.” O título lhe assenta, porque o excelente cronista era, deveras, de modo geral, de conversa espartana e meio solitário. Mas, para os amigos mais chegados e para os familiares, era folgazão e, à vontade, contava casos e piadas com sutil bom humor. No livro *Rubem Braga*, da Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo, seu sobrinho Álvaro de Abreu escreve que a mãe dele, Álvaro, dizia: “Rubem era caladão de nascença.” E outro sobrinho, Afonso Abreu, declara: “Aqui, desenho um pequeno quadro em que tio Rubem aparece bem-humorado, engraçado, como sempre foi com a gente. Nunca o vi zangado. Ele vinha se encontrar conosco para descansar, sorrir.”

O lirismo é uma das tônicas essenciais da prosa braguiana, sua marca registrada, sua quintessência, junto com machadiano humor.

Finalizando, lembro que o escritor, cosmopolita, internacional, estava sempre se lembrando de sua infância em Cachoeiro de Itapemirim, que ele chamava, carinhosamente, de “a capital secreta do mundo.” Otto Lara Resende perpetuou com mão de mestre esta frase, que soa como idílico epitáfio: “A partir de Cachoeiro de Itapemirim, a partir da fonte inesgotável da sua infância, Rubem Braga alcançou a universalidade que só os grandes alcançam.”

Vale leitura o livro de José Castello, *Na Cobertura de Rubem Braga*, que contém interessantes informações sobre o chamado “Urso de Ipanema”.

Sofrendo de um câncer na garganta, o cronista foi, em companhia de seu fraternal amigo Edvaldo Pacote, ao Crematório da Vila Alpina, em São Paulo e lá, para grande espanto da atendente, solicitou sua própria cremação. Faleceu no Rio, em 19 de dezembro de 1990. Num bilhete, pedira a seu filho Roberto que as cinzas fossem, discretamente, depositadas nas águas do Rio Itapemirim, lá em Cachoeiro, de onde nunca saíra seu coração amoroso. Eram 6h25 de uma triste manhã. O ponto final da história de uma vida que daria um romance.



A trágica morte de Inês de Castro

*Manoel Hygino dos Santos**

Inês de Castro foi a heroína de um dos mais célebres episódios de amor da Idade Média, no Ocidente. Filha natural de D. Pedro Rodrigues de Castro, era prima, em segundo grau, do príncipe Pedro, filho do rei D. Afonso IV, que alcançou o trono como Pedro I, o de Portugal evidentemente. De rara formosura, chegou à corte lisboeta como dama de honor de D. Constança, futura rainha de Portugal, que se casara com o herdeiro da coroa portuguesa. Violenta paixão do príncipe pela jovem mudou planos e a marcha da história na península ibérica.

Constança, filha do rei castelhano Afonso XI, logo percebeu que seu casamento tomava rumo inesperado. Tentou amainar a situação, convidando Inês para madrinha de seu segundo filho, D. Luís. Em vão. A esta altura, o caso ganhara a corte, ávida de escândalos, sobretudo quanto a lençóis conjugais.

D. Afonso decidiu intervir. Expulsou Inês da corte e do país. Recolhida ao Castelo de Albuquerque, na fronteira com Espanha, as muralhas não impediram a comunicação do príncipe com a mulher amada.

Em 1345, cinco anos após, morre D. Constança, ao dar à luz D. Fernando, com o que supostamente se resolveria o problema. D. Pedro, contudo, contrariando o pai, determina que Inês volte imediatamente a Portugal, acolhendo-a em casa para “fazer maridança”. Dom Afonso temia mais do que a evolução da tormenta na família real, ao admitir que

* Jornalista, escritor. Da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 23).

a parentela da amante do filho agisse para conquistar importantes distinções, beneficiando os irmãos de Inês, sobretudo Álvaro Dias de Castro, que conquistara grande prestígio em Portugal.

Não só: o casal começou a gerar. Nasceram Afonso, que logo morreu, mas também D. João, D. Diniz e D. Beatriz. O tempestuoso amor causava perturbações em ambos os reinos. Temia-se que os Castros ousassem eliminar o próprio Pedro, herdeiro do trono português, para chegarem ao poder. D. Afonso procurou contornar os problemas entre as coroas de Leão e Castela. A intriga dominava as cortes. Daí, tramar-se em Lisboa a morte de Inês, enfim executada nos antigos paços de Isabel de Aragão, junto ao convento de Santa Clara, na margem direita do rio Mondego.

O plano criminoso foi discutido e decidido na presença e com participação de conselheiros reais, entre os quais Álvaro Gonçalves, Pedro Coelho e Diogo Lopes Pacheco. O grupo partiu para Coimbra, inclusive D. Afonso. No momento trágico, as súplicas da mãe e os gritos das crianças impressionaram Afonso, o avô. Os conselheiros o persuadiram a não voltar atrás, para evitar que todos futuramente corressem perigo.

Ao saber da morte cruel da mãe de seus filhos, D. Pedro reuniu seus homens e começou a destruir tudo o que encontrava no caminho. Em Canaveses, a rainha-mãe, D. Beatriz, conseguiu aplacar-lhe a fúria. Na presença do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, firmou-se um acordo de paz entre pai e filho, mas D. Afonso aconselhou os conselheiros a se homizarem, por não confiar na decisão pacífica do herdeiro do trono.

Camões extraiu do episódio inspiração para alguns dos belos versos do Canto Terceiro de *Os Lusíadas*:

*Estavas, linda Inês, posta em sossego,
De teus anos colhendo o doce fruto,
Naquele engano da alma, ledo e cego,
Que a Fortuna não deixa durar muito;
Nos saúdosos campos do Mondego,
De teus formosos olhos nunca enxutos,
Aos montes ensinando e às ervinhas
O nome que no peito escrito tinhas.*

Os destinos estavam traçados: Afonso “tirar Inês ao mundo determina,/ por lhe tirar o filho que tem preso”, pensando em assim “matar do firme amor o fogo aceso”. A vítima implorou:

*Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito
(Se de humano é matar ua donzela
Fraca e sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la),
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tem à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha.*

Inês foi executada selvagememente “como a bonina cortada antes do tempo: “Tal está morta, a pálida donzela, / Secas do rosto as rosas, e perdida / A branca e viva cor da doce vida”. Foi degolada, como era prática e ritual daquele tempo.

No século XXI e por motivos talvez mais torpes, eliminou-se em Minas Gerais a vida da desconhecida jovem Elisa. Perambulou-se, em 2010, com a vítima por muitos lugares, submeteram-na supostamente a cárcere privado; agrediram-na seguidamente, degolaram-na, cortaram-lhe o corpo, atiradas as partes aos cães, enquanto o filho único, nascido há pouco, era afastado dos algozes e conduzido a ignotos destinos.

“O crime tem contornos novelescos” e “elevado grau de crueldade”, escreveu Luiz Flávio Saporì, coordenador do Centro de Pesquisa em Segurança Pública da PUC – Minas. Eu mesmo escrevi na imprensa diária: houve homicídio qualificado por motivo torpe e asfixia, sem oportunidade de defesa para a vítima. O ato final, a execução, se atribuiu a um ex-policial, todos levados à barra dos tribunais.

Em Portugal, não houve julgamento, senão o do ressentido príncipe conduzido ao trono. Dois anos após, morria D. Afonso. Seu sucessor iniciou um acerto de contas com os ministros responsáveis pela morte de Inês. O seu primeiro ato foi assinar com o rei de Castela, igualmente

Pedro e também cognominado O Cruel, um tratado. Segundo o acertado, os dois monarcas se comprometiam a permutar certo número de refugiados políticos que andavam num e outro reino. A ação foi imediata, mas o rei castelhano só não conseguiu entregar Diogo Lopes Pacheco, previamente avisado e foragido.

Os criminosos foram presos e executados, em Santarém, em macabra cerimônia a que compareceu D. Pedro. Este fizera questão de pessoalmente assistir ao suplício dos nobres conselheiros do pai. Tudo se levou a cabo com requintes de crueldade, como desejara o novo soberano e constituía costume da época.

O cronista Fernão Lopes (em *Crônica de D. Pedro I*, cap. 31, página 85) descreve: “A maneira de sua morte seria mui estranha e crua de contar, a mando de tirar o coração pelos peitos a Pero Coelho e a Álvaro Gonçalves pelas espáduas: e quais palavras houve e àquele que lho tirava, que tal ofício havia pouco em costume, seria bem dorida cousa d’ouvir, enfim, mandou-os queimar...”

Não terminou aí a tragédia. Quis o rei reabilitar Inês, para o que montou um espetáculo jamais visto em imponência. O cadáver foi trasladado de Coimbra para Alcobaça, entre alas de criados, com brandões acesos, e se construiu belo túmulo para enfim sepultá-lo, como o do rei, no mosteiro daquela cidade. Constituem, em nosso tempo, as duas jóias da escultura sepulcral mais valiosas daquela era.

O conto da moça que, depois de morta, foi soberana, correu o mundo. Camões imortalizou o episódio e o cineasta português Leitão de Barros o levou ao cinema, numa das mais belas e trágicas criações da sétima arte.



Quando fiz sete anos

*Luiz Vilela**

Lá estava meu avô, lá estava como se lá sempre estivera, naquele quartinho, entre aparelhos elétricos que não funcionavam mais – rádios, ferros, liquidificadores – e com várias ferramentas: chave de fenda, alicate, martelo...

Quando mais novo, porém, ele fora dono de uma loja de aparelhos eletrodomésticos – a primeira em nossa cidade – com ela criando uma família de oito filhos. Depois, com o avançar da idade e suas limitações e doenças, foi-se afastando da loja e, em seguida, do convívio social, recolhendo-se à sua casa. Ao morrer minha avó, ele aceitou morar com um dos filhos, que lhe cedeu, além de um quarto para dormir, o quartinho do fundo, onde ele passava a maior parte do tempo e que ele chamava de “oficina”.

Era lá, na oficina, que eu ia encontrá-lo. Sentava-me num antigo tamborete de couro, a seu lado, diante de uma mesa encostada à parede e encimada por uma prateleira cheia de latinhas e caixinhas de tamanho variado, dentro das quais estavam pregos, parafusos, porcas, ruelas, fios, arames... Sentava-me e ficava observando-o trabalhar. Às vezes o ajudava em pequenas coisas.

Eu não entendia bem o que ele fazia, nem ele me explicava – sempre fora de poucas palavras – mas eu percebia, por sua expressão, que tinha

* Escritor com vários livros publicados. Reside em Ituiutaba (MG). “Quando fiz sete anos” integra seu novo livro, de contos, *Você Verá*, a ser lançado neste ano.

dificuldade em fazê-lo e que isso o deixava aborrecido. Abandonava então, por um momento, o serviço e dava um suspiro fundo, um suspiro de desânimo. Depois olhava para mim e aí, descontraindo-se, sorria ou dizia alguma coisa divertida.

No dia do meu aniversário, quando fiz sete anos – um dia que ficou marcado em minha memória, com todos os seus detalhes – eu, cedo ainda, fui à sua casa. Falei do aniversário e o convidei para a festinha, à noite. Ele me abraçou apertado, mas disse que não poderia ir e que eu não reparasse. Depois ficou um instante pensativo, coçando o queixo – o rosto quase sempre com a barba por fazer – e então pediu que eu esperasse um pouco lá fora.

Eu esperei, ansioso.

Passados alguns minutos, chamou-me de volta e me entregou um pequeno objeto, embrulhado em papel cor-de-rosa (papel que na época se usava para embrulhar tudo, nos armazéns, lojas, padarias, e que, com o advento do plástico, atualmente já quase caiu em desuso) e amarrado com um barbante (hoje também, pelo mesmo motivo, quase peça de museu).

“Um presentinho de seu avô...”, disse ele.

Eu agradei e, doido para abrir o embrulho, fui para casa, a três quarteirões dali, voando como um alegre pássaro da manhã.

“Pai”, eu disse, “olha aqui: o Vô me deu um presente!”

Fui desamarrar o embrulho, mas não consegui.

Entreguei-o a meu pai.

Ele também teve dificuldade.

“Seu avô caprichou, hem?...”, brincou. “Deve ser um presente muito bacana...”

Eu dei uns pulinhos de alegria, como costumava fazer essas horas.

Finalmente meu pai conseguiu desatar o barbante. Tirou o papel, mas aí havia um outro papel, mais bonito, vermelho, embora um pouco amassado e desbotado; e um outro barbante, mais fino, de cor amarela.

Eu já não aguentava mais esperar.

Então apareceu o objeto que, à primeira vista, julguei ser um relógio, mas que meu pai disse que não, não era um relógio: era uma bússola.

“Bússola?...”, eu repeti.

Eu nunca tinha ouvido falar naquilo.

“O que é bússola?”, perguntei.

Sem responder, meu pai continuou examinando o objeto.

“O Papai...”, disse então, com um sorriso, entre reprovativo e condescendente.

Minha mãe estava perto e se aproximou, curiosa, querendo saber o que era.

“O Papai...”, meu pai repetiu, no mesmo tom de antes. “Ele deu esta bússola para ele...”

“Bússola?”, minha mãe se admirou.

Meu pai passou a ela a bússola.

Eu ali, esperando, sem saber o que era uma bússola e para que bússola servia. E sem entender aqueles sorrisos dos dois.

Por fim, meu pai me explicou o que era uma bússola e para que ela servia. Ele falou sobre a navegação antiga, os fenícios, os astros, a época dos descobrimentos marítimos, a aviação – quase uma aula de história naqueles poucos minutos.

Eu já estava empolgado com o meu presente.

Então veio o choque, a ducha de água fria:

“Só que esta aqui”, disse meu pai, “esta aqui não serve para nada.”

“Por quê?”, eu perguntei.

“Porque ela está estragada.”

“Estragada?”

Ele me explicou; mostrou que a agulha estava sem funcionamento, balançando – e sacudiu-a, fazendo um barulhinho parecido com o de um chocalho. Disse que, com uma bússola perfeita, não acontecia aquilo: a agulha se movia por magnetismo.

“Magnetismo?”, eu perguntei. “O que é magnetismo?”

Ele, novamente, explicou – mas, dessa vez, eu quase não o escutei, sentindo uma dor que subia devagarzinho do fundo do peito e ia tomando conta de todo o meu ser.

“Esta aqui não serve para nada”, meu pai tornou a dizer, e me entregou a bússola, de um jeito que era quase como se dissesse: “Pode jogar isso fora.”

Os dois, meu pai e minha mãe, foram cuidar de suas obrigações cotidianas e me deixaram ali, no meio da sala, com aquela coisa na mão – aquele objeto estranho e inútil.

Então minha dor começou a ser substituída por uma sensação de logro, de que meu avô me fizera de bobo, abusara de mim por eu ser criança e não entender das coisas – eu, que gostava tanto dele, que o ajudava na oficina, que...

Aí me veio uma raiva, uma raiva imensa, que me levou de repente até o jardim de casa, de onde eu iria atirar a bússola na rua, para que ela se espatifasse e fosse esmagada pelas rodas dos carros que passavam.

Eu já ia atirá-la, quando, sem saber por quê, não o fiz. Olhei-a novamente, em minha mão, as letras bonitas e grandes, a estrela, a agulha balançando e fazendo o barulhinho, tec-tec – e minha raiva foi diminuindo.

Confuso, sem saber o que fazer, voltei para dentro com a bússola. Guardei-a então no lugar mais escondido de meu quarto — o fundo da última gaveta da cômoda – e voltei minha atenção para outras coisas, naquele dia tão importante para mim.

À noite, a festinha do aniversário: bolo, doces, biscoitos, guaranás. A casa se encheu de amigos e parentes – e minha cama se encheu de presentes: um revólver de espoleta, jogos de sorte, quebra-cabeças de madeira, uma bola de borracha, um livrinho de história infantil...

A bússola? Guardada lá onde eu a pusera. Nem de longe pensei em colocá-la na cama, junto aos demais presentes: estes, novos, interessantes, alguns caros...

O aniversário passou, os dias comuns voltaram, mas uma decisão eu tomara em meu íntimo, sem comunicá-la a ninguém: eu não voltaria mais ao meu avô. Não, não voltaria. Nunca mais.

Algum tempo depois, talvez um mês, meu tio, sempre muito ocupado e que quase não ia à nossa casa, apareceu lá para conversar sobre um assunto com meu pai.

Ao me ver, ele disse:

“Uai, sobrinho, você sumiu lá de casa. Seu avô pergunta sempre por você. Eu acho que ele está sentindo sua falta. Vai lá...”

Eu balancei a cabeça, mas não disse nada: nem que ia, nem, muito menos, por que não estava indo – e, de modo algum, que eu não iria mais.

Mas fui; um dia, sem explicação, ou, talvez, movido pelas palavras do tio, acabei indo.

Cheguei, encontrei o portão aberto e fui entrando, até a área do fundo, para onde dava o quartinho, a oficina. Aproximei-me sem fazer barulho.

Meu avô estava lá, mas dormia. Sentado na cadeira, a cabeça tombada ao peito, segurava no colo os óculos; um pequeno movimento, e eles cairiam no chão, de ladrilho, certamente se quebrando.

Cheguei perto e pus a mão de leve em seu braço:

“Vô...”, eu disse.

Ele não se mexeu.

Com todo o cuidado, retirei de sua mão os óculos e depus-os na mesa. Depois fiquei observando-o um pouco, e aí peguei o tamborete e pus no lugar onde eu sempre me sentava. “Acho que ele vai entender”, pensei. Então, com o mesmo silêncio com que chegara, eu fui embora.

Poucos dias depois eu entrava para a escola – novidade que ocupou inteiramente o meu tempo e a minha cabeça.

No mês seguinte, meu avô adoeceu de repente e veio a falecer, sem que eu tornasse a vê-lo.

Os anos se passaram, cresci, fiquei moço, casei, tive filhos, e já sou também avô.

Meus pais já morreram, meu tio também, muita gente daquele tempo já morreu.

Dos presentes, os presentes que eu ganhei aquele dia, quando fiz sete anos, só restou um – esse que eu vim guardando comigo ao longo dos anos e em todos os lugares onde morei: uma velha bússola estragada.

Engraçado, não é?



Princesa Isabel

*Maria de Lourdes Costa Dias Reis**

“E então, Sr. Barão, ganhei ou não ganhei a partida?”

“Vossa Alteza ganhou, sim. Ganhou a partida, mas perdeu o trono!”

Esse diálogo entre Isabel, Princesa Regente do Império Brasileiro e o ministro conservador deposto, o Barão de Cotegipe, anti-abolicionista convicto, marca bem o momento logo após a assinatura da Lei Áurea. Era o dia 13 de maio de 1888 e a Princesa acabara de assinar a Lei que abolia definitivamente a escravatura em terras brasileiras. Seu pai, o Imperador Pedro II, afastara-se temporariamente do Brasil rumo à Europa para tratar de sua saúde. Estava debilitado, magro e curvado ao peso do diabetes que o atormentava há anos, fazendo-o aparentar muito mais que seus 63 anos de idade.

Isabel tinha 41 anos e não era a primeira vez que dirigia o governo do país como Regente, substituindo o pai, o Imperador. Era a terceira ou quarta vez e já havia adquirido grande conhecimento político e alguma malícia de governo. Não era mais a governante tímida e inexperiente de 1871, quando substitui pela primeira vez o pai.

* Escritora, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Feminina Mineira de Letras.

Mas, desta vez, neste ano de 1888, sua atuação fora decisiva e marcante. A escravidão já a incomodava há anos. Desde adolescente, penalizava-se ao ver o sofrimento dos negros escravizados. Aproveitando então o clima da Campanha Abolicionista, a atuação do ministro João Alfredo, do Partido Conservador, embora abolicionista ferrenho, e até a ausência de Sua Majestade, o Imperador, e assina a Lei que libertava para sempre os escravos do Brasil.

Bem sabia que as bases do trono estariam ameaçadas e tremeriam após este seu ato. Sabia que estava assinando também a derrocada da Monarquia. Sabia ainda que estava assinando também uma lei contra ela, já que era a herdeira natural do trono, e até de sua própria família. Sabia tudo isso. Mas, para ela, nada disso importava...

No ano seguinte, no mês de dezembro, a bordo do vapor Alagoas que conduzia a Família Imperial rumo ao exílio, após a Proclamação da República, brindando com o mulato André Rebouças o aniversário de seu pai, o imperador destronado, diz-lhe com a cabeça erguida e a voz firme:

“Então, Sr. Rebouças, se ainda houvesse mais escravos no Brasil nós voltaríamos para libertá-los, não é mesmo, meu caro amigo?”

Isabel, com o golpe da Proclamação da República pelo Exército em 15 de novembro de 1889, foi obrigada a sair do Brasil, exilada com toda a família – os pais, o Imperador e a Imperatriz, o marido e os filhos. Passa a residir na França, no Castelo D’Eu, de propriedade da família do marido, remoendo apenas recordações amargas. Nunca mais voltaria ao país que tanto amava. Recebeu inclusive um convite para uma viagem ao Brasil do governo de Nilo Peçanha, em 1920, quando foi decretado extinto o exílio da família imperial. Mas recusou, pensando nas lembranças de tempos tão felizes, transformadas em pesadas recordações. Pesadas demais para seu coração frágil que pararia de bater em 14 de novembro de 1921, véspera do Brasil completar 32 anos da Proclamação da República...

Isabel nascera em 29 de julho de 1846, sendo declarada herdeira do trono brasileiro já que irmãos mais velhos tinham morrido na tenra infância. Recebe o nome pomposo de Isabel Cristina Leopoldina Augusta e um ano depois, ganha também uma irmã, a quem dão o nome de

Leopoldina, em homenagem à sua avó paterna, a Princesa Leopoldina. As meninas eram cuidadas por uma espécie de criada ou babá, chamada Dona Rosa, a quem Isabel chamava carinhosamente de “Minha Rosa”. Anos mais tarde D. Pedro contrata uma governanta alemã, a Condessa de Barral, encarregada de educá-las com mais refinamento, mais esmero, dentro dos moldes europeus.

Já estando adolescentes, as princesas precisavam se casar, para assegurar a descendência imperial. Mas com quem? Como encontrar no Brasil algum nobre à altura das princesas? A solução foi buscar na Europa, missão que D. Pedro II confiou a sua irmã Francisca, princesa de Joinville. Algum tempo depois, chegam ao Brasil os primos Augusto de Saxe, o Duque de Saxe e Gastão de Orleães, o Conde D’Eu, netos de Luís Filipe, da França. A princípio D. Pedro II desejava casar Isabel com Augusto e Leopoldina com Gastão. Entretanto, algum tempo depois, Isabel escreveria em seu diário:

“Deus e os nossos corações decidiram diferentemente...”

E em 15 de outubro de 1864, casam-se Isabel e Gastão, o Conde D’Eu, em meio a grandes festas.

Apesar da alegria das bodas, nem tudo eram flores no Brasil. As primeiras nuvens cinzentas no céu prenunciavam conflitos na região do Prata, e poucos meses depois desencadeia-se a Guerra do Paraguai.

Mesmo neste ambiente de tumulto, Isabel e Gastão viajam para a Europa, a fim de conhecer a nobre família descendente de Luís Filipe.

Ao voltar, em 1865, cheia de alegria, uma decepção invade o coração de Isabel – seu pai e seu cunhado, o Duque de Saxe, haviam ido ao Rio Grande do Sul no palco de operações de guerra, ao qual se incorporaria também seu marido, Gastão. Participam do episódio conhecido como a “Rendição de Uruguaiana”, quando o comandante das tropas paraguaias, o General Estigarribia que havia invadido o Rio Grande do Sul se rende aos comandantes da Tríplice Aliança. Esta é, inclusive, a única participação do Imperador Pedro II na Guerra do Paraguai.

Isabel fica no Rio costurando com senhoras da sociedade carioca para os Voluntários da Pátria. Outras vezes, procurava distrair-se, lendo, pintando ou dando pequenos passeios para amenizar sua saudade e solidão. Ao voltar do sul, Gastão pede ao Imperador para ir para a guerra como comandante. Queria mostrar que não era apenas o “marido da Princesa”, mas demonstrar sua habilidade como soldado com a experiência que tivera ao lutar no Marrocos, no norte da África, contra os mouros. Mas o imperador não consente e Gastão contenta-se em ser por enquanto apenas o “marido da Princesa”.

Em março de 1869, após a saída de Caxias da guerra, D. Pedro resolve nomear Gastão, o Conde D’Eu para o comando das tropas brasileiras. Mesmo com todos as súplicas e rogos de Isabel pedindo para que “seu Gaston” não fosse enviado para a guerra, caso contrário, ela iria com ele. Mesmo assim ele vai para os campos de batalha, voltando somente em junho de 1870 após o término da guerra em 1º de março, com a morte de Solano López.

Com seu regresso, Isabel volta a sorrir, ser feliz e levar uma vida sossegada entre o Rio e Petrópolis. Mas a felicidade dela e de Gastão não era completa. Faltavam-lhes filhos que eles tanto desejavam. Isabel então desdobra-se em tratamentos médicos, indo inclusive com o marido para o sul de Minas, para a região das águas minerais, afim de tratar-se com os banhos das cidades de Cambuquira, Caxambu e São Lourenço.

Alguns anos depois sobreviriam então os filhos: Pedro, Príncipe do Grão-Pará, em 1875, depois Luís em 1878 e, por fim Antônio, que nasce na Europa em 1881 onde Isabel mora por 3 anos com a família.

De volta à Corte, Isabel divide-se entre a família, os cuidados com os pais Pedro II, a mãe Tereza Cristina e sua chácara em Petrópolis. Ali, recebe do marido Gastão uma armação de ferro vinda da França, recoberta de vidros, que viria a ser a primeira obra pré-fabricada do país, onde Isabel iria montar seu orquidário e cuidar com esmero das flores que mais amava na vida – as orquídeas. Este antigo orquidário é o atual “Palácio de Cristal” em Petrópolis.

A mancha desonrosa da escravidão era uma preocupação constante de Isabel e isso lhe corroía a alma e o pensamento. Contava ainda com o

apoio e simpatia para sua causa, de seu marido o Conde D'Eu, figura muito ligada aos adeptos do Partido Liberal.

Com efeito, os próprios adversários da Monarquia respeitavam e admiravam mesmo a Princesa Isabel, haja vista a posição assumida em Minas pelo jornal *O Jequitinhonha*, dirigido pelo combativo jornalista liberal Joaquim Felício dos Santos, que, apesar de toda veemência republicana, não teve uma palavra sequer para atacar ou criticar a princesa Isabel.

Chamada no Brasil de A Redentora, ela sempre foi respeitada e admirada pelas comunidades mais diversificadas da sociedade brasileira.

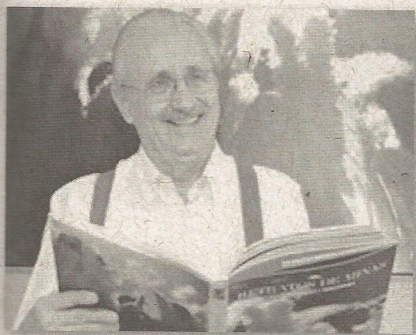
Nada mais justo, portanto, do que prestar todas as homenagens a esta mulher que acabou por perder tudo – suas baixelas de prata, suas alfaias, seus vestidos de seda, suas propriedades, suas orquídeas e as pompas do trono, em nome de uma causa humanitária e mais do que justa – a abolição da escravidão negra no Brasil.



Perfil acadêmico

Retratista fiel da personalidade do mineiro

*Luiz Augusto Moreira**



Presidente Olavo Romano

Participante efetivo das atividades acadêmicas e eleito presidente da AML, em maio de 2013, Olavo Romano nasceu em Morro do Ferro (Oliveira), em 1938, filho de Demóstenes Romano e Waldete Viana Romano. A partir da década de 70, iniciou seus trabalhos literários em jornais e revistas.

Desde logo, projetou-se no panorama literário de Minas, graças ao texto leve e atraente, com destaque para uma narrativa pitoresca de casos do folclore mineiro, entremeando um toque poético que traduz toda a fina sensibilidade do autor.

Transferindo-se para Belo Horizonte a fim de estudar, ingressou no “Colégio Estadual”, depois denominado “Milton Campos”, diplomou-se pela Faculdade de Direito (PUC-MG), obteve o certificado de Proficiência

* Jornalista, escritor.

em Inglês, fez o mestrado em administração pela FGV (RJ), e o curso de Planejamento Educacional, pelo Banco Mundial.

Quando estudante, participou intensamente da política universitária, tendo sido presidente do Parlamento da União Estadual dos Estudantes. Primeiro presidente da Juventude Democrata Cristã, integrou o diretório estadual do Partido Democrata Cristão.

Lecionou inglês em vários colégios e Administração na PUC-MG.

Admitido por concurso no serviço público, aposentou-se como procurador do estado, depois de exercer diversos cargos de chefia superior.

• – De minha carreira como funcionário público – acentua o ilustre acadêmico – ficou-me a lembrança de modesta contribuição para a administração do estado, notadamente na área educacional, onde permaneci por oito anos e no exercício do cargo de chefe do gabinete na Secretaria do Planejamento e posteriormente na Secretaria de Cultura, na gestão do meu distinto e prezado amigo Ângelo Oswaldo, hoje meu companheiro de Academia.

PRIMEIROS TEMPOS

Procuramos saber do acadêmico suas impressões e experiências de quando ainda jovem em sua terra natal.

– Foi lá que surgiram as primeiras inspirações para a linha literária que adotei – observou. A vida daquela gente simples e introspectiva, mas tão arguta e cheia de sabedoria – disse-nos ele – impressionou-me profundamente. Quando comecei a escrever, busquei cenas e personagens daquela época, guardados na memória e no coração.

Nosso entrevistado lembra, a propósito, a influência por ele recebida das conversas de seu pai:

– Meu pai era dentista – disse ele – e morávamos em uma casa ao lado da matriz. Aos domingos, o povo vinha da roça e ficava conversando, falando da vida, fazendo negócio enquanto a missa não começava. Na hora do sermão, chamado “prática”, as mulheres permaneciam na igreja, os homens voltavam a se reunir na nossa casa.

Eu não perdia nada, encantado pelos “causos” e narrativas da vida rotineira daquela gente querida, muitos, parentes, todos amigos e conhecidos. Falava-se de tudo e de todos, a vaca que caiu no buraco, os negócios e as lavouras, até política internacional e pequenas intrigas locais.

E discutia-se mais as conversas maldosas das comadres do que os destinos do mundo – acrescentou ele, com boa dose de maldosa ironia.

As conversas mantidas pachorrentamente, pelo pai na sala de visitas, onde os clientes esperavam atendimento, teriam influído fortemente para a linha literária de Olavo.

ATIVIDADE LITERÁRIA

As inspirações antes referidas possibilitaram-lhe intensa atividade literária, com base na vivência e nos estudos de nossa realidade sociológica, mais especificamente do folclore e da característica de mineiridade que tão marcadamente identifica nossa gente.

O acadêmico Olavo Romano melhor explica seu trabalho nesta área:

– Duas inesquecíveis viagens ao Rio São Francisco enriqueceram minha experiência humana e literária, permitindo-me interagir com a população ribeirinha, que até então não conhecia. Na primeira, em 1987, fiquei duas semanas no vapor Benjamin Guimarães, entre Pirapora e Manga. Na segunda, percorremos, durante um mês o trecho entre Pirapora e a foz. Estas fortes impressões resultaram em textos publicados nas revistas *Globo Rural* e *Palavra*, bem como no livro *São Francisco*, com legendas poéticas sobre fotos de José Israel Abrantes.

Estas fortes impressões resultaram em textos publicados nas revistas *Globo Rural* e *Palavra*, bem como no livro *São Francisco*, com legendas poéticas sobre fotos de José Israel Abrantes.

Publicou também textos diversos no *Estado de Minas*, *Jornal de Casa*, *Isto é*, *Veja* e *Cícero*, e participa atualmente da revista *Mercado Comum*.

Transmitindo suas experiências como escritor, Olavo Romano relembra alguns de seus trabalhos:

– Em vários livros – e isto já foi acentuado – focalizo especificamente o jeito, a fala, o homem e a vida do interior mineiro, como acontece com *Casos de Minas*, *Minas e seus casos*, *Dedo de prosa*, *Prosa de mineiro*, *Os mundos daquele tempo*, *Um presente para sempre*, *Memórias meio misturadas de um jacaré de bom papo*.

De sua autoria são ainda diversas publicações encomendadas por prestigiosas empresas de nosso estado.

Está terminando o projeto *Manuelzão – O último tropeiro*, do qual preparou uma versão resumida, *No rastro de Manuelzão*, para concorrer a uma seleção do MEC.

Além dos casos mineiros, que identificam tão fortemente sua obra, o ilustre acadêmico manteve sempre atuante presença nos meios literários do estado, com a participação em grupos de contadores de histórias e os projetos *Causo, viola e cachaça*, do SEBRAE/AMPAC, em parceria com o concertista Roberto Correia e *Minas Além das Gerais*, do governo estadual.

Participou recentemente, em Belo Horizonte e São Paulo, do espetáculo Imaginário Rosiano, ao lado dos músicos João Araújo e Rodrigo Delage.

Em outubro de 2003 publicou o livro *Pés no Caiçara, um olhar sobre a Pampulha*, com o qual o Shopping Del Rey celebrou seu 12º aniversário.

A crítica artística assinala que em apresentações de que participa “a melodia da viola e flautas se harmoniza com seu jeito despojado de contar *causos* sempre interessantes”.

OUTRAS INICIATIVAS

Marcados pela oralidade, os textos de Olavo Romano foram encenados em escolas, utilizados em esquetes, peças teatrais e por contadores de estória.

O conto *Como a gente, negoceia* deu origem ao curta-metragem *Negócio Fechado*, exibido no Festival de Gramado de 2000. O Grupo Carbonatorze filmou 32 estórias de Romano, tendo os vídeos sido distribuídos em escolas sob o nome de *Eta mineiro jeito de ser*, título, também, do respectivo livro,

editado pela Leitura. Zeca Lifonso transformou-se em *O rigor de uma saudade*, no curta-metragem de Euler Luz.

Durante cerca de cinco anos, participou do quadro Prosa Arrumada, do programa *Arrumação*, no qual, ao lado de Saulo Laranjeira, recebia um convidado para quinze minutos de conversa descontraída.

NA ACADEMIA

Sobre seu ingresso na Academia, o ilustre presidente esclareceu:

– Confesso que, de início, não acalentei o sonho de pertencer à Academia. Convidado por Vivaldi Moreira, relutei em dar-lhe resposta positiva, num momento de mudança na vida. Um dia, no velório do Prof. Edgard Vasconcelos Barros, tomado por súbito impulso, afirmei – de modo silencioso, mas veemente – que ocuparia sua vaga. Enfrentei duas candidaturas já colocadas e, no segundo turno, me elegi para a cadeira 37. Um saudoso confrade, surpreso com o resultado, disse: “Você subiu uma cachoeira nadando”.

Finalmente, devo uma palavra sobre os planos que inspiram nossa gestão na AML:

A Academia é importante, tradicional e respeitada e não pode, por isso mesmo, ficar mendigando auxílios e eventuais para problemas de emergência.

Enquanto reunimos ideias e sugestões para um plano trienal, iniciamos, em parceria com a Fiat, o projeto “O autor na Academia” e apresentamos à Secretaria de Estado de Cultura dois projetos relativos ao inventário e preservação da Biblioteca Eduardo Frieiro e à apresentação, na galeria do Edifício Vivaldi Moreira, quatro exposições sobre a vida e a obra de nossos acadêmicos.

Vários contatos estão sendo mantidos para a realização de concursos literários, com premiação aos vencedores. O uso intensivo dos espaços da Academia, a abertura para um público ávido de oportunidades de enriquecimento cultural, a diversificação de atividades, tudo contribuirá para que nossa instituição dê continuidade aos êxitos e vitórias do passado, ajustando-se às demandas dos dias presentes.

Além do mais – conclui – assegurando a circulação da *Revista*, remodelando o sítio, intensificando o uso de espaço no *Facebook*, buscando a efetiva dinamização de nossa rica biblioteca, caminharemos para que nossa centenária Academia, situada no corredor da rua da Bahia, junto ao Circuito Cultural da Praça da Liberdade, se transforme em um vibrante e dinâmico centro de cultura.



A pena de morte

*Ubirajara Batista Franco**

Naquele fatídico 2 de maio de 1960, sombrias nuvens empanaram o céu da Califórnia, enquanto pequena multidão aguardava que o carrasco quebrasse o primeiro frasco do mortífero gás na cela de execuções do presídio de San Quentin, onde, algemado, se encontrava Caryl Chessman, o suposto bandido da luz vermelha.

Através do opaco vidro, distinguia-se o vulto daquele homem que, durante doze longos anos, aguardou no “corredor da morte” o dia de sua execução, lutando com todas as suas forças para provar a sua inocência, cuja pena teria sido comutada se o telefonema do governador daquele estado tivesse chegado minutos antes.

Mas, não chegou!

Se aquele bárbaro ato lavou a alma da plateia, por certo, não lavou a criminalidade.

Ainda que a justiça norte-americana tivesse razão em julgá-lo culpado, como não restou totalmente provado, aquele ato cruel se constituiu em verdadeiro atentado ao bom senso, arranhando o consagrado princípio de Direito: *Summun jus, summa injuria* ou o excesso de justiça incorre na injustiça.

* Advogado, escritor, tem vários livros publicados. Membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Reside em Uberaba (MG).

Excesso de justiça porque o prisioneiro já havia cumprido doze anos de cárcere. E esses anos todos de sofrimento no corredor da morte, comparável aos campos de concentração de Hitler, não se prestaram para amenizar sua pena fatal.

Excesso de justiça, porque executaram não um bárbaro estuprador e assassino, como pretendiam, mas alguém que durante os seus anos de cárcere, aprimorou a sua alma, lendo os melhores autores, escrevendo três livros jurídicos, que se tornaram em *best-sellers* e formando-se em Advocacia, tendo ele próprio defendido a sua causa.

Foi como se condenasse João e matasse José!

Os dois pilares em que se apoia a filosofia do Direito Penal, devem ser observados em todo o Planeta, sob pena de se incorrer em crueldade desse naipe, ou seja, retirar o criminoso da sociedade para que não cometa outros crimes e tentar recuperá-lo. Uma pessoa sadia e mentalmente equilibrada jamais seria um *serial killer*.

Na Suécia não existe o depreciativo nome “prisioneiro”, mas sim “interno” e, não raro, os próprios carcereiros são formados em Psicologia.

Mas ainda que o criminoso fosse um assassino incontrolável, movido por mórbida impulsividade, não poderia ser submetido à vingança do Estado norte-americano. Este monta uma fábrica de pobres-diabos e outra de extermínio, o que era praticado no nazismo.

Os chamados crimes hediondos, praticados por doentes mentais, são castigados desde as botas dos soldados, até à pena dos juízes, quando deveriam ser melhor examinados à luz da ciência.

Como já restou provado, o sangue de criminosos natos agitam as cobaias e os seus cromossomos apresentam anormalidades inexistentes em pessoas mentalmente equilibradas.

Demais disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito à vida e ainda preceitua que todos têm o direito de não ser submetidos a penas cruéis, desumanas e degradantes. Pior: no caso de pena de morte, o réu não tem o direito de apelar da sentença, o que lhe é facultado em penas menores. Diante de tantas arbitrariedades, não é de admirar-se que nos EE.UU. de 1976 a 1996, 112 negros foram executados, acusados de terem matado brancos. Por outro lado, no mesmo

período, 25 pessoas inocentes, tardiamente reconhecidas como tal, foram executadas.

Já tivemos no Brasil a pena de morte, a qual foi abolida pelo Imperador D. Pedro II, ante o erro judiciário que levou à forca um inocente e que abalou a Nação. Muito mais tarde, idealistas e intelectuais foram torturados e executados nos porões da ditadura, sem julgamento!

Na França, com a abolição da guilhotina, houve significativa diminuição da criminalidade. Já no Irã, a criminalidade aumentou com a implantação da pena capital, após a revolução islâmica.

A palavra PENA, cruel sinônima de castigo, no meu entender, deve ser abolida de nosso código penal. O castigo, em suas várias acepções, nunca foi sinônimo de exemplo e no Direito não é contemplado como tal. Guerra Junqueiro já dizia que abrir escolas é fechar prisões. Antes de prisões e punições, que se construam escolas que ensinam o homem a se afastar do crime.

A truculência dos favoráveis à pena de morte acha-se diretamente ligada à vingança, o mais mesquinho dos sentimentos que, no reino animal, somente o homem cultua. Retruca-se que ainda não fomos atingidos pela maldade dos assassinos. Só para argumentar, cabe a pergunta se seria o mesmo o seu modo de pensar se o penado fosse seu irmão ou o seu próprio pai?

Ademais, quem conferiu o mandato a um homem falível e pecador, como todos somos, de mandar assassinar alguém de caso pensado, apenas porque tem diploma de curso superior?



O perfil psicológico de Guimarães Rosa e sua obra literária

*Sebastião Abrão Salim**

Reconheço que é uma tentativa ousada procurar unir Psicanálise e Literatura, diante de meu especial arrebatamento pelo imenso mistério que envolve o universo de Guimarães Rosa, flutuando no místico, no fabuloso e no fantástico. Desfila em sua obra, de forma livre, uma fascinante e original imaginação exercitada desde a infância. Desvencilha-se de paradigmas e utiliza a intuição imaginária para saltar em busca de novo estilo literário, deixando marcas pessoais para além do universo convencional da Literatura.

Relembro, de início, uma sucinta, mas precisa observação: “João Guimarães Rosa, bardo do Brasil, inventor de mundos, a nossa Paidéia, o nosso Homero. Curiosamente, ao mesmo tempo eu o conhecia e não conhecia. Um pensamento rápido aumentou aquela visão singular: Deve ser alguém que acabou de descer de um disco voador”.

Esse é Rosa. Indefinível, indescritível, estranho. Muitos leitores sentem dificuldade de adentrar sua obra ao primeiro contato. Alegam dificuldade para entender a escrita diferente, mesclada de palavras desconhecidas, neologismos e do relato da vida burra dos deserdados da sorte, que compõe o conteúdo dos contos: os pobres, os loucos, as prostitutas, os analfabetos, os alcoólatras e outros.

* Psiquiatra, escritor. Reside em Belo Horizonte.

Muitos se vão, deixando-o para trás. Parecem justificados, sejam adolescentes, jovens, adultos e senis.

No livro *Cadernos de Literatura Brasileira: Instituto Moreira Sales*, há uma citação do próprio Rosa reconhecendo as dificuldades desses leitores: “Os livros saíram-se necessariamente desabusados, ‘no peito e na raça’, e involuntariamente polêmicos. A respeito deles, tenho tido motivos de alegria, e não de queixa. Tiveram sorte. (...) (Bem, às vezes, também, acho que eles são um pouquinho ilegíveis ou incompreensíveis, isto é verdade (...)). De qualquer modo, porém, trata-se de uma obra... – como diremos? – crespa, rumorosa, incomoda”. (p. 87)

Por outro lado, há os leitores afinados com sua obra. Detectam a narrativa recheada de poesia, de cultura, de sabedoria, de reflexão existencial, de humor, de esperança, de realismo da vida dos personagens – vivida na desigualdade da força e do poder, da riqueza e da miséria, da vulnerabilidade à morte devido à carência de recursos médicos, da entrega à religião e ao místico, das diferenças do convívio entre homens brutos em meio à delicadeza do amor entre Riobaldo e Diadorim.

A essência de sua obra clama pelo sensório, por olhos e por ouvidos abertos, atentos para a sonoridade da palavra. Talvez daí o conselho de entendedores para ser lido em voz alta. Sua escrita é matéria em extinção, como a flora e a fauna do seu sertão.

Neste modesto trabalho vou tentar estabelecer uma relação entre sua pessoa, seu perfil psicológico e a natureza de sua obra.

A pessoa de Rosa

Vilma Guimarães, sua filha, na conferência pronunciada em Belo Horizonte (2008), por ocasião do lançamento do busto de seu pai no Palácio das Artes, descreve-o como homem discreto, tímido, emotivo, guloso e voltado para o trabalho e a Literatura.

Em sua história pessoal há evidências de que recebeu carinho no ambiente familiar, como testemunham aqueles que viveram com ele, como o tio Vicente Guimarães, o Vovô Felício das crianças, companheiro da infância até a morte, e sua prima Eni Guimarães, com quem eu convivi alguns anos e de quem ouvi muitas histórias.

Segundo o seu tio Vicente, Rosa apresentou desde cedo comportamento diferente das outras crianças. Tinha a tendência para o isolamento. Em citação no livro do tio Vicente Guimarães, *Joãozito*, Rosa escreveu: “Não gosto de falar da infância. É um tempo de coisas boas, mas sempre com pessoas grandes incomodando a gente, interferindo, estragando os prazeres. Recordando o tempo de criança, vejo por lá um excesso de adultos, todos eles, mesmo os mais queridos, ao modo de soldados e policiais do invasor em pátria ocupada. Fui rancoroso e revolucionário permanente, então. Já era míope, e nem eu, ninguém sabia disso. Gostava de estudar sozinho e de brincar de Geografia. Mas tempo bom de verdade, só começou com a conquista de algum isolamento, com a segurança de poder fechar-me num quarto e trancar a porta. Deitar no chão e imaginar estórias, poemas, romances, botando todo mundo conhecido como personagem, misturando as melhores coisas vistas e ouvidas”. (p. 39)

Testemunha o tio no mesmo livro: “Menino diferente foi: sossegado, caladão, calmo, observador, singelo. Lia muito, estudava... Brincar, raramente, depois que descobriu a leitura...”. Continua: “Fora desses citados fatos confirmados pelo autor, outros seus prazeres encontrava o menino era mesmo junto do livro ou brincando sozinho, ou colecionando insetos e estudando plantas”. Prossegue: “Ao relembra infância essa tão divertida, imaginosa e tranquila, no isolamento seu, maravilhoso, ele termina o escrito prometendo compor pequeno tratado de brinquedos para meninos quietos, o que, infelizmente, não chegou a fazer”. Continua: “Por seu maior gosto era sozinho que brincava, sem incomodar ninguém. Com outras crianças, muito pouco, quase nunca”. (p. 27, 32, 33, 38)

A leitura era um hábito. Escreveu Vicente Guimarães: “Brincar, raramente, depois que descobriu a leitura. Separá-lo de um livro era difícil, até para as refeições. Nem nunca precisava lhe mandassem estudar. Contrariamente, ralhavam-lhe para deixar o livro”... “Seu pai, de bom coração, mas rude, não compreendia um menino, no seu entender já marmanjo, que só vivesse de livro nas mãos, vagabundo assim sendo, sem procurar o de-que-fazer. Muitas vezes Joãozito foi punido pelo pai para deixar o livro e çagar serviço”.

Apegou-se às letras, às palavras e aos idiomas, tinha enorme facilidade no trato com todos.

Rosa escreveu, conforme citado: “Lá, em Minas Gerais, quando com 9 anos de idade, muito espantei os meus ao comprar, por mim mesmo, uma gramática alemã, para estudá-la, sozinho, sentado à beira da calçada, nos intervalos, de jogar, com outros meninos, *foot-ball* de rua. Só foi isso por inato amor às palavras recortadas de exatas consoantes: tais como *Kraft* e *anft*, *Welt* e *walt*, e *Gnade*, e *Haupt* e *Schwung* e *Schmis*”.

Continua descrevendo-se, conforme o livro *Joãozito*: “Falo: português, alemão, espanhol, italiano, esperanto, um pouco de russo; leio: sueco, holandês, latim e grego (mas com dicionário agarrado); entendo alguns dialetos alemães; estudei a gramática: do húngaro, do árabe, do sânscrito, do lituânio, do polonês, do tupi, do hebraico, do japonês, do tcheco, do finlandês, do dinamarquês; bisbilhotei um pouco a respeito de outras. MAS TUDO MAL. Eu acho que estudar o espírito e o mecanismo das outras línguas ajuda muito a compreensão mais profunda do idioma nacional. Principalmente, porém, estudando-se por divertimento, gosto, distração”.

Seu Tio ainda relata o modo idiossincrásico de o sobrinho ler: “Sua posição predileta para a leitura era sentado no chão, de pernas cruzadas, a modos de Buda, com o livro aberto sobre as pernas, curvado até bem próximo deste e com dois pauzinhos nas mãos, batendo sobre as páginas, ora um, depois o outro, compassadamente, em ritmo variado, ligeiro ou mais lento, conforme na leitura se movesse o pensamento. Quando não tinha a seu alcance os tais pauzinhos de consciente primazia, pegava pedaços de jornal ou de outro papel qualquer, enrolava-os bem finos e durinhos, como só ele sabia, e com estes satisfazia o cacoete. Se nenhum papel obtinha, seus dois indicadores destacados, ajeitados em posição, de substitutos serviam para bater sobre as páginas o compasso da leitura. Hábito esse só deixado anos muitos após, e ainda, por demais tempos, subconscientemente lembrado e executado, já apenas com enrolados de papel”.

Tinha o costume de fumar muito. Rosa confessou ao amigo Paulo Dantas, conforme citado: “[...] também estive mesmo doente, com apertos

de alergia nas vias respiratórias; daí tive de deixar de fumar (coisa tenebrosa!) e, até hoje (cabo de 34 dias!), a falta de fumar me bota vazio, vago, incapaz de escrever cartas, só no inerte letargo árido dessas fases de desintoxicação. Oh, coisa feroz. Enfim, hoje, por causa do Natal chegando e de mil-e-tantos motivos, aqui estou eu, heróico e pujante, desafiando a fome-e-sede tabágica das pobrezinhas das células cerebrais. Não repare”.

Segundo relato da filha Vilma Guimarães na citada conferência, durante os bombardeios à cidade de Hamburgo durante a II Guerra Mundial, seu pai se viu sem cigarro no quarto e saiu de pijama para comprá-lo, ocasião em que uma bomba devastou parte de sua casa. O hábito teria salvado sua vida.

Vicente Guimarães conta ainda: “Os animais enfeitaram de alegria a vida desse menino diferente. Aves, quadrúpedes, símios, quelônios, insetos, aracnídeos, anuros, batráquios, ofídios, e tantos quantos restantes outros muito lhe serviram de satisfação e divertido estudo”... “ora lidar com insetos, que observava atento e com eles se divertia. Dentre esses, a formiga o entretinha horas extáticas, mais que outro qualquer.” Prossegue: “Perseguindo os tais (pirilampos) em correria alegre, pegava alguns para realizar a principal brincadeira. Colocando o vaga-lume de costas na calçada, gritava-se imediato, ordenando-lhe: “Salta, moleque”. Ele, obediente, reviravoltava-se num salto completo, caindo com as patinhas no chão...”.

Rosa amava os animais. Criador de gatos, entusiasmado e amoroso com paciência, amador apenas. Os últimos seus bichanos foram Tout-petit, Xizinha e Boizinho. Um cachorrinho pequenês felpudo, o Sung, carinhoso amiguinho, morreu. Desolação. Enterrado no cemitério de Cães, em Mangueira. Na lápide apenas: Sung, Sunguinho de Deus”.

Rosa, escreveu: “Levantei, sem despertador, só com a cortina aberta e o chamado de Ângela [que trabalhava em sua casa], às 8h30’. O tempo que fiquei na cama, foi quase que voluntariamente. Alegra-me que esteja mais quente, um pouco, hoje. Xizinha não tinha queridô comer. Fico bem um quarto de hora com ela no braço. Ronrona, ronrona. Ângela diz que ela teve saudades de mim, durante a noite. Levo-a à janela que dá para a rua: seu “cineminha”. Leve, quentinha, cheirosa, é como meu coração

externo, contra meu peito. Sua curiosidade infantil para com os automóveis. Amorzinho. Felpudo. Sempre se interessa”.

Rosa era um perfeccionista. Escreveu: “Rever qualquer texto meu, já de si, é qualquer coisa de tremendo, porque o meu incontentamento é crescente, a ânsia de perfectibilidade, fico querendo reformar e reconstruir tudo, é uma verdadeira tortura. Por exemplo, dir-lhe-ei que as 5 edições do Sagarana são todas diferentes, refeitas, remodeladas, remexidas. Por fim, para ver se eu deixava isso de lado, e me voltava para escrever outros e novos livros, o meu Editor, José Olympio mandou matricular ou estereotipar a composição, guardando-a nos chumbos, e impedindo-me assim, de permanecer na classe de Danaide ou Sísifo”.

Em outra passagem: “O capiau está mais certo: com o vocabulário involuntariamente, escasso de que dispõe, gosta da ostentação, de opulência, de beleza, de inventar nomes. Para os defeitos de seus cavalos e as cores dos seus bois, dá-se a um luxo incrível de termos exatos, marcando as mínimas gradações. Gente esperta!”.

Tinha medo do contágio, segundo escreve seu tio: “Menino nójoso também foi. Enojava-se de tudo que não lhe parecia muito limpo. Dizia seu pai que o filho era cheio de nica, niqunto, e, muitas vezes, enérgico rudemente, o obrigava a comer aquilo que não queria, lhe repugnava. O menino vomitava em seguida. E muitos sojigões e petelecos levou nesses ensejos”. Prossegue: “Em casa dos outros, antes da mãe aceitar, nada não comia, qualquer fosse a quitanda ou o doce oferecidos. Confiava em D. Chiquitinha, que sabia ser exigente na limpeza e tinha muito medo de doença”. E continua: “Quando sua irmãzinha Maria Izabel morreu de difteria laríngea – o aterrorizante crupe, ou garrotilho, como muitos o chamavam de preferência – o menino ficou apavorado e não mais de seu quarto quis sair, tanto e tal medo tinha de contaminar-se. Seus pais, procurando tranquilizá-lo, mudaram alguns dias para a Chácara, anterior residência de meu pai, onde eu nasci. “E Joãozito somente para a casa voltou depois de desinfetada, cheirando a lisol, fortemente”.

Por fim, desde criança, apresentava comportamento ditado pela insuficiência física que incluía a miopia diagnosticada tardiamente, em contraste com o elevado cociente intelectual.

O perfil psicológico de Rosa

Neste ensaio seguirei a linha de Freud, quando escreveu sobre Leonardo da Vinci: “Quando a pesquisa psiquiátrica, que geralmente se concentra em usar pessoas comuns como material de estudo, se aproxima de alguém que figura entre os expoentes da raça humana, não o faz pelos motivos que tão frequentemente lhe atribuem os leigos. O seu objetivo não é ‘denegrir os brilhantes e arrastar na lama os sublimes’ (Schiller) (...)”.

Meu propósito é enaltecer sua pessoa e sua obra, como ímpares. Só ele poderia escrever como escreveu, de forma tão original sobre a vida de homens vestidos com a cultura da terra onde viveram – o sertão mineiro – e como viveram, isto é, sem o cuidado da civilização.

Essa tarefa fica facilitada pelas afirmações do próprio Rosa: “É impossível separar minha biografia da minha obra. Veja, sou regionalista porque o pequeno mundo do sertão (...), este mundo original e cheio de contrastes, é para mim o símbolo, diria mesmo o modelo de meu universo”.

Em seguida: “Meus personagens, que são sempre um pouco de mim mesmo, um pouco muito, não devem ser, não podem ser intelectuais, pois isso diminuiria sua humanidade”. Conclui: “Os livros são como eu sou”.

Suas características pessoais mencionadas configuram, segundo meus estudos interdisciplinares entre a Psicanálise, a Psiquiatria, a Neurobiologia e a prática clínica, que Rosa tinha personalidade autista. Esta não é reconhecida pela Psiquiatria, do mesmo modo como acontece com as personalidades obsessivo-compulsiva e esquizoparanóide. Todas três não constituem entidades psicopatológicas. São apenas indicação de que seus portadores apresentam predisposição para o que seria, de forma doentia, o autismo, a neurose obsessivo-compulsiva e a esquizofrenia.

A personalidade autista foi estudada principalmente por Tustin e Ogden, dois importantes psicanalistas. Eles a remetem à etapa do desenvolvimento do ego, quando ainda não se pode falar em relação sujeito-objeto e a noção de estar existindo do ser é dada por autogeração de sensações sensoriais a partir dos elementos do próprio corpo em

contato com suas superfícies, principalmente a pele. Esse recurso é revelado pela ultrassonografia fetal que mostra o feto chupando o dedo ou tocando as orelhas e os órgãos sexuais com as mãos.

Segundo esses autores, o feto pode ficar fixado nesses pontos de desenvolvimento e nascer com idiosincrasias que o acompanham por toda a vida, tais como desenvolvimento exacerbado de dons, habilidades, lentidão ou exacerbação dos movimentos motores. Pode haver acentuação de um ou mais sentidos relacionada ao paladar, ao tato, à visão, ao olfato, à audição e ao equilíbrio sinestésico. Seus portadores tornam-se exímios testadores de vinhos, comidas, perfumes e outros elementos como os sons, as cores, os números, as linhas geométricas e as letras.

Entre seus representantes ilustres podemos citar Beethoven e os sons musicais, El Greco e as nuances de cor, Jean-Louis Grenouille e seu senso apurado para perfumes eternizado no romance de Süskind *O perfume: história de um assassino*, matemáticos, físicos, e outros. Minha hipótese é que Rosa se inscreve entre esses pela sua relação com as letras e seus sons.

Munido desses conhecimentos, procurei dados referentes à sua gestação, nascimento e os primeiros tempos de vida com familiares e biógrafos. Embora extensa a pesquisa, não consegui documentar evidências indicativas de traumas no seu desenvolvimento, mas isso é comum acontecer na clínica. Muitas vezes, só se chega a eles por meio de sintomas e sinais presentes ou por meio dos sonhos, testemunhas reais de nossa vida psíquica.

Considero o isolamento pessoal um aspecto central dessa personalidade. Constitui uma resposta biológica reflexa de defesa da vítima de um trauma para tentar prolongar a vida mediante o retraimento em si mesmo. Esse recurso gera uma maneira própria de ser e de agir. O Ser se torna seletivo, tanto nas escolhas como nos comportamentos. Nada entra, nada sai do seu ordenamento próprio sem um escrutínio meticuloso. Quando entra, ainda assim, dispara avisos de alarme, como se a sobrevivência estivesse em risco. Cresce intocável e o novo é habitualmente afastado ou se afasta dele. Dota-o com graus diferentes de confiança no continuar existindo sem as guarnições de seguranças

existentes na vida intrauterina para onde tem uma predisposição para voltar se afligido pela adversidade.

Daí seu apego ao sertão. Ele saiu do sertão geográfico onde nasceu, mas o levou dentro de si, reproduzido indefinidamente em seus escritos, como fazemos com as lembranças infantis em devaneios ou em sonhos.

Encontramos seu escrito: "Eu carrego um sertão dentro de mim, e o mundo no qual eu vivo é também o sertão. As aventuras não têm tempo, não têm princípio nem fim. E meus livros são aventuras, para mim são a minha maior aventura. Escrevendo, descubro sempre um novo pedaço do infinito. Vivo no infinito, o momento não conta".

Seu apego às coisas pessoais promoveu a identificação profunda com suas raízes e foi-lhe fácil remontar à linguagem do seu tempo de criança, ainda que tenha vindo para Belo Horizonte, mas nunca se afastou dela. Certamente essa tarefa foi facilitada pela conhecida colaboração do pai que lhe enviava com constância histórias de sua terra.

A observação clínica revela que pessoas que vão morar longo tempo no exterior, onde a língua é diferente, após muitos anos, continuam a sonhar somente na língua pátria, isto é, nos seus recônditos continua prevalecendo a língua mãe. Esse é um predicado autístico que todas as pessoas têm.

Todas as características pessoais de Rosa citadas são alongamentos do sistema de prevenção da sobrevivência apontado, tão próprio dos animais, com os quais ele era apegado devido à identificação empática com seus modos de funcionamento psíquico e motor.

Relação do perfil psicológico de Rosa com sua escrita

Já foi dito que os portadores de personalidade autista têm sentidos individuais exacerbados. Nestes a cognição sofre mais a ação dos sentidos no modo de agir e sentir. O sensorial tem presença marcante em suas vidas.

Podemos levantar a hipótese de que a escrita de Guimarães Rosa emerge, como ele mesmo escreve do seu magma, uma matriz psíquica sensorial, sem o retoque da gramática e da crítica literária. Ele tinha o

conhecimento da natureza de sua escrita. “Meus cadernos cheiram a suor de cavalo, de boi. Estão impregnados dos cheiros do sertão”. Ou: “(...) Como eu, os meus livros, em essência, são ‘anti-intelectuais’ – defendem o altíssimo primado da intuição, da revelação, da inspiração sobre o bruxulear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana”. E ainda: “O escritor deve ser um alquimista. Naturalmente, pode explodir no ar. A alquimia do escritor precisa de sangue do coração”. Prossegue: “Os livros nascem quando a pessoa pensa; o ato de escrever já é a técnica e a alegria do jogo com as palavras”.

Mais adiante, acentua: “Existem elementos da língua que não são captados pela razão; para eles são necessárias outras antenas”. “Inteligência, prudência, tal como eu as interpreto, cultura elevada, tudo isso está bem, pois o escritor atual deve possuir todas estas qualidades. Mas não deve se transformar em um computador. Não deve abandonar as zonas do irracional, ou então deixa de produzir literatura e só produz papel”.

Aliado ao domínio das letras e das palavras, Rosa isentou-se das normas da escrita convencional e se soltou. Brindou-nos com sua copiosa imaginação, apegada às suas origens e seus conteúdos psíquicos. Ele mesmo reconhece: “Minha vida sempre e cedo se teceu de sutil gênero de fatos. Sonhos premonitórios, telepatia, intuições, séries encadeadas fortuitas, toda sorte de avisos e pressentimentos... Sou um contemplativo fascinado pelo Grande Mistério”.

Em citação de seu tio Vicente, revelou: “Desde menino, muito pequeno, eu brincava de imaginar intermináveis estórias, verdadeiros romances; quando comecei a estudar Geografia – matéria de que sempre gostei – colocava as personagens e cenas nas mais variadas cidades e países; um faroleiro, na Grécia, que namorava uma moça no Japão, fugiam para a Noruega, depois iam passear no México... coisas desse jeito, quase surrealistas”.

Vicente Guimarães reafirma: “A beleza de sua imaginação criava-lhe os ambientes mais diversos e encantadores para suas histórias inventadas, de gosto, só para si”.

E Rosa substanciou ainda: “Nós, homens do sertão, somos fabulistas por natureza. (...) No sertão, o que pode uma pessoa fazer de seu tempo livre a não ser contar histórias? A única diferença é simplesmente que eu, em vez de contá-las, escrevia. (...) Eu trazia sempre os ouvidos atentos, escutava tudo o que podia e comecei a transformar em lenda o ambiente que me rodeava, porque este, em sua essência, era e continua sendo uma lenda”. Quando escrevo um livro, vou fazendo como se o estivesse ‘traduzindo’, de algum alto original, existente alhures, no mundo astral ou no ‘plano das idéias’, dos arquétipos, por exemplo”.

Da mesma forma como Franz Kafka em seu conto *A metamorfose*, Rosa fez das letras, da escrita um recurso para sobreviver. Escreveu muito, primeiro para si constituir, e depois para o leitor. Não é demais afirmar que *Grande Sertão: Veredas*, sua obra prima, é uma reprodução fantasmagórica da sua vida interior em língua pátria. É um sonho que espelha sua alma, embora os disfarces necessários para amenizar as barreiras da autocensura.

Revelou seu estado de espírito ao escrever *Grande Sertão: Veredas*: “Os caboclos ‘baixaram’ em mim... Só escrevo altamente inspirado, como que ‘tomado’, em transe. Aquele livro me cansou fisicamente. Acabei extenuado. Deu-me, porém, um enorme prazer. Sensação igual só senti ao escrever *Miguelin*. Foi outro ‘clarão’ que recebi na vida”.

Rosa foi um menino de elevado cociente intelectual que, tangido por sua insuficiência física, incluindo sua miopia e doenças próprias de baixa imunidade, conseguiu livrar-se das presilhas que prendiam seus passos no chão, ergueu-se ao seu encontro, inspirado pela coesão psíquica alcançada com as letras e brindou-nos com a excelência de sua vasta criação literária.

Sabia que não era apenas um repetidor dos casos que ouvia, lia ou imaginava. Gestou-os por anos, imersos em meio propício até que viessem a lume, na idade adulta, com poesia e encanto.

Em parte filha do imaginário, sua obra se alongou em caminhadas que requereram pausas e saltos. Muitas. Longos... Passaram-se dez anos entre a publicação de *Sagarana* e de *Grande Sertão: Veredas*. De fato, tem-se a impressão que Rosa abstraía-se de si mesmo, tornava-se outro, para se

manter em suspensão no mundo da sua infância. Alienava-se do meio ambiente e do próprio mundo interior, onde existiam barreiras de ordem religiosa e educativa da meninice, para produzir isento desses ensinamentos, na forma mais propícia para o exercício da imaginação e da criatividade. Existir com plenitude, isto é, como a água que desce morro abaixo.

Rosa tinha a percepção da necessidade de sair de sua terra natal e posteriormente da escrita convencional, porque carregava, como escreveu, uma gã de talento para realizar, para dar forma.

Sabia da importância do conhecimento do berço das palavras, como é o dos homens, para identificar seu sentido real e se incensar. Escreveu ele: “Aprendi algumas línguas estrangeiras apenas para enriquecer a minha própria e porque há demasiadas coisas intraduzíveis, pensadas em sonhos, intuitivas, cujo verdadeiro significado só pode ser encontrado no som original. Quem quiser entender corretamente Kierkegaard tem de aprender dinamarquês; do contrário, nem a melhor tradução o ajudaria”. Mais adianta, acrescentou: “Gostaria de ser considerado um reacionário da língua. Sou precisamente um escritor que cultiva a idéia antiga, porém sempre moderna, de que o som e o sentido de uma palavra pertencem um ao outro. Vão juntos. A música da língua deve expressar o que a lógica da língua obriga a crer”.

Rosa pôde criar com liberdade e autonomia porque se desvencilhou das mãos das religiões. Era um ecumênico. Ele próprio confessa: “(...) sou profundamente, essencialmente religioso, ainda que fora do rótulo estrito e das fileiras de qualquer confissão ou seita; antes, talvez, como o Riobaldo do G.S. – V., pertença eu a todas. E especulativo, demais. Daí todas as minhas constantes preocupações religiosas, metafísicas, embeberem os meus livros. Talvez meio existencialista-cristão (alguns me classificam assim), meio neo-platônico (outros me carimbam disto) e sempre impregnado de hinduísmo (conforme terceiros). Os livros são como eu sou”.

Em um extrato de sua autobiografia deixou-nos uma incognoscível questão ao escrever: “Querida entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder...”.

Prosegue: “Eu era eu – mais mil vezes – que estava ali, querendo, próprio para afrontar relance tão desmarcado. Destes meus olhos esbarrarem num ror de nada... E, o que era que eu queria?... Uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – *ficar sendo*”. [Grifo meu].

Rosa sentia que possuía um movimento pessoal para a frente, movido pela coragem, pela *gã*, que se impunham vigorosamente à espera do suceder, do *ficar sendo*. Saiu vitorioso como atestam seus feitos profissionais. Contudo sua insuficiência física, tão retratada em *Grande Sertão: Veredas*, na pessoa de Riobaldo, foi resultado do estafante trabalho desde sua infância para se manter *sendo*. O sufixo *baldo* significa, segundo Ferreira, “Falto, falho, carecido, carente”.

Certamente seus êxitos ditados pela sua personalidade autista foram fonte de enorme estresse pessoal, responsáveis por sua morte prematura aos cinquenta e nove anos de idade.

Penso que tinha consciência subjetiva da sua tendência para tarefas de grande alcance. Externou-a na poesia *Águas da Serra*, a primeira do livro *Magma*, quando tinha 28 anos de idade:

Águas da Serra

Águas que correm,
claras,
do escuro dos morros,
cantando nas pedras a canção do mais-adiante,
vivendo no lodo a verdade do sempre-descendo...
Águas soltas entre os dedos da montanha,
noite e dia,
na fluência eterna do ímpeto da vida...
Qual terá sido a hora da vossa fuga,
quando as formas e as vidas se desprenderam
das mãos de Deus,
talvez enquanto o próprio Deus dormia?...
E então, do semi-sono dos paraísos perfeitos,

os diques se romperam,
 forças livres rolaram,
 e veio a ânsia que redobra ao se fartar,
 e os pensamentos que ninguém pode deter,
 e novos amores em busca de caminhos,
 e as águas e as lágrimas sempre correndo,
 e Deus talvez ainda dormindo,
 e a luz a avançar, sempre mais longe,
 nos milênios de treva do sem-fim...

Sua acesa gâ, implícita neste poema, infelizmente não era compatível com sua natureza biológica e levou-o ao desgaste e à morte prematura. Esvaiu-o do belo da vida.

Esse desgaste foi tão belamente expresso por ele no conto *Páramo*, quando morava como embaixador nas altitudes da Colômbia.

“De lá o frio desce, umidíssimo, para esta gente, estas ruas, estas casas. De lá, da desolação paramuna, vir-me-ia a morte. Não a morte final – equestre, ceifeira, ossosa, tão atardalhadora. Mas a outra, aquela.”

Eu diria que se referia a morte sem cadáver do ser vivo insuficiente.

Rosa tinha uma fraqueza espelhada em vários fatos de sua vida pessoal. Talvez conduzido por sua miopia, exacerbou seu imaginário, usando as letras e as palavras, elementos mais acessíveis para lhe darem o sentimento do vir-a-ser; ou de ficar sendo.

Narrou: “Escrevi *Grande sertão* como um ato de minha vida, para aprender a viver. Era como se fosse o meu testamento. As minhas preocupações, os meus conflitos, ali se refletem e se resolvem. Até os 14 anos eu não sabia viver. Um dia deitei-me na cama, com a intenção de não me levantar mais. Até que fui me encontrando nas coisas, nas leituras”.

Enfaticou em *Grande Sertão: Veredas* que “viver é muito perigoso”. Embora estivesse se remetendo à realidade externa da vida no sertão carente de recursos para a sobrevivência, intuitivamente referia-se ainda ao seu mundo interior dominado por um litígio entre forças do continuar sendo e do desfazer-se.

Esse desafio é vivido por Riobaldo, personagem central de *Grande Sertão: Veredas*. Nasce bastardo, sem a presença de um pai que o guarnecesse de segurança e vai se fazendo novo no aprendizado da vida. Passa por inúmeras experiências pessoais ao longo da narrativa do romance, que o transformam em homem sensato, acima dos demais. Porém não tinha a coragem destes. Diante de Hermógenes, cede à sua insuficiência e deixa para Diadorim a luta final. Dai para a frente opta por viver conciliado com a vida certa, retirado e amparado pelo amor incondicional de Otacília.

Ainda revelando o desafio do viver está o próprio título do livro – *Grande Sertão: Veredas*. Dois sujeitos distintos: o sertão e as veredas. Um não lapidado pela civilização. É o bebê animal, com seus recursos da filogênese para sobreviver. O outro mais dotado, a mãe, que o cuida e lhe permite as aquisições de uma cognição para viver em sociedade.

Penso que apenas Kafka, um desafiante da morte física e psíquica (a loucura), aproximou-se de Rosa na precisão da narrativa literária para descrever as angústias existenciais do continuar sendo e da tendência para desfazer-se por meio de seus respectivos personagens: Samsa Gregor e Riobaldo.

A *metamorfose* e *Grande Sertão: Veredas* são narrativas de leitura difícil porque denunciam os dois maiores temores do homem portador de personalidade autista: a travessia do *nada* até o *ficar sendo* e a morte que o espreita.



O enterro de Seu Ernesto*

Rodrigo Mello Franco Andrade**

Tinham, na véspera, transportado o corpo para o necrotério da Venerável Ordem Terceira da Penitência. Desde certa distância, entre as árvores do pátio, divisava-se o caixão sobre uma das mesas de mármore.

A viúva veio ao nosso encontro e apresentou-nos às irmãs e sobrinhas de Seu Ernesto, que confabulavam, de preto, em dois ou três grupos, junto à porta do necrotério. Uma das irmãs com ar de importância e ornada de um chapéu, aceitou os pêsames com uma frieza digna.

Mas mal trocamos umas poucas palavras com a família enlutada, porque logo nos acercamos do corpo, vestido com o hábito da Ordem e o rosto amarrado por um lenço branco, para fixar o maxilar inferior em posição normal.

– Ontem mesmo conversei muito tempo com ele lá em cima no hospital – foi me dizendo outra das irmãs, menos importante e sem chapéu. – Coitado, ele me pediu muito que fizesse a Amália se internar também na Ordem, que ela aqui tinha tudo pra se tratar e comer.

– Então ele percebeu que morria?

– Ora se percebeu, coitado! O enfermeiro me contou que quando chegava a hora dele, Pi ainda se levantou da cama dizendo que queria ver a mulher. Foi preciso o moço deitar Pi outra vez a força. E ele tornou a

* Extraído do livro *Velório*, Ed. Cosac & Naify (3ª edição – 2004).

** Ver dados bibliográficos no final do texto.

querer se levantar, até que foi acabando... Custei um pouco a entender que era a Seu Ernesto que a mulher chamava de Pi. Com certeza apelido que as irmãs lhe deram em menino.

Aliás, Seu Ernesto não tinha somente irmãs. Havia também um irmão, que é hoje sub-oficial da Armada. Não sei se mais velho ou mais moço que Seu Ernesto. Creio que mais moço, porque, do contrário, já estaria reformado. É mesmo provável que houvesse entre eles grande diferença de idade. Mas com a irmã que o visitara na véspera é que ele deveria ter sido mais ligado. Era a única que parecia sentir pesar pela morte dele.

De resto, as relações que ele mantinha com a família, desde o tempo em que decidiu casar-se com D. Amália, eram muito poucas.

Trabalhava na Garantia da Amazônia quando a conheceu. Ela era então criada de servir não sei em que rua. A princípio, o casamento parecia ter dado certo, apesar de o ter incompatibilizado mais ou menos com a família. Mas, de certa altura em diante, desandou-lhes a vida pouco a pouco.

Seu Ernesto principiou a sofrer aquelas dores tremendas, que procurava aliviar com agulhas preparadas segundo receitas do espiritismo. D. Amália deu para emagrecer e tossir.

Câncer no piloro *versus* tuberculose pulmonar.

Nos últimos tempos, moravam numa casa de cômodos na rua General Pedra. Seu Ernesto dizia que o quarto era bom: uma sala de frente, espaçosa e ventilada. Os inconvenientes decorriam da poeira das imediações e do carvão de pedra da linha de trem, que ficava perto. O diabo, porém, era a senhoria. Segundo Seu Ernesto, boa pessoa em estado normal: tomara até uma criança pobre para criar e tratava-a como se fosse um filho. Mas quando se danava a beber, não havia mais quem pudesse com ela, até o momento em que o marido se dispunha a lhe dar uma surra.

Em tais oportunidades, aliás, frequentes, Seu Ernesto via o diabo, tendo que se utilizar da cozinha comum para preparar as refeições dele e de D. Amália, que não tinha mais saúde para serviço pesado. A senhoria envenenava-lhe a alma com deboches azedos, chegando muitas vezes às injúrias grosseiras. Ele era homem que não sabia ficar calado. Mas D. Amália não gostava de discussões e, cada vez que a senhoria tomava uma

bebedeira, ela era atacada de sufocação e não sossegava enquanto não disparasse para a rua com o marido. Porque “embora pobre, tinha, graças a Deus, outra educação e não podia ver certas coisas”.

Mas o que parecia inconcebível, depois de apurado o caso do câncer no piloro, era a resistência de Seu Ernesto à dor física. É certo que por duas ou três vezes ele chegou a se recolher ao hospital da Ordem. (O pai, português prático e apatacado, fizera de todos os filhos irmãos da Ordem Terceira da Penitência.) Era, entretanto, incrível que Seu Ernesto tivesse podido, com as dores atrozes que devia sentir, trabalhar, como trabalhava, a semana toda no escritório e ainda cozinhar diariamente e lavar a roupa do casal, para poupar canseira à mulher. Tudo isso até há muito pouco tempo: quer dizer, até a última extremidade.

– A senhora soube se ele sofreu muito nestes últimos dias?

– Sofreu muito, coitado. E morreu sozinho aqui. A mulher não veio ontem, que era dia de visita, porque disse que estava ameaçando chuva e ela tinha medo de adoecer. Eu, que lá em casa estou com uma porção de meninos para criar, não deixei de vir fazer um pouquinho de companhia a ele. Só não pude ficar mais porque precisava de ver as crianças e tratar da janta. Mas o senhor não acha que ela devia de vir e de ficar até o pobre do marido acabar? Pi só falava nela e até na hora de morrer queria levantar para ir junto dela. Enfim, são destas coisas que a gente não entende ou, por outra, entende demais. O senhor não acha?

– Talvez ela não percebesse a gravidade do estado de Seu Ernesto.

A resposta foi dada com constrangimento. Minha conhecida única ali era a própria D. Amália, que procurei então com os olhos, fixos desde a chegada sobre o cadáver. Ela andava, agitada, de uma extremidade à outra do necrotério, murmurando coisas sobre a chuvarada que ameaçava desabar. De vez em quando parecia espreitar o que a cunhada me dizia. Mas não se aproximava de nós, nem sossegava um minuto.

A tempestade que se armava era realmente alarmante. A tarde viera escurecendo de mais a mais e agora a ventania principiara a sacudir com ruído as copas pesadas das árvores que sombreavam o pátio do hospital. Caminhei até a porta para espiar o céu coberto de nuvens escuras como um toldo encardido ameaçando romper-se.

– Com essa chuva desesperada que vai cair eu não posso ir ao cemitério, meu Deus do Céu... Nosso Senhor me tirou a saúde e se eu apanhar chuva e ficar com a roupa e os pés molhados eu não sei o que será de mim, meu Deus do Céu... O doutor falou que eu não podia ficar com os pés molhados... Coitadinho de Pi, Deus Nosso Senhor está lá no céu e sabe que eu queria tanto acompanhar ele até no cemitério, mas eu não posso ficar com a roupa e os pés molhados porque Nosso Senhor me tirou a saúde e agora eu não tenho mais quem cuide de mim... Com essa chuva que vem aí eu não posso ir ao cemitério. O senhor não acha?

Enquanto D. Amália falava, sempre depressa e com a respiração ofegante, a cunhada fitava-a com uma expressão amargamente hostil. Já as duas outras irmãs de Seu Ernesto, a de chapéu e a terceira, haviam transposto a porta do necrotério e, com as demais parentes (uma das quais caolha), se tinham aglomerado num canto onde havia bancos.

Resmunguei qualquer coisa ininteligível como resposta à pergunta angustiada de D. Amália. Em seguida, convidei-a a vir comigo até junto do corpo de Seu Ernesto, pois a hora do enterro não tardava.

Ela fez uns poucos passos hesitantes em direção à mesa sobre a qual se achava o caixão. E à medida que eu me acercava mais do cadáver, ela ia, pouco a pouco, se esgueirando em outro sentido.

A cunhada estava cada vez mais amarga com D. Amália. E esta, evidentemente possuída de um medo invencível do defunto, recomeçara a sua caminhada nervosa de um lado para outro do necrotério, sempre a se lamentar sobre a tempestade iminente.

Entretanto, como já faltavam apenas poucos minutos para a hora do enterro, entraram os empregados da Ordem incumbidos de transportar o caixão até o coche fúnebre, que esperava embaixo da ladeira. Com o aparecimento dos homens fardados, as parentes de Seu Ernesto se movimentaram todas em direção ao corpo, para assistir ao fechamento do caixão. Seu Guimarães também aproximou-se.

– Vem ao menos despedir dele – disse a irmã irritada a D. Amália, que continuava a se agitar pelos cantos do necrotério.

A viúva fez menção de encaminhar-se para o ponto em que todos se achavam reunidos, em torno do corpo de Seu Ernesto. Tinha, porém, dado apenas uns três passos, quando o medo a deteve:

– Eu não posso.

Ela disse estas palavras com uma voz exausta. Então, apiedado, voltei-me para as irmãs de Seu Ernesto, ensaiando uma justificativa da atitude de D. Amália. Procurei explicar o seu medo pelo estado deplorável da saúde dela e pela nervosia extrema em que se achava. Mas uma das cunhadas me interrompeu com azedume:

– Ela está com medo do pobre do marido que morreu por causa dela? Disse que não pode nem se despedir dele? Ela tem nervoso de ver ele? Isso é porque ficou com a consciência suja. Ela devia ter é medo do castigo. A gente paga essas coisas, senão neste mundo mesmo, no outro mundo. Mal agradecida! Nem mesmo para se despedir do desgraçado que sacrificou a vida por causa dela. Não era só ganhar a vida dele, coitado. Era cozinhar, lavar roupa, varrer o quarto, para ela ficar no seu bem bom...

Apesar das censuras acerbas que lhe fazia em voz alta a cunhada, D. Amália prosseguia na sua caminhada tonta, a distância. Fui à sua procura para induzi-la a aproximar-se do corpo, ao menos para pôr termo àquela explosão de ressentimento da família do marido.

– Eu não gosto de questões, não estou acostumada com essas coisas. Eu sou pobre, mas tenho, graças a Deus, outra educação...

D. Amália ia me repetindo o que tantas vezes já dissera a propósito das brigas com a portuguesa, proprietária da casa de comodos da rua General Pedra. Mas, pouco a pouco, deixava-se conduzir até junto ao caixão.

Com sua presença ao pé do corpo cessaram as recriminações ameaçadoras da cunhada, que tinham continuado enquanto eu falava a D. Amália.

Esta, depois de alguns momentos de imobilidade silenciosa, perguntou quase ao meu ouvido:

– O senhor acha que eu devo beijar ele?

Seu Guimarães, que se encontrava também a meu lado, principiou a dar mostras de impaciência, resmungando uma espécie de protesto.

– Acho que sim, D. Amália.

Ela não se decidia, aterrada. Até aquele momento não ousara sequer deter a vista um momento sobre o cadáver do marido. Olhava insistentemente no sentido da porta, com a ideia fixa da chuva que não poderia tardar.

Passados mais alguns minutos, perguntou novamente:

– O senhor acha que eu devo beijar ele? Eu não posso, eu não tenho coragem.

Seu Guimarães não se conteve mais:

– E esta! Pensa que os outros é que hão de saber se ela beija o marido ou não! Homessa!

Mas eu fui dizendo a D. Amália:

– Acho que a senhora deve. Isso não há de ser muito custoso. É coisa só de um instante. E se a senhora não beijar, a família vai ficar aborrecida, achando que a senhora não tinha estima a seu marido. A família não compreende essas coisas. Pensa que a sua nervosia é pouco caso e falta de amizade a Seu Ernesto.

Tudo isso foi respondido também em voz muito baixa, para não ser ouvido pelas cunhadas e sobrinhas de D. Amália.

Ela hesitou ainda muito. Aproximava-se do caixão e recuava. Decidiu-se afinal e beijou o cadáver na frente.

As irmãs e sobrinhas se curvaram, em seguida, uma a uma sobre o corpo de Seu Ernesto, até que, terminada a despedida da família, os homens fardados se apoderaram do caixão. Ao fecharem-no, vi ainda de relance o rosto fino de Seu Ernesto, parecido com o retrato do Marquês de Olinda.

O enterro tinha de se fazer no cemitério da Ordem da Penitência, ao lado do do Caju.

D. Amália, depois de relutar bastante por causa da chuva próxima, consentiu em seguir o féretro, de automóvel, em nossa companhia. As irmãs tomaram outro carro, que constituía com o nosso o cortejo.

Seu Guimarães, ao lado do chofer, iniciou uma conversa sobre as regalias que desfrutavam os irmãos da Ordem da Penitência: remédios, médico, hospital, tudo de graça e à vontade, enquanto durasse a vida e, depois da morte, ainda o enterro e a sepultura de graça.

D. Amália, no entanto, principiara simultaneamente a fazer considerações sobre o beijo que dera ao cadáver.

– Agora eu já estou consolada porque pude beijar ele. É um alívio que eu sinto por ter beijado ele. Coitadinho de Pi, ele não mudou nada: estava direitinho ele. O senhor não achou? Só naquela hora é que eu tive coragem de olhar bem pra ele e vi como ele estava bonitinho. Eu tive medo que ele ficasse diferente, mas ficou direitinho ele mesmo e eu senti um alívio de ter beijado ele. Ele gostava tanto de me beijar. Inda outro dia, quando eu fui ver ele lá no hospital, ele sentou na cama e me pediu que desse nele um beijinho. Eu fiquei com uma vergonha. Aquela gente toda ali na enfermaria. Podia até um vigilante dizer à gente alguma coisa e eu morria de vergonha, Deus Nosso Senhor me livre. Mas Pi gostava tanto de me pedir um beijinho. Eu fiquei aliviada de ter ao menos beijado ele pra despedir... Nossa Senhora! A chuva já começou. Eu não tenho saúde pra apanhar chuva. Deus Nosso Senhor me tirou a saúde e eu não posso ficar com os pés molhados, nem com roupa molhada no corpo. O doutor falou que eu não posso e que é veneno pra mim apanhar umidade. Eu nem sei o que será de mim, agora. Mas tenho muita confiança em Deus Nosso Senhor e em Nossa Senhora e também no senhor e no dr. João, que hão de me ajudar porque sabem que eu não tenho mais ninguém por mim e sempre foram muitos bons pra Pi e ele estimava muito os senhores, o senhor e dr. João. Essa gente da família dele não gosta de mim e eu não gosto de questões, porque tenho outra educação, graças a Deus. Sou pobre, mas não estou acostumada com essas coisas. Eu fui criada de outro modo e não posso com essas coisas, Deus Nosso Senhor me livre...

Durante todo o trajeto D. Amália falou sem cessar, apesar da dificuldade de sua respiração, agravada provavelmente pelas emoções e pelo cansaço. Mas, desde que entramos pela rua São Cristóvão, a chuva aumentou consideravelmente e ela pôs-se a repisar o que já tinha dito mil

vezes sobre os inconvenientes de molhar a roupa e os pés. Quando chegamos ao portão do cemitério, como as cunhadas se aproximassem do nosso automóvel, que viera por último, D. Amália declarou-lhes que não poderia descer para acompanhar o caixão até a sepultura.

Deus Nosso Senhor há de me perdoar de não levar Pi até lá em cima, porque ele me tirou a saúde e esta chuva é um veneno pra mim. O doutor já disse que eu não podia ficar com os pés molhados e com roupa molhada no corpo...

As irmãs de Seu Ernesto reagiram com violência.

– Que é que tem, pr'ocê, adoecer, agora que seu marido morreu de tanto trabalhar e penar pra te sustentar e te dar sossego? Que mal faz você apanhar chuva uma hora que ele não está aí mais? Então você importa lá com a vida e com chuva, sem ele? Você não tem é coração nenhum nesse corpo.

Seu Guimarães interveio:

– Pode descer com meu guarda-chuva. A senhora não adoeca não, que a subida é calçada e tem cimento até lá em cima. Pode descer por minha conta.

Entre as invectivas das cunhadas, D. Amália desceu afinal do automóvel, quando os empregados da Ordem que tinham empunhado as alças do caixão já manifestavam impaciência com tanta demora debaixo da chuva. Seguimos atrás deles ladeira acima, sem que as irmãs de Seu Ernesto cessassem de recriminar amargamente.

– Ora se já se viu semelhante coisa. Ela que se importa com o pobre do homem que morreu? O que ela quer é não molhar os pés pra não adoecer. Outra havia de querer morrer quando ficou sem ele. Esta não, ela nem quer levar o marido pra sepultura, pra não molhar os pés. Que que tem adoecer depois que pobre de Pi morreu e não está mais aí pra vigiar você?

– Muito mal agradecida é que ela é e sempre foi, toda a vida. Pi fez de tudo pra ela e penou até morrer. Foi o que ele tirou de casar com gente da laia dela.

– Olha se paga a pena viver sem ele agora. Comer e beber depois que ele morreu e sofreu tanto. Já se viu isso? Gente que tivesse coração

incomodava lá com chuva e pé molhado, na hora de seguir o caixão do marido até na cova? Pobre de Pi foi mesmo muito desgraçado.

Seu Guimarães achou impróprias aquelas explosões de ressentimento à hora do enterro:

– Isso é até uma falta de respeito. Eu nunca vi isso na minha vida. As senhoras não de ficar caladas e de acompanhar o enterro com respeito. A D. Amália bem que desceu, e as brigas a gente deixa pra outra hora. Até esses homens não de estranhar esse bate-boca no cemitério.

D. Amália, entretanto, parecia insensível e surda, quer às censuras das cunhadas, quer às ponderações decorosas de Seu Guimarães. Ia falando sozinha sobre o alívio que lhe causara o beijo de despedida ao marido.

– Tão bonzinho que ele era e tão acomodado. Aquele gênio de resmungar e pegar a falar toda a vida era costume dele só. O coração dele era muito bom e ele não sabia fazer mal a ninguém. Era uma dama.

Já o caixão, preso às correntes, tinha baixado com certa dificuldade ao fundo da sepultura. Os coveiros cobriam-no agora de terra vermelha, com as pás apressadas pela chuva. A tarde escurecera rapidamente.

Houve um silêncio de alguns minutos depois que a última pá tinha ajeitado a terra fofa sobre a sepultura e corraera com um ruído irritante sobre os bordos de cimento da cova.

D. Amália, de repente, pôs-se a falar, no momento em que um homem colocava sobre a sepultura a coroa de *biscuit* e os ramos de flores trazidos a Seu Ernesto.

– Adeus, meu marido, meu amado marido. Descansa sossegado e em paz com Nosso Senhor. Essas flores, estas rosas ficam aí, assim como a saudade no meu coração...

Era uma espécie de discurso, uma coisa inteiramente imprevisível em D. Amália, àquela hora, debaixo de chuva.

– Ora, saudade no coração... Isso tudo é da boca pra fora.

– As flores podem murchar, mas a saudade e o amor não de ficar no meu coração enquanto ele bater!

As irmãs de Seu Ernesto, já desciam a ladeira, de volta, enojadas.

Despedimo-nos friamente, no portão do cemitério, mas ainda fui com Seu Guimarães acompanhar D. Amália, de automóvel, até uma avenida da Rua Machado Coelho, perto do Mangue.

Dados Biográficos

Rodrigo Mello Franco de Andrade nasceu em 1898, em Belo Horizonte (MG). Educado entre a França e o Brasil, formou-se em Direito, profissão que exerceu no Rio de Janeiro. Atuou também como jornalista e, como redator-chefe, dirigiu a célebre *Revista do Brasil*. Publicou seu único livro de ficção, a coletânea de contos *Velórios*, em 1936, pela editora Amigos do Livro. No ano seguinte, por indicação de Mário de Andrade, recebeu o convite do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para a implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em sua direção permaneceria por trinta anos. Dos bastidores do movimento modernista, ajudou seus líderes mais evidentes a fundar uma nova concepção de nossa história cultural. Publicou, entre outros, os livros *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*, (1952), *Artistas coloniais* (1958) e *Velórios* (contos). Morreu em 1969, no Rio de Janeiro, admirado por todos os grandes artistas e intelectuais de seu tempo.



Dois contos

*Beatriz Teixeira de Salles**

A resposta

Quando abriu a porta do 502, naquela manhã ensolarada de domingo, encontrou a resposta que vinha buscando desde sempre: o porquê da vida. Houvera dois momentos em que pensara que tinha descoberto essa resposta: quando encontrara o amor, nos olhos do homem que escolhera seu, e nos partos de seus filhos. Ilusão. Essas haviam sido respostas fugazes. Não resistiram ao tempo e aos infindáveis questionamentos que ele traz.

A pergunta sempre a perseguiu, desde que se entendia por gente. Para que e por que ela estava ali, jogada naquela vida, fascinante sim, mas também tão dolorosa e, às vezes, sem sentido algum.

Mas, naquele domingo, ao abrir aquela porta, encontrara a resposta. De uma forma que jamais pensara. Afinal, não haveria de ser limpando a poeira de quartos de hotel que descobriria o sentido da vida. Pois não é que fora! Ao abrir a porta, e se deparar com aquele corpo pendurado no fio do lustre principal, compreendera todo o vazio – e, contraditoriamente, toda a plenitude – da existência.

* Jornalista, escritora.

Espera

A espera fora tão longa que agora a vontade se perdera. Ao longo de todos aqueles lentos anos em que esperara por ele era como se o desejo fosse se consumindo, evaporando.

Ela já o quisera muito, com toda a sua capacidade/vontade de desejar ter alguém novamente. Ele fora o escolhido. Só com ele valeria a pena começar uma nova história de amor. Porque as histórias de amor são algumas, nunca uma só, mas não é qualquer um eleito para se amar.

No início, preencheria o tempo de espera escrevendo versos. Longos e inconclusos versos. Sem rima ou métrica, mas cheios de desejo e paixão. Ele fora a redescoberta de sua capacidade de amar. Mas a espera se tornara muito longa.

Purgava letra a letra, palavra por palavra, a dor da insatisfação. Dor não-confessa. Dor oculta do mundo que lhe corroía a alma. Escrevia absurdos para não pensar na constância de seu sofrer. Escrevia para tornar pálida a lembrança do que queria esquecer.

E foi assim que, pouco a pouco, a firmeza do seu traço sobre o papel, criando aqueles versos, se perdera na espera infinita. Restaram apenas garatujas, rabiscos ininteligíveis, borrões.



O despertar de um povo

*José Fernandes Filho**

Em transe, arrancada à madrugada, a Nação treme: seus filhos, muitos, imberbes alguns, gritam: basta, chega de corrupção, desperdício, inércia. Voz de milhões de pessoas, o enérgico NÃO soa de norte a sul. Sem liderança definida, apartidários, jovens julgam e condenam homens e instituições. O preço da passagem de transporte urbano, a punir, impiedoso, grande parte da população, é apenas o mote, talvez a senha para a grande mobilização, estimulada pelas redes sociais e assumida com alegria.

Outono verde e amarelo, sim, mas com pinceladas de ódio, vermelho amargo de Bartolomeu Queirós. Pacífica e ordeira, a princípio, a marcha desborda, ao final, em violência e destruição. Uma semana de pânico e medo. Silenciosas, as passeatas já teriam dito muito na sua eloquente mudez. Mais, talvez, do que comandadas por palavras de ordem. Balas de borracha, gás lacrimogêneo, aerossol de pimenta, ferramentas da compulsão oficial. Bolas de gude, chumbadas de pescaria em bodoques, bombas caseiras, pedras, barras de ferro – tudo serve à fúria da incontida minoria.

A despeito de riscos efetivos, insegurança e desconforto, a Bandeira e o Hino Nacional tonificam milhares de participantes, tomados de ideal sadio e propósitos reformistas. Repressão e julgamento apressado são

* Desembargador aposentado, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

incapazes de desmobilizar um milhão de pessoas. Jovens, a maioria, idosos, outros, a clamarem por fidelidade aos ideais republicanos. Barreira alguma os deterá. A acicatá-los, um ideário só adormecido, resultado de provações, sonhos e raiva. Sonhos não morrem: adormecem para gerar mariposas inquietas ou flores atrevidas, a romperem casulos ou botões que as aprisionam.

Filósofos, sociólogos, cientistas políticos, experientes jornalistas debruçam-se sobre o fenômeno massivo. Perplexos, alguns; conclusivos, outros; impactados todos ao acontecido e vivido.

Necessariamente emocionais, as decisões de massas, tomadas nas praças e ruas, nem sempre são as mais acertadas. O sentimento que as gerou, surdo ou mudo não importa, merece respeito e interpretação responsável. Rouca ou estridente, clamando por mudanças, a voz das ruas pode ser incômoda, mas quase sempre é grave advertência às autoridades e à sociedade em geral.

O clamor popular está posto. Inquiridor, reclama, protesta. Ignorá-lo é atitude de irresponsáveis ou míopes.

Nação e sociedade só têm um caminho: ouvir e escutar, agir e transformar.

Homens públicos desacreditados, instituições falidas, corporações poderosas, eleições viciadas, desigualdade social, tudo a revoltar a massa humana, sem rosto e horizonte. Ontem anestesiada. Hoje liberta, exigente.

A escassez de verdadeiros líderes entre nós é obstáculo às mudanças e transformações. Nenhuma autoridade do país pode, sozinha, dar resposta à insatisfação coletiva. Faltar-lhe-á autoridade moral e sobrar-lhe-á suspeição se pretender-se exclusiva, enredada em projeto pessoal. Indispensável pauta nacional, concebida pelas forças vivas da Pátria, anunciada e cumprida. Aos donos do poder: esta pode ser a última oportunidade para mudanças consentidas. Negadas agora, elas virão mais tarde, à força, arrastando tudo e todos para o caos. Entre o sono letárgico e o despertar violento, a indiferença e o tédio, piores, a desfibrar a nacionalidade.

Flor do Indaiá

*Adair José**

Escrevo enquanto observo serenamente os longos pomares da tarde.

Tarde no mundo – talvez tarde também na vida. São pensamentos de dias vindos e idos o que vou derramando no papel, uns após os outros. Retalhos de memórias, lembranças, filigranas de passada infância e o cenário sempre longínquo, mas nunca esquecido de uma Dores do Indaiá feito ponto miúdo e determinado, incrustado no mapa de Minas – imutável.

Entre a Dores do Indaiá de minha infância e a Dores do Indaiá que se descortina diante de meus olhos agora, existe um fundo abismo de tempo separando-as. Quase quatro décadas depois que fui embora em busca de horizontes mais amplos, reencontro a minha antiga “aldeia” com suas ruas largas, suas praças tantas, sua gente esquisita, feito formigas numa eterna ida e vinda para lugar algum.

Reencontro o meu cantinho de mundo bastante modificado. Cresceu geograficamente, mais para uma banda que para as outras. Ganhou novas vias públicas e deu-se ao luxo de ostentar um bairro novo, que mesmo depois de mais de vinte anos de sua criação, permanece novíssimo ao menos no nome. Ruas que antes eram apenas humildes rasgos de chão batido identificadas muitas vezes pelos nomes de um ou de outro de seus moradores mais antigos, ou simplesmente rua do meio, da direita, do barro afundô, hoje tornaram-se em risonhas avenidas com nomes de

* Professor, escritor.

médicos, benfeitores e políticos como o dr. Di e o lendário Jorça, que muito antes de ser prefeito exercia autoridade de político-chefe e conselheiro para todo tipo de contenda e malquerenças.

Mudaram “as” Dores ou mudei eu? Talvez ambos passaram por transformações inevitáveis. Fui embora ainda adolescente. A cidade que me viu nascer e um dia ir embora, sofreu as inevitáveis consequências da modernidade. De lugarejo nos longes das Minas Gerais, ganhou ares cosmopolita, virou centenária. Enquanto eu envelheci, a cidade remoçou. Na década de sessenta os mais antigos referiam-se à cidade como “Sertão do Indaiá, Sertão de Dentro ou apenas Sertão”, o que era justificável, já que na distância de outros tempos havia contrastes de vida.

Não havia asfalto; a poeira a tudo tingia de vermelho. Fora a rua XV e outras poucas na área central que eram calçadas com os famosos paralelepípedos, os quais nós, crianças, insistíamos em chamar de rapaduras de pedra. As demais ruas eram forradas com pedregulhos e pó e eram disputadas por pessoas e boiadas. Viajava-se nas jardineiras que carregavam de tudo, entre pessoas, porcos, galinhas, cachorros, mudas de plantas, balaios de abóboras e frutas. A mais famosa delas era a do Bizinho, que cumpria diariamente o destino Dores-Bom Despacho. Comprava-se carne no açougue do Zé Ingué e a mercadoria era embrulhada com jornal. A cidade carecia de certos luxos permitidos apenas às cidades maiores. Havia o antigo Cine Teatro Indaiá, reduto imbatível de encontros, para começo ou reatamentos de namoros, noivados ou simples amizades que sofreram abalos. Usando a desculpa de ver a fita, entre pipocas e a discreta lanterna do Zé do Cinema tudo se arrumava.

Se havia esse pequeno luxo, faltavam muitas coisas, como a luz elétrica. Naqueles tempos, a energia era fornecida pela Cia. Força e Luz. Luz fraquinha e qualquer ventinho mandava ao chão seus postes tortos (que serviam também para amarrar cavalos e carroças); isso sem falar nos fios constantemente trombando uns nos outros, provocando curtos-circuitos e deixando tudo às escuras. Naqueles tempos não se falava em carros, celulares e internet como hoje. O chique mesmo era sonhar com um televisor. Ainda que o aparelho tenha sido inventado décadas antes,

no Indaiá a coisa só ganhou força mesmo nos anos sessenta. E sonhava-se com um televisor com a mesma intensidade com que nos dias de agora se sonha com um carro último modelo.

Os conterrâneos que viviam no “estrangeiro”, como normalmente se referia aos doresenses que se mudavam para São Paulo, Rio ou qualquer lugar fora de Minas Gerais, quando por aqui se aportavam nas férias escolares ou nas datas festivas, falavam mundos e fundos da televisão, que naquele outro mundo onde viviam já era uma coisa de uso diário. E os daqui se espantavam diante da maravilha feita pelas mãos do homem. A televisão, depois do telefone (coisa rara também naqueles idos) era a última fronteira a ser conquistada pela ciência. Até mesmo os mais antigos, geralmente sérios e incrédulos quanto às novidades, já que para eles qualquer coisa que passasse do conhecido, era coisa “do sujo”, enchiam a boca e exclamavam entre assombrados e incrédulos o clássico “é divera, é o fim do mundo!”

Nas Dores de então, a televisão não era conhecida pela emissora, como se rotula hoje. Recebia o nome do proprietário do aparelho. Dentre os raros televisores existentes na cidade, facilmente identificáveis em decorrência das antenas rabo de peixe que mais pareciam tampas de bueiros boca de lobo, a mais popular era a do “Zué da Rádio”, como era conhecido o sr. Josué Chagas de Faria, proprietário da ZYC 22 – Sociedade Rádio Cultura de Dores do Indaiá, a líder absoluta de audiência...

Na casa dele havia um aparelho que antes de ser um bem familiar tomou-se em um bem coletivo. De segunda a sexta-feira aqueles que ainda não tinham tido a glória de ser contemplados com um televisor, depois de lavar os pés, pentear os cabelos, botar uma aguinha de cheiro no corpo, em todas as pompas de quem vai a um centro de diversões, batia ponto na Rádio. As novelas da TV Tupi, a bisavó da televisão brasileira, eram o ponto alto das noites. Patrocinadas pelas firmas especializadas na fabricação de sabonetes, dentifrícios (que depois passariam a chamar-se pasta de dentes e creme dental) e os então nascentes desodorantes em bastão, os dramalhões arrancavam suspiros e a multidão espalhada pela casa agia como torcida de futebol. Gritavam de

raiva ante as ingênuas maldades dos vilões de então, como se o personagem da história pudesse conversar com os telespectadores, ou fechavam um olho e olhavam com o outro o rápido e tímido beijo técnico entre personagens. Naqueles idos o hoje tão comum beijo na boca significava compromisso e, para os mais antigos, moça beijada era moça grávida, e portanto moça falada, o que ensejava casamentos às pressas.

Vivia-se na pele a emoção do imaginário. Nos fins de semana assistia-se ao desfilarmos dos cabeludos rapazes da nascente Jovem Guarda. Castigo mesmo era quando, quase terminando o capítulo da novela, a luz pifava, deixando os espectadores no ora vejas. Restava o consolo das radionovelas da emissora oficial, à época pomposamente intitulada “o gigante do ar” por ser a estação de maior alcance.

A Dores de agora vestiu roupa nova, mudou o rótulo e ganhou ares de cidade progressista. As inesquecíveis “vendas”, como se denominavam os armazéns de antigamente, tomaram-se supermercados que vendem de tudo. As gôndolas bem supridas aposentaram em definitivo os sujos balcões de fundo de loja onde, entre linguças e peixes secos e rolos de fumo pendurados em pedaços de madeira encardida ou grossos fios de arame, as balanças de dois pratos comandavam os negócios. Tudo no quilo. As lojas de roupa que antes eram especializadas em tecidos de corte e que ditavam a moda com suas fazendas listadas para os homens; chitões berrantes e florzinhas para as mulheres, agora transformaram-se em elegantes casas de roupas prontas. Hoje, a vendedora não olha o freguês dos pés à cabeça medindo no “olhômetro” quanto de tecido seria necessário para uma roupa domingueira. Basta dizer o número do manequim ou a sigla *p*, *m* ou *g* para os mais recheados de corpo.

As pessoas de meu tempo, salvo raríssimas exceções, já não mais existem. Foram tragadas pelas novidades de outras terras, pelo abraço da morte ou simplesmente deixaram de ser na vida e no tempo. Os muito antigos já morreram e os mais novos, meus contemporâneos, ou como se dizia naquele tempo os meus “malungos” rumaram para outras geografias. Apenas um personagem de meu tempo permanece. Não envelheceu e embora tenha sofrido alguns abalos próprios destes tempos estranhos que vivemos agora, prossegue sereno como o mais fiel amigo de todos. Trata-

se do FIADO. Coisa rara nestes tempos de roubalheiras e espertezas. Nas Dores – de ontem e de hoje – ainda se cultiva o hábito de anotar o que se compra. E a operação é feita à revelia de documentos e fiadores ou testemunhas. O nome é o quanto basta. E lá se vai a dívida chamegando para um caderno onde se anota de tudo, dívidas, nome de remédio e palpites para o jogo do bicho...

Pude observar que a relação comercial é tida como um respeitoso ato entre iguais. Comprador e vendedor se tratam por apelidos, o pagamento pode ser esticado por um mês ou mais dias, dependendo da disponibilidade das rendas do comprador. E no caderno a anotação é feita da mesma forma que se usa no falar verbalmente. Ao invés de se anotar Antônio da Silva, anota-se “Tonho da Onça”, ficando o bairro, a rua ou a roça onde o comprador reside como sendo o seu honrado sobrenome.

Escrevo enquanto observo os que passam e acenam as mãos. Não sabem meu nome, assim como não sei os deles. Nunca me viram, mas se estou aqui e me deixo ser visto, significa que sou pessoa direita e nada tenho a esconder. E assim, entre um aceno e outro, encontro as duas Dores – a de 1960 e a de 2013 – que se juntaram e se tornaram uma só, sendo ao mesmo tempo a raiz, a flor e o fruto.





O cinema de gênero e um *western* de John Ford

*Paulo Augusto Gomes**

Durante muito tempo, o cinema americano viveu à sombra dos gêneros. Era assim que eram produzidos e realizados os filmes, que marcaram o desenvolvimento de cada um deles. O *western*, por exemplo, mostrou uma evolução em que, a princípio, os personagens eram elementos adaptados à realidade dos Estados Unidos, refletindo a história, usos, costumes e vivência daquele país. Conquistar a terra, assenhorear-se dela, dizimando os primitivos ocupantes, era algo não só inevitável, mas desejado. Foi somente a partir dos anos 60 – embora já existissem exemplos isolados anteriores – que o *western*, em sua última fase, passou a exibir figuras que, em sua própria essência, contestavam valores básicos da civilização do homem branco. Fatores como velhice, falibilidade e violência passaram a integrar com razoável persistência as personalidades daqueles (anti)heróis. A partir daí os *cowboys* passaram a não mais conseguir emprego, como em *Um homem difícil de matar* (Monte Walsh) de William A. Fraker, pois a era da mecanização havia chegado; tentam se adaptar a ela, como em *A morte não manda recado* (The Ballad of

* Cineasta, membro do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro.

Cable Hogue) de Sam Peckinpah, mas são derrotados e eliminados. Os personagens buscam a paz e a tranquilidade, mas elas não são mais possíveis: em *A noite da emboscada* (*The Stalking Moon*) de Robert Mulligan, o branco vive sob constante ameaça do índio que busca reaver seu filho com a mulher, também branca, retomada pelo exército. As minorias passam a exibir suas reivindicações, como em *Willie boy* (*Tell Them Willie Boy is Here*) de Abraham Polonsky; a velhice inevitável cai sobre os pistoleiros antes infalíveis, levando a uma violência desproporcional, como em *El Dorado* de Howard Hawks ou *Pistoleiros do entardecer* (*Ride the High Country*) de Sam Peckinpah; a recusa em permanecer dentro de uma nova ordem, que inclui a presença de automóveis e outras modernidades, pode ser observada em *Meu ódio será sua herança* (*The Wild Bunch*) de Sam Peckinpah ou *Os profissionais* (*The Professionals*) de Richard Brooks. É nesse contexto que é preciso situar *O homem que matou o facínora* (*The Man Who Shot Liberty Valance*) de John Ford, realizado em 1962.

Filme fordiano?

Ford é certamente o autor mais identificado com o *western*. Fez inúmeros, deixando clara uma visão da história americana que, no entanto, foi mudando com o passar do tempo, à medida que seu criador envelhecia. O próprio diretor, em tom de brincadeira, disse certa vez que somente o General Custer havia matado mais índios que ele. Isso porque os primitivos *westerns* fordianos falam, em geral, da colonização da terra, tomada à força a seus habitantes naturais. É só pegar como exemplo *No tempo das diligências* (*Stagecoach*), em que um desses veículos atravessa espaços dominados pelos índios, sofrendo ataques constantes. Os que viajavam naquele meio de transporte são ameaçados, mas conseguem se livrar do perigo. À medida que o tempo foi passando, Ford reviu muitas de suas posições – e as terras foram sendo conquistadas. Com a civilização branca já estabelecida, não havia mais o que dominar – e a ação se desloca para espaços fechados, como a cidade de Shinbone, em *O homem que matou o facínora*.

Mesmo aos mais fiéis exegetas de Ford, o filme parece irritar e confundir. A alegação principal é a de que faltam os grandes espaços (Monument Valley, onde Ford gostava de filmar). Jean Mitry escreve: “Fez-se muito caso também de *The Man Who Shot Liberty Valance*, onde o cenário de papelão sucede aos prodigiosos exteriores de antigamente. Malgrado um roteiro original e saboroso, o filme não se salvou do desastre senão por uma ou outra sequência (aquela do restaurante, notadamente) onde se encontra um pouco do toque do velho mestre. Quanto ao resto, creio que os admiradores desse filme tenham se prendido às intenções do roteiro, o que é muito pouco para Ford”. E Philippe Haudiquet acrescenta: “Seria em vão tentar reencontrar o espaço fordiano nesse *western* filmado em estúdio ou em algum exterior desmatado do subúrbio hollywoodiano”.

Basta que se acompanhe, mesmo por alto, a carreira de Ford para que se perceba que aqueles espaços são característicos de fases anteriores na carreira do cineasta, associados à noção de itinerário; filmes como *O cavalo de ferro* (*The Iron Horse*) ou *No Tempo das Diligências* são a prova cabal disso. Mais o mestre avançava em sua obra, mais as amplitudes diminuía. O período final é caracterizado pela amargura, pela desmitificação e, conseqüentemente, pelos tons negros e ambientação abafada. *O homem que matou o facínora* apresenta essa limitação de espaços (filmagens de tetos, paredes por todos os lados) e a única casa construída em lugar aberto (a de Tom Doniphon, personagem de John Wayne), opção para uma vida mais livre, é brutalmente destruída.

Defendendo *Marnie* de Alfred Hitchcock contra a argumentação de certos setores da crítica inglesa, Robin Wood diz, a propósito do uso de cenários de papelão pintado: “Não há absolutamente nenhuma razão válida para se proibir a um artista o uso de qualquer método ou invenção que siga seus propósitos; nenhuma razão válida pela qual um filme deva ser “realístico” ou um diretor não deva usar obviamente cenários pintados, *back projection*, lentes *zoom*, etc., se o contexto justifica essas coisas. A questão não é, então, “deveria um diretor sério submeter-se a isso?” mas “elas funcionam?”. Pode-se dizer, antes de mais nada, que a preocupação constante dos grandes mestres americanos (Ford, Hawks, Walsh, Dwan,

Vidor) em obter uma reprodução fiel de época e costumes (em entrevista a *Le Nouvel Observateur*, Hawks fala da “verdade no *far-west*”, “a maneira pela qual as coisas aconteciam”) está plenamente resolvida em *O homem que matou o facínora*. Estão presentes alguns dos elementos básicos do *western*: a rua, o revólver (ao qual é dada ênfase especial), o bar, o aglomerado urbano, o duelo. Se, para o perfeito funcionamento desses e de outros elementos que o filme apresenta, são usados papelões pintados, nada a estranhar, mesmo porque as companhias produtoras sempre primaram pela economia de recursos (quando não têm muita fé na obra), e disso os cineastas nunca puderam fugir. É bom lembrar também que, a exemplo de *No tempo das diligências*, está presente na obra o gosto fordiano pelos tipos-base da sociedade: o jornalista bêbado, o médico, o advogado, o defensor da ordem e, em segundo plano, os trabalhadores. E, é claro, o matriarcado se faz representar pelas figuras de Hallie (Vera Miles) e Nora (Jeanette Nolan), seja através de ordens ríspidas, seja através de atitudes francamente maternas.

Para concluir este tópico, uma declaração do próprio à revista *Positif*: “Liberty Valance” era um fato histórico. Era uma história muito bela. Eu me bati para filmá-la”. Teria ele agido assim se não sentisse que ali estava um material adequado ao desenvolvimento do seu universo?

Filme histórico

Em *O homem que matou o facínora*, mais do que a história de alguns indivíduos, o que está presente é a história de uma nação. Das relações entre três personagens, Tom Doniphon, Ramson Stoddard (James Stewart) e Liberty Valance (Lee Marvin), surge a descrição de uma fase transitória por que passaram os Estados Unidos: a da superação da força bruta e da habilidade pessoal no gatilho para a implantação da democracia, com todos seus méritos e vícios. Stoddard, advogado recém-formado – portanto, um homem da palavra – é impotente para conter a prepotência de Valance, o bandido que o assalta e fere, na diligência em que viaja. É preciso que surja o amparo de Doniphon, que o transporta ferido à casa de sua namorada Hallie, para que seja cuidado. Doniphon, hábil no manejo do revólver,

socorre Stoddard em várias oportunidades (desde o início – o assalto – passando pela cena do restaurante, pela do bar, até a própria morte de Valance e, finalmente, a conversa esclarecedora na antessala da convenção política), até vê-lo forte e apto à consagração. Só então Doniphon acaba por morrer no esquecimento, sem Hallie, àquela altura transformada em mulher de Stoddard, sem a glória de haver liquidado o facínora (e o tiro fatal fora realmente seu), tributada ainda a Stoddard.

Com seu revólver, Doniphon não pode mais ter lugar no mundo novo que se instala, do qual Stoddard, eleito senador, três vezes governador e ainda embaixador na Inglaterra, é o autêntico representante. Os dois homens se completam; são, na verdade, um único personagem por assim dizer, o mesmo herói fordiano que adquire forma nova. André Gluksmann escreve: “Doniphon é a força que falta a Stoddard, este é a consciência histórica que falta a Doniphon; suas funções históricas os fariam supor idênticos, mas eles podem somente se suceder, um é a morte do outro, porque pertencem a duas épocas distintas”... Esse mútuo complemento pode ser comprovado através das relações que ambos mantêm com Hallie. Quando o filme começa, ela é apresentada como uma mulher segura de si: trata Doniphon em pé de igualdade, não há dependência dela em relação ao seu homem. A chegada de Stoddard desperta em Hallie sentimentos francamente maternos; a evidente fraqueza do advogado faz com que ela interceda constantemente junto a Doniphon, pedindo-lhe que proteja o outro. Como acontece quando Stoddard chega a se desesperar, apagando a frase escrita no seu quadro-negro: “A educação é a base da lei e da ordem”. Ao voltar do duelo com Liberty Valance, Stoddard é recebido por Hallie com beijos na testa e sua atitude é a de uma mãe apreensiva pelo filho. Ao final, Doniphon a perde para Stoddard; a mulher aí ganha características que fazem dela um símbolo da terra, da nação que está se estabelecendo. Antes ligada a um sistema (homem) que privilegiava a mão armada, ela o troca por outro, que atua no espaço dos debates e da política. Em três ocasiões, pelo menos, Stoddard é alvo de gracejos, cada vez mais amargos, vindos de Doniphon, por proteger a mulher. Para liquidar a força do mal, unem-se os dois sistemas; a partir do momento em que a força do bem faz a sua parte, só

lhe resta desaparecer esquecida. Ainda sobre a relação Doniphon/Stoddard, vale citar novamente André Gluksmann, em seu ensaio *As aventuras da tragédia*: “Ford sublinhou a separação entre os dois através de uma astúcia da intriga; para salvar Stoddard, Doniphon deve romper com uma das mais rigorosas regras de honra do *western* e matar Valance à traição – o homem do Oeste deve se renegar para instalar a lei do Leste”.

Essa diferença entre Doniphon e Stoddard também se faz presente pela iluminação. O primeiro é o homem da sombra, sua aparição se dá em um fim de noite e, durante todo o filme, sua preocupação principal é a de chegar à luz. O que ele nunca consegue: suas ações decisivas (de proteção a Stoddard) são todas executadas à noite e, à medida que vai perdendo terreno para seu rival, mais vai sendo levado para as trevas, claro sinônimo de morte. Quando tudo está finalmente perdido, dirige-se à casa que estava ampliando com vistas ao futuro casamento com Hallie. À luz do crepúsculo, bêbado, no desespero de tentar obter a luz (melhor, de havê-la perdido), atea fogo a tudo. O plano é particularmente belo, pois apenas o rosto de Doniphon é iluminado pelo lampião.

Stoddard, ao contrário, sai do nada (o assalto de Valance e sua posterior chegada a Shinbone, a cidade em que se desenrolam os acontecimentos, ocorridos durante a madrugada) e gradativamente atinge a luz. Um exemplo é a sequência na qual ele, após haver duelado com Valance, vai ter ao quarto de Hallie: primeiro chega sua sombra, depois sua figura se materializa. Sua própria trajetória, da chegada no escuro ao triunfo na convenção política, é a de uma vitória, de uma ascensão à luz. Para ele, as portas se abrem; para Doniphon, elas se fecham (novamente a convenção).

Outra utilização inteligente se dá no uso das flores. Doniphon colhe e dá de presente a Hallie um cacto em flor, selvagem, primitivo. Stoddard lhe oferece a oportunidade de conhecer uma rosa cultivada. No final do filme, Ramson e Hallie Stoddard decidem voltar a Shinbone, para ali acabarem os dias; ela, ao sair do velório de Doniphon (a estória é apresentada em um longo *flash-back*) deposita um cacto sobre o caixão. Faz-se presente a maestria de Ford: em um único enquadramento, apenas

com o uso de olhares, tudo se esclarece. Em primeiro plano, o caixão com o cacto; mais à frente Stoddard e finalmente Hallie. No trem que os leva de volta à metrópole, a frase dela é esclarecedora: “Sim, voltemos. Minhas raízes estão aqui e meu coração também”. Neste amor belíssimo de uma mulher por dois homens, está estampada a história de um país.

Política e racismo

Jean-Louis Comolli define os heróis fordianos: “São titãs que suportam o mundo e poderiam quebrá-lo, mas o embalam entre seus braços”. A Doniphon, isso se aplica perfeitamente, mas também a Stoddard e os demais. O primeiro, como já foi dito, tem a força nas mãos, mas a emprega apenas (e em prejuízo próprio) para defender o segundo. Stoddard, a princípio frágil, consolida-se ao final e todo o poder passa às suas mãos, embora de maneira diferente. É o senador, um dos maiores em Washington, no dizer de Nora, que usa toda a influência que tem para implantar suas ideias. Como também o jornalista Dutton Peabody (Edmond O’Brien), que tem um meio de divulgação poderoso nas mãos; ambos são temperados na luta pela defesa de seus ideais nas surras que levam de Valance. Vencida a prova, também são eles heróis fordianos. Podem, assim, opor-se à demagogia barata do Major Cassius Starbuckle (John Carradine) que, durante a convenção, recusa ler um discurso que teria previamente preparado e que, no final das contas, não passa de uma página em branco. Para homens como Stoddard e Peabody (portanto, para Ford também), a política é sobretudo uma questão de têmpera e honestidade.

Antes, na sequência da aula ministrada por Stoddard, é apresentado um notável painel da democracia fordiana: a ingenuidade da gente do povo, representada por Nora e os demais alunos, mostra que tudo não passa, novamente, de uma ilusão. Tal sistema só poderá funcionar com líderes especialíssimos, como o advogado e o jornalista. Na decisão final de voltar a residir em Shinbone, está incluída uma suave amargura e decepção de Stoddard e Hallie pelo sistema do qual ele é o representante. Uma tênue esperança na justiça e igualdade entre os homens, que a princípio o filme levantara, é, assim, veladamente negada por fim.

Ainda durante a aula, Stoddard pede ao negro Pompey que diga a Declaração de Independência de Thomas Jefferson. Pompey gagueja e não consegue afirmar que “todos os homens são criados iguais e que essa é uma verdade evidente por si mesma”. O que existe aí é a denúncia de uma falha em uma sociedade que se pretende cada vez mais evoluída, como a de Shinbone. Pompey, proibido de entrar nos bares, não sente na carne a verdade das palavras de Jefferson e, portanto, não pode repeti-las. Durante todo o filme, o racismo campeia e Pompey está sempre de fora dos acontecimentos principais da comunidade: não vota, não se assenta à mesa no restaurante. Mas, é óbvio, esse racismo é somente de alguns personagens, nunca de Ford.

Ação e palavras

O que certamente também incomoda muito alguns críticos é que *O homem que matou o facínora* subordina abertamente a ação às palavras. Dois, entre os personagens principais, lidam diretamente com elas: Peabody e Stoddard, que ensina os membros da comunidade a ler e escrever. Doniphon age apenas para defendê-las, se bem que indiretamente. Os diálogos, várias vezes, apresentam jogos de palavras muito inteligentes, como o de Peabody, ao ser ameaçado pelo bandido: “*Liberty Valance taking liberties with the liberty of the press*”? (“Liberty Valance tomando liberdades com a liberdade de imprensa”? Em português, a frase perde um pouco do sabor original). O que se pode notar é uma aparente inversão de valores, em relação ao antigo cinema fordiano. É verdade que os primitivos filmes do cineasta são todos mudos, com poucas palavras nas cartelas intermediárias. Mas se em sua obra pode-se acompanhar a história de todo o Oeste e se *O homem que matou o facínora* é a descrição de uma fase de mudanças, seria aí que a palavra teria que aparecer e ser o centro das atenções. É exatamente sobre isso que é o filme. Mas a ação não desapareceu, de forma alguma; ela apenas tornou-se o objeto de momentos selecionados, especiais. Se “a lei e a ordem” (o xerife Link Appleyard, vivido por Andy Devine), enquanto força física, não conseguem conter o mal

(Liberty Valance), é preciso que elas sejam propostas em nova forma – a escrita – e é onde entra Stoddard. Na verdade, nem Appleyard nem o advogado têm capacidade de, por si, derrotar o bandido. É necessário que surja o povo, encarnado em Doniphon, para dar conta do recado. Em uma entrevista, Arthur Penn contou que, durante as filmagens de *Caçada humana*, Marlon Brando se rebelou contra o fato de, sendo o xerife da cidade, não interferir em nenhum dos acontecimentos. E Penn se perguntava: “Mas o que ele queria? Ele era a lei!” Em qualquer lugar, lei e ordem só são respeitadas se, naturalmente, o povo as aceita (sequência das eleições no bar).

A ação está constantemente pronta a aparecer. Se a palavra (Ramson Stoddard) lutava para se impor (o conselho de Doniphon: a placa “advogado” teria que ser defendida a tiros), a volta à força bruta era a todo momento aguardada. Ela toma aspectos drásticos quando Hallie fica sabendo que Stoddard, totalmente desesperado, obtivera um revólver e, já há algum tempo, vinha praticando tiro ao alvo. Essa atitude de Stoddard é semelhante à de Marlon Brando em *Caçada humana*, que ao final se rende efetivamente à violência empregada pelos adversários. No entanto, o filme de Penn vai um pouco mais longe: para Stoddard, existe a possibilidade de eliminar Liberty Valance e chegar à tão sonhada paz (o que realmente acontece, por intermédio de Doniphon), ao passo que para o xerife Calder, vivido por Brando, só resta abandonar sua cidade. O germe de violência lançado por Valance – e mesmo Doniphon – contaminou toda uma sociedade. A violência de Stoddard era construtiva (visando ao bem-estar de uma comunidade) e a de Calder, destrutiva (visando, ou melhor, desejando impotentemente a eliminação da comunidade).

“Quando a lenda se sobrepõe à realidade, imprima-se a lenda”, diz o novo jornalista do *Shinbone Star* ao já senador Ramson Stoddard. Os *westerns* de Ford que descreviam uma nação em marcha foram quase todos mistificações da história. Uma exceção é *Sangue de Heróis* (Fort Apache), no qual é exposta friamente a incompetência do General Custer (embora o personagem se chame Owen Thursday e ocupe o posto de tenente-coronel) e recriado o massacre de Little Big Horn, sob

outro nome. Mas *Paixão dos fortes* (My Darling Clementine) mostra um Wyatt Earp galante, leal, orgulhoso, enfim, um modelo bastante diferente do original, politiquero e mau caráter, como foi retratado no filme de Frank Perry *O massacre dos pistoleiros* (Doc). Doc Holliday, na verdade um dentista, é colocado por Ford como um médico. A recriação do duelo de OK Corral é cuidadosamente preparada, muito diferente das mostradas por John Sturges em *Sem lei e sem alma* (Gunfight at the OK Corral) e por Perry. Enquanto este seria um historiador consciente, Sturges seria o repórter do dia a dia. E Ford um escritor, um romancista.

Em *O homem que matou o facínora*, verifica-se um aprofundamento por parte de Ford. Se, nos filmes anteriores, ele tomava exatamente a posição do jornalista, agora prefere optar por uma visão mais íntima. Seu filme vai descobrir e verificar o que há por trás de uma lenda. Os espectadores conhecem a verdade de cada personagem, a antiglorificação dos fatos. Essa posição amarga de Ford, a desmistificação da gente e das coisas que ele sempre amou, é uma constante na última parte da sua obra. *Crepúsculo de uma raça* (Cheyenne Autumn) é a defesa dos índios, a denúncia de uma civilização que nasceu sob o signo do genocídio. *O rebelde sonhador* (Young Cassidy), baseado na autobiografia de Sean O'Casey, mostra o personagem partindo para a América sem amigos, sem a mulher de quem gosta, sem pátria, sem nada. Em *Sete mulheres* (Seven Women), a Dra. Cartwright (Anne Bancroft) recusa aceitar a força e o ódio; ela se sacrifica por suas seis colegas que, no entanto, não reconhecem seu gesto e ainda guardam dela a imagem de uma mulher devassa. Filme mais desencantado que *Sete Mulheres* é praticamente impossível; daí, o silêncio de Ford, desde então.

Finalizando, um esclarecimento: *O homem que matou o facínora* aborda a palavra através da imagem mais pura. Ford acrescenta: "Vocês conhecem o bom e velho ditado: uma imagem vale mil palavras. Os roteiros são diálogo. Eu não gosto de todo esse parlapatório; procuro narrar visualmente".

Nostalgia

Um clima acentuado de nostalgia perpassa *O homem que matou o facínora*. Nostalgia dos personagens, de início: quando de volta a Shinbone, após longa ausência, Hallie quer ver os cactos em flor e Link Appleyard, compreendendo a fundo o desejo, leva-a à casa em ruínas, que pertencera a Tom Doniphon. Esse é, por assim dizer, um primeiro nível de nostalgia, inerente ao filme, já que relacionado com a estória e o próprio desenvolvimento dela (por meio de um recuo).

Um segundo nível, mais profundo, é o que se relaciona com Ford, o *western* e mesmo os Estados Unidos. Como exemplo, a sequência final, já citada anteriormente, na qual Hallie, voltando à capital após a visita ao caixão de Doniphon, diz a seu marido o quanto gostaria de morar definitivamente em Shinbone, com o que ele concorda. Prolongando o raciocínio inicial (a suave amargura dos dois em relação ao sistema por ele antes defendido), é possível afirmar que aí, manifesto discretamente o desejo de voltar ao primitivo, esconde-se a nostalgia do *western* tradicional, dos grandes espaços não conquistados, dos pioneiros e desbravadores. Aliás, exatamente o tipo de *western* que Ford fazia em sua fase anterior, a única aceitável para alguns de seus defensores. É realmente estranho que esses críticos não tenham sentido a evolução, o permanente amadurecimento do cineasta, a ponto de colocar em uma de suas últimas obras uma reflexão tão consciente sobre o *western* e sua própria condição de autor. E, se o *western* reflete toda uma realidade (e isso parece ser ponto pacífico), já em *O homem que matou o facínora*, feito em 1961, existe a colocação moderníssima de um problema atual, o da volta à natureza. O que é preciso ver é que, por trás dos ambientes abafados do filme, existe um forte e permanente apelo aos espaços abertos. Esta, a dialética fordiana.

No início, um trem chega à cidade de Shinbone, trazendo o senador Stoddard e sua esposa. Ao final, os dois partem no mesmo trem, com a última imagem fazendo eco com a primeira, deixando claro que um ciclo se fecha. Não há melhor maneira de concluir essa obra-prima.



O Teatro do Absurdo: precursores

Jota Dangelo*

Em 1961, o crítico e ensaísta teatral inglês Martin Esslin publicou um livro, *O teatro do absurdo*, que só foi traduzido e lançado no Brasil em 1968. No livro, Esslin estabeleceu algumas normas e convenções próprias de algumas peças de autores que ele reuniu sob a sigla de Teatro do Absurdo. Autores como Beckett, Adámov, Ionescu, Jean Genet, Boris Vian, para citar alguns deles, sempre diferentes, mas com algumas coisas em comum. Esslin criou, assim, um novo gênero de teatro que ele chamou de Teatro do Absurdo. Nenhum dos autores que ele discute no seu livro jamais declarou pertencer a um grupo de autores, ou a algum tipo de movimento literário, ou reconheceu que escrevia um Teatro do Absurdo. Ainda assim, os conceitos de Esslin foram difundidos em todo o mundo, outros livros apareceram sobre o assunto, críticos escreveram sobre o tema, ensaístas deram suas opiniões, e o termo Teatro do Absurdo passou a fazer parte do repertório da dramaturgia universal. A convicção de Martin Esslin era de que as peças e autores que ele analisou buscavam fins bem diversos dos de uma peça de teatro convencional, e usam, para isto, métodos igualmente diversos. Para ele, portanto, aquelas peças só poderiam ser analisadas pelas normas do Teatro do Absurdo, cuja definição e esclarecimento ele discutiu no seu livro.

* Diretor teatral, ator. Professor universitário aposentado.

Como foi dito antes, cada um dos dramaturgos do Teatro do Absurdo é um indivíduo que se considera um criador solitário, alijado e isolado em seu próprio mundo particular. Cada um tem a sua posição pessoal em relação à forma e ao conteúdo, suas próprias raízes, fontes e origens formadoras. Se, além disso, como acentua Esslin, eles têm muita coisa em comum, é porque suas obras, com excepcional sensibilidade, espelham e refletem as preocupações e angústias, as emoções e o pensamento de muitos dos seus contemporâneos do mundo ocidental.

Isto não significa, entretanto, que suas obras sejam reflexo de atitudes de massa. Aliás, qualquer época é estratificada: volta e meia vemos a recorrência de certas atitudes que julgávamos superadas pelo tempo. Exemplo disto é o radicalismo islâmico, ou mesmo qualquer radicalismo religioso, que ocupa ainda hoje as páginas da imprensa mundial, quando era de se esperar que este problema tão antigo, o da liberdade do culto religioso, já tivesse sido resolvido.

De qualquer modo, quando os autores do Teatro do Absurdo aparecem no cenário mundial, a época era de transição, o mundo havia acabado de sair de uma catástrofe monumental como o foi a segunda guerra mundial, que acabou em 45: o Teatro do Absurdo é bem representativo daquela época. A guerra mundial estraçalhou muitas certezas e pressupostos básicos e inabaláveis de épocas anteriores. Naquele momento, no pós-guerra, as sociedades ainda sentiam o reflexo da brutalidade e da barbárie causadas pela aventura fascista de Hitler, Mussolini e apoiada pelo Japão. Pesava muito a carga emocional causada pela devastação atômica de Nagasaki e Hiroshima. Já em 1942, Albert Camus indagava por que razão, já que a vida tinha perdido toda a sua significação, o homem não haveria de buscar uma saída no suicídio. No seu livro, *O mito de Sísifo*, publicado em Paris em 1942, Camus define o sentimento do Absurdo:

“Um mundo que pode ser explicado pelo raciocínio, por mais falho que seja este, é um mundo familiar. Mas num universo repentinamente privado de ilusões e de luz, o homem se sente um estranho. Seu exílio é irremediável porque foi privado tanto da lembrança de uma pátria perdida quanto da esperança de uma terra de promessa futura. Esse divórcio

entre o homem e sua vida, entre o ator e seu cenário, em verdade constitui o sentimento do absurdo.”

Se formos ao dicionário vamos encontrar definições diretas: absurdo significa “o que é destituído de sentido, de racionalidade, qualidade ou condição de existência num mundo sem sentido e irracional”. No existencialismo literário e filosófico, de Camus e Sartre, absurdo “é a falta de sentido ou de justificação racional para a existência do homem e do universo”.

Num ensaio sobre Kafka, Ionescu, sempre muito verborrágico sobre suas próprias peças, definiu sua concepção do termo: “Absurdo é aquilo que não tem objetivo. Divorciado de suas raízes religiosas, metafísicas e transcendentais, o homem está perdido; todas as suas ações se tornam sem sentido, absurdas, inúteis”.

É exatamente esta sensação de angústia diante do absurdo da condição humana que encontramos, com mais ou menos evidência, nas peças de Beckett, Adámov, Ionescu e Genet. Mas é preciso ressaltar que não é só o conteúdo das peças que define o Teatro do Absurdo. Peças que tratam da angústia, da desesperança, da ausência do sentido da vida, da perda da pureza de ideais e de objetivos também existiram antes que os autores do Teatro do Absurdo se fizessem conhecidos. Sartre e Camus são dois autores que servem de exemplo. Entretanto, nas suas peças o novo conteúdo é exposto na convenção antiga do teatro e até brilhantemente. Prevalece um discurso narrativo baseado na lógica, escrito em estilo elegante.

No decorrer do tempo, desde os gregos, o teatro passou por muitas transformações, mas em todas as épocas é possível encontrar exemplos de um teatro que, de um jeito ou de outro, contrariava as convenções. Aristófanes, o pai da comédia grega, está neste grupo; os saltimbancos da Idade Média estão neste grupo; os atores da Commedia dell'Arte estão neste grupo; os palhaços de todos os tempos estão neste grupo; a Arlequinada inglesa do tempo de Shakespeare está neste grupo; o *vaudeville* está neste grupo. Um teatro de improvisação, de chistes, de *non-sens*, de roteiros apenas esboçados e que ganhavam vida teatral sobre o palco sempre existiram. São os precursores, de certa maneira, do Teatro

do Absurdo. Este, o Teatro do Absurdo, desistiu de falar sobre o absurdo da condição humana; ele apenas o apresenta tal como existe, isto é, em termos de imagens teatrais concretas. Esta é a diferença entre a atitude do filósofo e a do poeta. O Teatro do Absurdo tenta integrar conteúdo e forma para se expressar. Ele nega o processo narrativo linear; pelo contrário, fragmenta a narração e, muitas vezes, interrompe o fluxo do pensamento para abordar outro assunto. Deste modo, ele é um movimento antiliterário que nasce nos fins da primeira década do século XX. Parte para uma desvalorização radical da linguagem discursiva e lógica para um enunciado poético que emerge de imagens concretas e objetivadas do próprio palco. Em algumas peças, particularmente nas peças de Beckett, o elemento da linguagem ainda desempenha papel importante, mais indagando que respondendo, mais sugerindo a reflexão do que aconselhando atitudes, mais questionando a si mesmo do que apontando soluções. O que acontece no palco muitas vezes contradiz as palavras ditas pelas personagens. Estas personagens não têm perfil psicológico, não são examinadas nem caracterizadas com análises aprofundadas. Em Beckett são, quase sempre, vagabundos errantes, que não raro lembram os palhaços dos espetáculos circences ou dos *vaudevilles*. Imagens concretas dizem mais que palavras. Em *As cadeiras*, de Ionescu, por exemplo, o conteúdo poético de uma peça extraordinariamente poética não reside nas palavras banais que são ditas, mas no fato de estas palavras inúteis serem dirigidas a um número sempre crescente de cadeiras vazias. Na peça um casal de velhos dialoga com visitantes inexistentes. Eles aguardam visitas, pois um deles convidou intelectuais e até o imperador para transmitir, numa mensagem, a sabedoria e as verdades do ser humano que conseguiram aprender em sua longa vida. Chega o primeiro convidado. Os dois se levantam, curvam-se cumprimentando alguém que a plateia nunca vê e que se senta numa das cadeiras. Os atores criam, com gestos e com palavras, pessoas que chegam, mas o vácuo é completo, como nas reuniões sociais costumeiras. Mostra-se como a palavra é capaz de criar o nada, o que não existe. A fala deve dirigir-se a alguém; quando a linguagem não atinge ninguém, a língua se anula. Na peça, lá pelas tantas, aparece um orador que transmitirá as idéias do ancião, mas quando

o orador tenta falar, vê-se que é surdo-mudo. No final os dois velhos estão cercados pelas cadeiras numa total solidão. Não há nem sabedoria nem verdades do ser humano a ser comunicadas. A consequência é o duplo suicídio dos velhos.

Sob o ponto de vista filosófico, desde Platão, o conceito prevalente era de que podemos conhecer o universo e penetrá-lo. Portanto, se é cognoscível, há uma ordem nele, ele está organizado racionalmente. As leis universais coincidem com as leis de nossa razão. Tudo fora criado pela mesma criatura que organizara nossa mente e o universo. Isto, até Schopenhauer, que nasceu em 1788 e faleceu em 1860. Schopenhauer, o filósofo alemão, nega a ordem universal, considerando tudo totalmente absurdo. Para ele, o homem deve aniquilar o mundo e afundar-se no nirvana. Beckett, particularmente, é fortemente influenciado por Schopenhauer. Sua visão de homem e de universo é extremamente niilista. Cito suas palavras em *Malone Dies*, um dos seus romances: “Nós gritamos dentro do Universo e não há resposta”; ou esta outra: “Clamamos e só volta para nós o eco”. Esta visão, que é comum aos autores do Teatro do Absurdo, é de certa maneira oposta à de Brecht. Ionescu era pessoalmente contrário ao teatro de Brecht. O autor romeno radicado em Paris preocupa-se com a infeliz condição humana num universo desventurado; é completamente metafísico e apolítico. O Teatro do Absurdo não acredita que reformas sociais possam resolver a angústia metafísica do homem, nem a condição fundamental do ser humano no universo. Brecht, ao contrário, acha que problemas metafísicos são tapeações, desvios enganadores para manter situações inalteradas, problemas aos quais o homem não deve dar tanta importância: o homem deve preocupar-se é com o que pode ser mudado.

Nô final do século XIX o drama era um gênero teatral consolidado. O discurso narrativo, lógico, imperava. O realismo/naturalismo de Zola estava disseminado, depois do romantismo de Victor Hugo. Drama era ação. A primeira regra da dramaturgia dizia que o autor de uma peça teatral deveria se preocupar em colocar no palco resposta para uma indagação recorrente do público: “E agora, o que acontece”? As peças bem feitas tinham um formato conhecido: exposição, desenvolvimento

do enredo, conflito e desfecho. O texto imperava soberano, lógico, narrativo, discursivo, e todo o resto estava subordinado a ele. Havia no drama o significado objetivo do herói, do indivíduo; a possibilidade de representar pela linguagem, sobretudo pelo diálogo cênico, a realidade humana, a relevância do comportamento do indivíduo na sociedade. O drama imitava a realidade. Por volta de 1880 o drama começa a entrar em crise. Em certos círculos intelectuais começa a haver certa desconfiança da compatibilidade entre drama e teatro. Pirandello começa a afirmar que drama e teatro são irreconciliáveis. Os que pensavam deste modo preconizavam que o teatro tem premissas e raízes próprias, distintas, e mesmo hostis em relação às premissas e raízes da literatura dramática. Esperava-se dos autores o reconhecimento de que deveria haver uma emancipação recíproca entre drama e teatro. Dito de outra forma, o teatro devia autonomizar-se. Não deveria ser a imitação da realidade, mas justamente ultrapassá-la. No drama, o texto é dominante. No teatro autonomizado, o texto é apenas mais um componente entre outros de um contexto gestual, musical, visual etc. É estranho que seja justamente na última década do século XIX que o realismo/naturalismo ganha mais força com a criação do Teatro de Arte de Moscou, com Stanislavski e Nemírovitch-Dantchéno. Stanislavski lança as bases do seu *Método*, o primeiro manual de treinamento do ator, válido até os dias de hoje. O realismo/naturalismo que preconiza é bem diferente, entretanto, do que vinha sendo encenado até então, marcado por clichês, exageros caricatos, sem verdade teatral. Mas isto não impediu que nas primeiras décadas do século XX, alunos seus, como Meyerhold, reagissem contra a imitação teatral da realidade, criando o teatro biomecânico. Meyerhold chegou a dizer que “dos autores de teatro ele queria apenas roteiros”, numa firme alusão à sua repulsa aos textos dramáticos.

O marco inicial da reação contra o teatro realista e que marca, com mais evidência, a primeira encenação do Teatro do Absurdo, ocorreu em 10 de dezembro de 1896, dois anos antes da criação do Teatro de Arte de Moscou. Trata-se da peça, *Ubu Roi, Ubu Rei*, de Alfred Jarry, uma das figuras mais excêntricas e extraordinárias entre os poetas malditos da literatura francesa, ele mesmo um personagem grotesco, indisciplinado,

boêmio, extravagante e desinibido, falecido com 34 anos. O público ficou estupefato. Tão logo o ator Gémier, que interpretava Ubu, pronunciou a fala inicial, “merda!”, desencadeou-se a tempestade. Passaram-se quinze minutos antes que se conseguisse fazer silêncio novamente, e as demonstrações pró e contra continuaram durante todo o espetáculo no Théâtre de l’Oeuvre, de Lugné-Poë. *Ubu Rei* narra de maneira fragmentada as peripécias de um tirano impiedoso, propenso a todo tipo de maldade e de crime, glutão inveterado, que surge em cena com trajes que o fazem aparecer com os intestinos à mostra. Segundo um crítico da época, “os atores devem parecer bonecos, brinquedos, marionetes, e quando estão todos pulando como sapos de madeira percebo que o personagem principal, que é uma espécie de Rei, carrega à guisa de cetro uma escova do tipo com que se limpam os sanitários”. Na plateia estava presente o famoso diretor francês Jacques Copeau, que escreveria: “Seja qual for o sentido atribuído à peça, *Ubu Rei* é cem por cento teatro, o que hoje em dia chamaríamos de teatro puro, sintético, criador, à margem da realidade, de uma realidade em símbolos”. E assim, a peça, que teve só duas apresentações em sua primeira temporada, e que provocou verdadeira torrente de insultos, revelou-se, à luz dos acontecimentos, um marco e uma obra pioneira. *Ubu* é violenta caricatura de um burguês estúpido e egoísta visto pelos olhos cruéis de Jarry. É uma aterradora imagem da natureza animal do homem, sua crueldade e sua impiedade. Tortura e mata todos à sua volta, brutal, um monstro que em 1896 parecia ridiculamente exagerado, mas que foi superado de longe pela realidade do nazismo da segunda guerra mundial, de 39 a 45.

As primeiras décadas do século XX viram surgir vários movimentos de reação contra o realismo. Todos eles são precursores do Teatro do Absurdo. O expressionismo, o dadaísmo, o surrealismo, todos são movimentos insatisfeitos com a imitação da realidade, presente no drama. Vinte anos depois de *Ubu Rei*, em 1917, outra peça criou um escândalo comparável àquele criado por Alfred Jarry. Desta vez era *Os seios de Tirésias*, de Apollinaire, apresentada no Teatro Maubel, em Montmartre. O autor dá a sua própria explicação sobre o tipo de teatro que criou: “Para caracterizar meu teatro usei um neologismo, pelo que espero ser perdoado,

pois não faço este tipo de coisa muito frequentemente, criando o adjetivo “surrealista”, que não significa simbólico. Mas, antes, procura definir uma tendência da arte que, embora não seja mais nova do que qualquer outra coisa que existe neste mundo, ao menos nunca foi utilizada para formular um credo artístico ou literário. O idealismo dos dramaturgos que sucederam a Victor Hugo buscava uma parecença com a natureza por intermédio de uma cor local convencional que corresponde ao naturalismo das comédias de costumes. Para tentar, se não uma renovação do teatro, ao menos um esforço pessoal, julguei que se deveria volver à própria natureza, porém sem imitá-la à maneira dos fotógrafos. Quando o homem quis imitar a ação de andar, criou a roda, que não se assemelha a uma perna. Deste modo, sem o saber, ele criou o surrealismo”. A peça de Apollinaire é uma farsa grotesca que pretende conter uma mensagem política séria, pois advoga uma radical repopulação da França, dizimada pela primeira guerra mundial, e a emancipação das mulheres. Uma mulher chamada Teresa resolve entrar no mundo da política, das artes e de outras ocupações masculinas. Para isto quer se transformar em homem. A transformação é feita com uma operação que a liberta dos seios, que passam a flutuar no ar na forma de balões coloridos. Agora ela se chama Tirésias. Seu marido passa a desempenhar todas as funções femininas. Tirésias, no segundo ato, consegue produzir quarenta mil e quarenta e nove filhos pelo simples processo de desejá-los ardentemente. Tudo isto acontece em Zanzibar, em frente ao povo de Zanzibar, que é representado por um único ator que não diz uma palavra e fica sentado a uma mesa equipada com toda espécie de instrumentos adequados à produção de ruídos, sejam armas, tambores, chocalhos, painéis, caçarolas e coisas que podem ser quebradas ruidosamente. A peça é precedida por um prólogo onde o autor diz, textualmente: “O teatro não deve ser uma cópia da realidade; é um direito do dramaturgo utilizar-se de todas as miragens à sua disposição...”.

Os movimentos contra o realismo teatral não ocorria isolado. Era também da pintura e da poesia; o cubismo de Picasso, Braque e Matisse estava na moda. A luta para transcender a concepção da arte como mera

mimese, como imitação de aparências era conduzida numa frente ampla e o Teatro do Absurdo deve tanto às colagens de Picasso ou Juan Gris e à pintura de Klee quanto à obra de seus ancestrais literários.

Em Zurique, onde começou o movimento dadaísta, com Tristan Tzara, ou em Paris, a tribo dos que se colocavam contra a representação pura e simples da realidade estavam nos cabarés cometendo seus devaneios artísticos, por mais estranhos e temerários que fossem. Os dados da época mencionam leituras de poemas de Kandinski, canções de Wedekind com música de Debussy, leitura de trechos de *Ubu Rei*, e até mesmo a leitura de um poema chamado “Poema Simultâneo”. O que era isto? Huelsenbeck, Tzara e Janco, três dos mais atrevidos da tribo, declamavam simultaneamente três poemas diferentes, o que resultava num murmúrio indistinto e inarticulado que, segundo eles, “mostrava a luta da voz humana com um universo ameaçador, emaranhado e destruído, cujo ritmo e sequência de ruído é inelutável”. O teatro dadaísta não teve carreira prolongada, e seus delírios performáticos não foram aplaudidos nem conquistaram plateias. O próprio Tzara qualificava a sua peça *Le coeur à gas* como “a maior vigarice, em três atos, do século”.

Mais importante do que a maior parte da produção dramática do surrealismo, entretanto, foi a obra de alguns dos membros desse movimento e que foram dele expulsos ou o abandonaram de livre e espontânea vontade. Este é o caso de Antonin Artaud e de Roger Vitrac, o primeiro mais importante que o segundo. Mas, mesmo com Artaud, ator e diretor profissional, não foram suas peças teatrais que lhe deram significância: sua verdadeira importância para o Teatro do Absurdo reside em seus escritos teóricos e em suas experiências como diretor teatral. É difícil definir a personalidade de Artaud, se santo, se louco. Blasfemo, irreverente, cáustico, profeta, mas grande poeta surrealista, sua imaginação foi muito além de suas realizações e práticas teatrais. Sua visão de um teatro mítico, de beleza mágica, sem barreiras entre plateia e palco, no qual a interpretação dos atores deveria tender para o transe, ainda encanta diretores teatrais contemporâneos. Pelo menos no que diz respeito às suas teorias, Artaud aproximou-se positivamente do Teatro do Absurdo que viria a explodir na segunda metade do século XX.

A década de 40 do século passado trouxe à cena mais um antecessor do Teatro do Absurdo: Franz Kafka. É interessante notar que Kafka, embora se sentisse reconhecidamente atraído pelo teatro, só deixou de sua lavra teatral um pequeno fragmento dramático, uma única cena de uma peça inacabada denominada *O guarda da cripta*. Entretanto, não faltou quem visse na obra em prosa de Kafka, na natureza concreta de suas imagens, no seu mistério e na sua tensão, um excelente material dramático. Jean Louis Barrault e Andre Gide foram os primeiros que o perceberam e fizeram de imediato a adaptação teatral de *O processo*, que estreou em 10 de outubro de 1947 no Théâtre de Marigny, dirigida por Barrault. A peça foi colocada em cena pouco depois do término do pesadelo nazista da segunda guerra mundial, quando a plateia francesa estava ainda fortemente traumatizada pela arbitrariedade dos poderes que governam o mundo. No dizer de Esslin, “os medos particulares do autor tornaram-se carne e osso, transformaram-se no medo coletivo das nações; a visão do mundo como absurdo, arbitrário e irracional estava sobejamente comprovada como sendo avaliação perfeitamente realista”. *O processo* foi a primeira peça a representar plenamente o Teatro do Absurdo em sua forma contemporânea, aquela do fim da primeira metade do século XX, que marca justamente o aparecimento dos autores mais notáveis do gênero, como Beckett, Ionescu, Adámov e Jean Genet, pioneiros do gênero, mas que foram, por sua vez, os predecessores de Jean Tardieu, Boris Vian, Max Frisch e Günter Grass, entre outros. É justamente a partir de 1950 que o mundo passa a conhecer o teatro que Esslin, um dos mais famosos críticos teatrais ingleses, catalogaria como Teatro do Absurdo, estabelecendo suas premissas, suas estratégias, suas características e seus eventuais méritos.





A Missa de Requiem de Giuseppe Verdi

*Paulo Sérgio Malheiros dos Santos**

Nas comemorações do bicentenário de nascimento de Giuseppe Verdi, a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais (sob a regência e direção artística de seu maestro titular, Fabio Mechetti) recebe o Coral Lírico de Minas Gerais, o Coral Lírico do Theatro Municipal de São Paulo, os solistas Mariana Ortiz (soprano), Elise Quagliata (*mezzo*), Fernando Portari (tenor) e Denis Sedov (baixo), para a apresentação do majestoso *Requiem* do grande gênio italiano da ópera.

Nascido durante as conquistas napoleônicas, Verdi foi registrado como francês — Joseph Fortunin François — pois sua aldeia tornara-se então território da França. Alguns meses depois, soldados russos e austríacos, reocupando a Itália, perpetraram um massacre entre os habitantes do vilarejo de Le Roncole**. O pequeno Giuseppe só escapou da morte porque sua mãe escondeu-se com ele no campanário da igreja. A região foi integrada no ducado de Parma e atribuída a Maria Luísa da Áustria, segunda mulher de Napoleão.

* Pianista, doutor em Literaturas de Língua Portuguesa pela Puc-Minas, professor de História da Música e Música de Câmara da UEMG. Desde 2003, apresenta o programa semanal Recitais Brasileiros, pela Rádio Inconfidência de Minas Gerais.

** Pronúncia: RÓNCOLE (nota do revisor).

Filho de modesto estalajadeiro rural, Verdi é atualmente o mais representado dos compositores de ópera. Da pequena aldeia italiana até os palcos internacionais, sua vertiginosa trajetória acompanhou-se de uma constante e coerente evolução artística: o compositor manteve-se criativo e inovador até a velhice.

A música era uma paixão tradicional entre os camponeses do vale do rio Pó, com suas bandas, orquestras de igreja e os músicos andarilhos que percorriam as aldeias com seus instrumentos. Um violinista ambulante encantava particularmente Giuseppe, a ponto de convencer o estalajadeiro Carlo Verdi a deixar o filho estudar as primeiras notas (juntamente com as primeiras letras) na casa paroquial, sob a supervisão do reverendo Pietro Baistrocchi. Agradecido, Giuseppe participava das celebrações litúrgicas como acólito. Uma vez, foi escalado para ajudar a missa de um mal-humorado padre visitante. Fascinado com a música, absorvido a escutar o órgão, o menino se distraiu da cerimônia religiosa e o terrível sacerdote lhe deu um bofetão que o fez rolar escada abaixo. Caído ao pé do altar, o pequeno “coroinha” deixou escapar, em dialeto, uma maldição: “Raios te partam”. Poucos anos depois, um raio destruiu o santuário vizinho, presidido pelo violento sacerdote, carbonizando-o junto com mais cinco fiéis. Durante toda a vida, lembrando a tragédia, Verdi propagava, com macabro senso de humor, o poder de suas maldições. Mas reconhecia a susceptividade de seu caráter obstinado, taciturno e insociável que o levava a reagir violentamente perante a mais insignificante provocação.

Entretanto, as relações com o pároco e professor Baistrocchi eram amigáveis e musicalmente proveitosas. Aos nove anos, o menino Giuseppe já era o organista de Roncole. No ano seguinte, foi mandado para Busseto, cidade situada a alguns quilômetros de sua aldeia, para freqüentar o liceu local e os ensinamentos musicais de Ferdinando Provesi. Foram anos difíceis, pois, após a labuta semanal, passada entre aulas e exercícios, Giuseppe devia voltar todos os domingos a Roncole e desempenhar seus deveres de organista na primeira missa da manhã. A viagem era feita a pé, mesmo no intenso frio do inverno.

Aos dezoito anos, Verdi já havia escrito grande quantidade de marchas e pequenas peças para as bandas, a igreja e o teatro da cidade. Suas notáveis aptidões musicais impressionaram o presidente da Sociedade Filarmônica de Busseto. Esse abastado comerciante, Antonio Barezzi, seguiu com atenção o processo de maturação artística do rapaz. Acolheu o jovem músico em sua casa e decidiu custear-lhe a educação, enviando-o para Milão. Verdi casou-se com a filha de Barezzi e uma admirável amizade, sedimentada em mútua admiração, uniu sogro e genro por toda a vida.

Na grande cidade, Verdi freqüentava assiduamente os teatros de ópera. Tinha vinte anos e, como foi considerado velho demais para ingressar no Conservatório de Milão, escolheu ter aulas particulares com Vincenzo Lavigna (discípulo de Paisiello, operista italiano do séc. XVIII), que inevitavelmente o aproximou ainda mais do meio operístico.

Ao todo, Verdi escreveu 26 óperas, além de importante música religiosa, incluindo o *Requiem*, uma *Ave Maria*, *Quatro canções sacras*, o *Te Deum* e o *Stabat Mater*.

Seus primeiros títulos, *Oberto* e *Un giorno di regno*, são ainda bem convencionais; mas *Nabucco*, de 1842, mesmo sem romper radicalmente com o passado, atinge uma linguagem dramática muito pessoal que o compositor saberá desenvolver com sabedoria em uma seqüência de obras-primas.

Em 1839, a primeira ópera de Verdi, *Oberto*, obteve êxito promissor quando apresentada em Milão. Esse sucesso, porém, seria interrompido por uma série de tristes acontecimentos: em curto espaço de tempo, o compositor (que ainda não completara trinta anos) perdeu seus dois pequenos filhos (Virgínia e Icílio) e a jovem esposa, Margherita Barezzi. Deprimido e endividado, Verdi pensa em abandonar a carreira operística e voltar para sua aldeia.

Entretanto, com o apoio do sogro Barezzi e persuadido pela cantora Giuseppina Strepponi (que, a partir de 1847, seria sua companheira pelos próximos cinquenta anos), o músico aceita escrever *Nabucco*, em 1842. A nova ópera, cujo argumento relata os sofrimentos de um povo oprimido e exilado, atraiu a simpatia dos compatriotas italianos, tornando-se o

maior sucesso da história do teatro La Scala. O espanto com a novidade da música era geral e todos, cantores, coro e orquestra mostravam um entusiasmo extraordinário. Fora de cena, operários, pintores, iluminadores e maquinistas, empolgados com o que ouviam, deixavam seus trabalhos para assistir aos ensaios. Na estréia, o entusiasmo chegou ao delírio no final do *Va, pensiero*, quando todo o teatro se levantou para aplausos intermináveis que, contrariando as disposições vigentes, impuseram um bis, finalmente concedido. Em breve, os coros de *Nabucco* eram cantados pelas ruas de Milão com a conotação de hinos patrióticos.

Desde então, a música de Verdi, apesar de constantes transformações estilísticas, manterá traços vigorosos e personalíssimos que o caracterizarão como músico de seu povo e de seu tempo, sempre associado a lembranças orgulhosas da vida nacional. A Itália do *Risorgimento* (movimento de luta pela independência e unificação do país no período pós-napoleônico) elegeu-o artista símbolo de seus ideais, aquele cuja estética correspondia às suas mais profundas aspirações. O povo rebelava-se contra a reocupação austríaca de seu território, e aproveitando habilmente as letras que formavam o nome do compositor, escrevia nos muros das cidades o dístico *Viva Verdi*, código que todos decifravam como *Viva Vittorio Emanuele Re D'Italia*.

Nas óperas de Verdi, a voz de barítono desempenha um papel importante e diferencia-se grandemente da tipologia vocal usada por seus antecessores italianos, como Bellini ou Donizetti. Até então, esta voz não estava bem fixada e muitas vezes se definia como a voz de um baixo-cantante, em oposição ao baixo-profundo. O primeiro compositor que privilegiou a voz de barítono foi Mozart, com o exemplo magnífico do *Don Giovanni*. Verdi seguiu as duas mudanças significativas introduzidas pelo gênio de Salzburgo: transportou o barítono para tessituras muito altas, para exprimir heroísmo, lirismo, violência, paixão e outros sentimentos fortes, e destinou-lhe personagens psicologicamente ricos em contrastes emotivos, complexos e profundos. Verdi avaliava que a voz do barítono (por ser a mais próxima da emissão natural) conferiria ao personagem um carisma profundamente realista e humano.

Na década de 1850, com o sucesso da trilogia formada pelas óperas *Rigoletto*, *Il Trovatore* e *La Traviata*, a fama de Verdi ultrapassa as fronteiras italianas. O compositor recebe a encomenda de *As vésperas sicilianas* pela Ópera de Paris. Mais tarde, ele escreveria *A força do destino* para a Ópera de São Petersburgo e *Aída* para as festas da inauguração do canal de Suez. O convite de compor para a Ópera de Paris significou para Verdi mais um desafio e oportunidade de renovação. Composta em francês sobre um libreto de Eugène Scribe e Charles Duveyrier, *As vésperas sicilianas* é uma obra tipicamente francesa (mesmo quando executada em sua tradução italiana). O compositor deveria, portanto, submeter-se às exigências habituais do gênero: cinco atos, dois bailados, nova concepção de instrumentação e um enredo que valorizasse mais as situações dramáticas que os personagens. Do alto da fama, Verdi entrava corajosamente em nova fase experimental e o resultado, após um ano de trabalho exaustivo, enriqueceu ainda mais sua notável bagagem artística.

A gênese da *Messa da Requiem* de Verdi associa-se a outros dois artistas emblemáticos do nacionalismo italiano — o compositor Gioacchino Rossini e o escritor Alessandro Manzoni. Quando Rossini morreu, em 1868, Verdi sugeriu que doze músicos o homenageassem escrevendo um *requiem*. O projeto foi abandonado pelo comitê organizador mas Verdi trabalhou a seção que lhe tinha sido reservada, o *Libera me* conclusivo. Cinco anos depois, morria o escritor, poeta e humanista Alessandro Manzoni, devotado à causa da independência, autor de romances extremamente populares, com ambientação patriótica, valores cristãos e personagens das classes proletárias. Verdi o admirava particularmente; não encontrou forças para assistir às exéquias, mas assumiu como um ato cívico a tarefa de finalizar o antigo *requiem* — desta vez sozinho e agora em honra ao criador de *Os noivos*. No mês seguinte viajou para Paris, onde começou a trabalhar na obra, sedimentando a idéia de elaborá-la nas proporções das importantes realizações do gênero no século XIX, como o *Deutsches Requiem* de Brahms e o do francês Berlioz. A *Messa da Requiem* de Verdi foi executada pela primeira vez na igreja de São Marcos, em Milão, regida pelo próprio compositor, no dia do aniversário da morte de Manzoni.

fuga, introduzida pelos trompetes que anunciam “Aquele que vem em nome do Senhor”.

As duas vozes femininas iniciam o angelical *Agnus Dei*. Essa seção, em Dó maior, reinstaura o clima de piedoso recolhimento que se torna um pouco sombrio quando se inicia a segunda estrofe (na repetição da palavra *Agnus*), com o contraste da tonalidade menor.

Lux aeternae requer a participação da *mezzo-soprano*, do tenor e do baixo. Possui instigante incerteza tonal e uma orquestração provocativamente sóbria e econômica.

No *Libera me* a soprano canta o pedido de libertação da morte eterna. Há uma citação da força terrível do *Dies irae* e uma lembrança sussurrada das palavras do *Introito*. Uma monumental fuga coral conclui a obra.

Após o *Réquiem*, o compositor, famoso e cansado, retira-se para a calma de sua chácara em Santa Ágata. Parecia o fim de uma carreira gloriosa. Mas, após uma década de silêncio, Verdi surpreende o mundo musical com suas duas últimas óperas, ambas baseadas em Shakespeare: uma tragédia, *Otello* (1887) e uma ópera cômica, *Falstaff* (1893). Nelas, o compositor octogenário abandona os procedimentos consagrados de suas óperas anteriores e evolui para um estilo corajosamente inovador. São obras-primas de um velho sábio. Quando morreu, em janeiro de 1901, Verdi deixou seus bens para uma casa de amparo aos músicos pobres, em Milão.

Bibliografia:

Franco Abbiati. *Giuseppe Verdi*. Milano: Ricordi, 1959

Marcílio Sabba. *Vida de Verdi*. Tradução de Antônio Teles de Vasconcelos. São Paulo: Atena Editora, 1959



Genesco Murta

*Carlos Perktold**

Genesco Murta é nome de sala de exposições da Fundação Clóvis Salgado e de rua no bairro Tupi, ambas em Belo Horizonte. Todavia, poucos mineiros sabem quem foi este magistral mineiro pintor. Se procurarmos alguma bibliografia sobre esse artista, caricaturista e emérito desenhista, com passagens no início do século XX pela Europa, encontraremos apenas um belo livro editado pelo Instituto Cultural BDMG, de autoria de Ivone Luiza Vieira, com apresentação do jornalista Mauro Santayana, e editado por ocasião de sua exposição póstuma, realizada naquele Banco em 2000.

Genesco é muito mais do que nome de rua ou sala. Suas belas pinturas de paisagens de cores criadas por ele, sempre atento àquelas complementares e ao corte de ouro nas composições, foram executadas com estilo próprio mas influenciado pelo impressionismo, sugerindo com poucas pinceladas a figura humana descendo uma escadaria ouro-pretana e a sombra daquela com cores levemente escurecidas. Por causa do seu talento, criatividade e mais o que se via nas telas, foi premiado pelo governo de Minas Gerais por duas vezes com viagens a Paris e Munique.

* Crítico de arte, é integrante da Associação Brasileira e da Associação Internacional dos Críticos de Arte (ABCA – ASCA).

Seu nome era consagrado em Belo Horizonte desde os anos 1920 até 1966, quando morreu aos 82 anos. Esquecido ou pouco lembrado, Genesco é mais um exemplo de injustiças que o nosso país faz com muitos de seus filhos ilustres. Suas obras são disputadas por alguns colecionadores quando aparecem com raridade em leilões de arte.

Durante sua temporada em Paris, Genesco conheceu e se tornou amigo e colega de pensão de Amedeo Modigliani, um jovem artista ainda desconhecido e desvalorizado. Genesco e o saudoso pintor Herculano Campos (1912-1996) mantiveram amizade durante décadas. Este último garantiu-me que Genesco lhe relatou certa vez que voltou da viagem a Paris com nada menos de nove monumentais e então desvalorizados óleos de Modigliani. Eram figuras humanas com pescoços alongados, característica ímpar de sua pintura, além de nus femininos que fariam a felicidade intelectual e financeira de qualquer parente ou colecionador. Solteiro por toda a vida, Genesco morava com sua irmã. Os referidos quadros ficavam pendurados nas paredes da sala de visitas e eram um tormento para ela que frequentemente devia dar explicações sobre nus femininos expostos tão descaradamente em uma Belo Horizonte pudica, provinciana e cheia de preconceitos. Se pouquíssimos interessados conheciam Amedeo Modigliani em Paris naqueles anos, imagine o leitor o quanto ele era desconhecido em Belo Horizonte. Se nos emoldurarmos nos anos 1915 da capital mineira, era compreensível o constrangimento da irmã. O mundo, a moral, a ética e o catolicismo eram outros, a cidade era uma adolescente cheia de necessidades e a arte sempre faz parte do desejo, ainda longe de ser alcançado pelos habitantes da nova capital.

O pior estava por vir. Em certa temporada que Genesco Murta passou em Ouro Preto, ocorreu uma tragédia de que só o tempo confirmaria a dimensão. A irmã, cansada de explicar às visitas sobre um desconhecido pintor, amigo de seu irmão, simplificou sua vida social ateando fogo nas nove telas.

Foi a fogueira de arte mais cara do Brasil até o momento. Genesco Murta, em Paris, havia compreendido a obra e a importância de Modigliani muito antes de *marchands* ou colecionadores.

Todos aqueles que conheceram Genesco pessoalmente garantem que ele sempre foi taciturno, de poucas palavras, solitário e não vacilava em cortar as relações pessoais de quem o incomodava. Até pouco antes de sua morte por atropelamento, no Natal de 1966, andava pela rua da Bahia, em Belo Horizonte, com o mesmo ar taciturno e solitário do início da cidade e quase ninguém o reconhecia como o grande artista, brilhante paisagista e exímio retratista.

Segundo José Calazans Neto, autor de texto sobre seus trabalhos publicado no *Dicionário das Artes Plásticas do Brasil*, de Roberto Pontual (1969): *a arte o tornou solitário. O próprio sentimento das coisas, as cores cinza que encheram desde cedo os painéis de sua alma e uma rude incapacidade de aceitar o mundo – tudo isso e mais os venenos do cotidiano compuseram um marginal, às vezes manso como um ingênuo caipira e comumente áspero como um leão frustrado*. A descrição dá, por certo, uma pequena biografia de seu jeito de ver o mundo, as pessoas e o pouco que esperava de ambos. Apesar da aspereza, amava o ser humano; prova disso são as dezenas de brilhantes retratos deixados para a posteridade que transmitem a alma de cada retratado.

Mas é possível que depois do episódio causado pela irmã, ele tenha se sentido mais decepcionado com o mundo e se tornado ainda mais distante de todos. Para quem é artista ou colecionador, dispor de uma bela obra de arte por necessidade é um suplício, imagine perder nove maravilhas pela insensatez de alguém que, desconhecendo seus mistérios e fascínios, as incendia. Qualquer ser humano sensível e apaixonado pela pintura e arte jamais se recuperaria.

Genesco será sempre um pintor de marinhas de exuberantes verdes e amarelos, de azul-genesco, de paisagens impressionistas ou pontilhistas, como bem notou o artista e crítico Márcio Sampaio, consciente de seu talento ao pintar retratos, paisagens ou marinhas, não suportava a modernidade abstracionista e não se acanhava de dizê-lo. Amava tudo da Escola de Paris, de seus amigos de Montmartre e Montparnasse, incluindo Picasso, a quem respeitava pelo seu talento no desenho.

Genesco Lages Murta nasceu em Minas Novas (MG) (1885-1966) e se mudou para Belo Horizonte com 25 anos de idade e muito talento. Seu

reconhecimento foi imediato por vários motivos. Primeiro, ele já havia passado uma temporada em Paris, convivendo com os artistas da Escola que leva o nome da cidade, além de já saber tudo sobre pintura e desenho.

Antes da Primeira Grande Guerra, em 1912, recebeu do governo estadual um prêmio de pensão para voltar e estudar ainda mais na Cidade Luz. O jornalista Mauro Santayana relata que em Paris ele aprendeu pouco, porque já se considerava “um desenhista que pintava com as cores”, citação que o faz consciente da importância das linhas no desenho e das cores na pintura. Naquela sua primeira viagem frequentou a *Académie de la Grande Chaumière* e a *Académie Colarossi*, tendo como professores Charles Guérin (1875-1939), aluno de Gustave Moreau, e Bernard Naudim (1876-1946). Este último foi excelente pintor, sempre preocupado com a justiça social, mas, em 1903, desiste da pintura para se dedicar às gravuras, em especial àquelas em madeira e em metal. Dele, Genesco aprimorou sua habilidade no desenho com estilete gravando no metal, técnica na qual Naudim era um mestre. Quando voltou dessa viagem em 1915, montou um ateliê e escola noturna de desenho, escultura e, junto com o fotógrafo Luis de Soto, gravuras em Belo Horizonte.

Sua trajetória de exposições em Belo Horizonte se iniciou em 1917, com uma individual em local ainda não identificado nos seus dados biográficos. Em 1921, seguiu-se outra, no ateliê do fotógrafo e também pintor Osório Belém; em 1925, uma individual no Clube Belo Horizonte, hoje prédio abrigando o Museu Inimá de Paula; em 1940 expôs individualmente em São Paulo e, no ano seguinte, em Belo Horizonte na redação da *Folha de Minas*, sua última exposição em vida e que contou com sua rara presença.

Faleceu em Belo Horizonte, no ano de 1996. Seis anos após sua morte, ocorreu nova exposição na Reitoria da UFMG. Depois disso, somente em 2000 o braço cultural do BDMG ressuscitou-o artisticamente fazendo uma retrospectiva com edição de livro com capa dura, texto de Ivone Vieira, e uma quantidade de reproduções que não deixam dúvidas do seu talento e brilhantismo.

Eutanásia

*Ubirajara Batista Franco**

O Dr. Silvério, que dormia num dos cômodos do consultório médico, despertou sobressaltado com as fortes batidas na janela de seu quarto.

Era um cavaleiro de chapéu de abas largas que, destro, trazia outro animal arreado. As pancadas em sua janela, certamente, foram dadas com o cabo do chicote pendurado na cabeça do arreio do cavalo, porque o homem nem sequer havia desmontado.

– O Coroné Honorato mandou buscá o Doutô pra mode olhá a sua neta que está passando mal desdonte e num tem jeito de despachá – vociferou o cavaleiro.

O Dr. Silvério, médico ainda novo, beirando os seus 28 a 30 janeiros, e que havia mudado para a pequena cidade de Santo Antônio do Monte, a fim de iniciar a sua carreira, mal percebeu o desenrolar daquela novela que modificaria a sua vida.

– O senhor espere um pouco, que vou colocar alguns medicamentos e ferramentas na minha valise.

– Bão, mas vigia se num delata, que o Coroné tem pressa!

– O lugar é longe? – perguntou o médico, já montando no cavalo.

– A fazenda do Coroné fica retirada, mais ou menos, duas horas daqui, tocando bem – respondeu o homem de pouca prosa.

* Escritor, tem seis livros publicados. Foi advogado do Banco do Brasil. Reside em Uberaba.

Já deixando a cidade, ganharam uma estradinha que serpenteava chapadão além, ladeada pelo riacho Lambaris, encachoeirado um pouco mais na frente e que vinha amenizar o calorão daquela noite abafada de lua crescente.

O silêncio, quebrado pelo tropel dos cavalos, de vez em vez, era invadido pelos estalos dos galhos secos que suportavam a soalheira daqueles dias do mês de agosto, ou pelo agudo assobio de algum curiango e, mais adiante, pelo agoureiro piar de uma coruja.

Depois de cansativa marcha chapadão afora, formado por longas clareiras e, acolá, ensombradas brenhas a que a palidez da lua emprestava um ar um tanto assustador, eis que, de repente, bateu leve brisa, gostosa...

Ao vingar a ladeira do picadão encascalhado que marcava o começo de rica vegetação, o capim aflorando na terra roxa, sombreado por algumas árvores, o médico divisou, já perto do curral, bem em frente ao casarão, encostado no mourão da porteira, o homem de botas e chapéu preto. O camarada, abaixando a voz, disse-lhe que aquele era o Coroné Honorato.

– Boa noite, Coronel. Eu sou o doutor Silvério, que o senhor mandou chamar...

– Noite – respondeu secamente o Coronel, homem parrudo e que lavrava pelos seus 55... 60 anos. – Estava mesmo te esperando...

Assim que o camarada abriu a porteira, o homem caminhou curral adentro, rumo ao casarão, seguido pelo médico. Recendia no ar um cheiro de estrume de gado, misturado com capim gordura.

– O quarto da minha neta é este. O senhor entra.

Já no quarto da parturiente, moça nova e que gemia de dor, o médico solicitou às mulheres que ali estavam que saíssem. A parteira, soletrando o Doutor de cima a baixo, saiu persignando-se.

O médico pediu três bacias com água morna e fervida e toalhas bem limpas para iniciar o seu trabalho.

Sem querer, veio-lhe à lembrança seu velho professor de ginecologia, defensor veemente da eutanásia: – Parto, meus filhos, é coisa de Deus que criou outra vida. Nós somos apenas seu intermediário.

Decorrido algum tempo, já às seis horas da manhã, enxugando o suor que descia pelo rosto, olhos ardendo pela fraca luz do lampião, o médico

assustou-se com o vozeirão do Coronel que, perto da porta do quarto, queria saber a razão de tanta demora.

O tempo arrastava-se num nervosismo incontrolável. A palidez da moça, que perdia sangue, já era visível. A custo o médico conseguiu estancar a hemorragia, num desses milagres da medicina.

Mas, quando tudo parecia perdido, com a parturiente já quase sem forças, a criança começou a nascer.

Seus primeiros vagidos ocasionaram verdadeira agitação nas pessoas que, do lado de fora, esperavam ansiosas. Todos estavam alegres. Todos, menos um: era o Doutor que, indeciso, lutava com os seus pensamentos. Na faculdade sempre defendera a eutanásia para evitar maiores sofrimentos ao paciente. Era uma questão polêmica, mas todos conheciam o seu jeito pragmático e realista.

Agora, ali sozinho naquele quarto, a sua teoria estava na iminência de ser posta em prática. É que o recém-nascido nascera sem a perninha direita.

Quanto sofrimento, quantas frustrações e complexos aquela inocente criatura iria enfrentar neste mundo cruel. Até podia escutar as vozes de outros garotos gritando:

– PERNETA!... Ô PERNETA!

E o Dr. Silvério, cada vez mais indeciso, lutando entre os seus princípios acadêmicos e o seu grande coração, suava frio e, já perplexo, chegou a atarantar-se.

Ninguém ficaria sabendo. Não deixaria que o recém nascido sentisse a menor dor, até porque os seus neurônios eram ainda incipientes...

Já estava para apagar aquela pequena chama de vida, quando se assustou com as batidas na porta. Era o Coronel, impaciente para ver o seu primeiro neto. Suando frio, despertou-se daquele horrível pesadelo. Pensou também na possibilidade de ser até assassinado pelo Coronel, se lhe dissesse que a criança nascera morta.

Esquecendo-se de seus princípios acadêmicos, deixou que falasse mais alto a voz de seu coração. Terminado o parto normal, pediu que a parteira cuidasse do resto.

Passaram muitos anos. O Dr. Silvério, já bem idoso, certo dia sofreu um acidente de carro e teve a sua perna direita seriamente machucada. Trouxeram um cirurgião, que o operou com grande sucesso.

No dia seguinte, o Dr. Silvério notou que o cirurgião usava uma perna mecânica. Como foi que isso lhe aconteceu?

E o seu colega, olhar distante, espaçando as tragadas do cigarro, a voz um tanto emocionada:

– A minha mãe teve um parto muito difícil. Meu pai havia falecido e ela morava com o meu avô, o Coronel, como era conhecido, homem poderoso e destemido. Moravam numa fazenda perto daqui. O médico que a atendeu, moço formado havia pouco, mas muito competente, chegou à fazenda a cavalo. Sim, colega, a cavalo! Chegou na companhia de um capataz do Coronel...



Trajectoria

*Yeda Prates Bernis**

Manhã:

Viceja a primavera
em pólen de inocência.

Meio dia:

o equinócio do amor se espraia
no desvão da esperança.

Tarde:

Nuvens esfumam os campos
de claridades e sonhos.

Noite:

Lua minguante alumia
a espera da viagem.

* Poetisa, com vários livros publicados. Da Academia Mineira de Letras (cadeira n° 6).

Língua Portuguesa

*Aluízio Alberto da Cruz Quintão**

(Alexandrinamente, revisitando Bilac
– “Última flor do Lácio, inculta e bela...”)

Dileta filha do Latim, meiga e singela
flor, paradoxalmente feita mista e pura,
exalas a sonoridade e a formosura
que a forma culta de outras falas não revela!

Louvor perene a tão excelsa criatura,
das filhas neolatinas todas a mais bela;
que foi farol, foi lira e inspiração, tutela
de toda a expansão da lusíada cultura!

Esplendorosa Língua que à beleza soma
o rico porte, a graça, o engenho e o fino encargo
de ser e se manter grandioso e amado idioma!

Graças ao povo, da Lusofonia filho,
és ampla e destinada, sem qualquer embargo,
a sempre iluminar o Mundo com teu brilho!

* Desembargador aposentado, advogado, professor, jornalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais.

Dois poemas

Maria Lúcia Mendes*

PINCEL

Lilás não é cor, é disfarce,
Preguiça de anoitecer.

CREPÚSCULO

Cinco horas da tarde,
O jantar pronto:
Feijão com farinha, macarrão goela de pato
Pimenta malagueta pra assanhar
Comemos em silêncio sob a luz morteira
Só o barulho da colher rapando o prato
Meu pai repete a comida, chega mais perto do rádio:
“Trem doido de bonito em *Saudade do Matão*”.
Os olhos dele acendem de alegria
A cozinha parece que clareia.
Lá fora, as sombras desfiam
E se deságuam lentas,
Num rio seco que atravessa em mim.

* Escritora, reside em Itaúna (MG).

Alguém

*Petrônio Souza Gonçalves**

Quem soltou a borboleta azul na tarde triste?
Quem soprou o vento que balançou os pinheirais?
Quem plantou o trigo e dourou os trigais?
Quem? Quem?
Ninguém responde.
Só ouço o eco, ao longe: Amém, amém, amém...

* Jornalista, escritor, da assessoria do diretor geral da Imprensa Oficial.

Flores baldias

*Gérson Cunha**

De quando as tenho por caminho afora?
Certamente dos tempos provincianos;
E depois de passados tantos anos,
são rebrilhos de minha antiga aurora.

Apesar de nascidas a desora,
Para mim, são estrelas dos silvanos,
Mereciam, pois, versos parnasianos;
E minha inspiração se foi embora...

Nos recantos, porem, inda as revejo,
Como fossem antigas namoradas,
E me rendo ao enlevo benfazejo.

E que não sejam rosas de Afrodite,
Nem, por aí, as flores mais amadas:
são troféus dos meus idos – acredite!

* Professor, escritor, tem vários livros publicados. Reside em Belo Horizonte.

Minha Donzelinha

(Pedro Sérgio Lozar) *

(A uma mamãe, que assim lhe chamava, e sua filhinha)

Minha donzelinha, então já despertaste?
Nem te levantaste, estás na cama ainda!
Vamos, preguiçosa, que manhã tão linda
Não espera, passa e não volta mais.
Olha que há muito já que o padeiro
E o marceneiro lidam na labuta,
Na oficina a forja arde resoluta
E é dia alto para os animais.

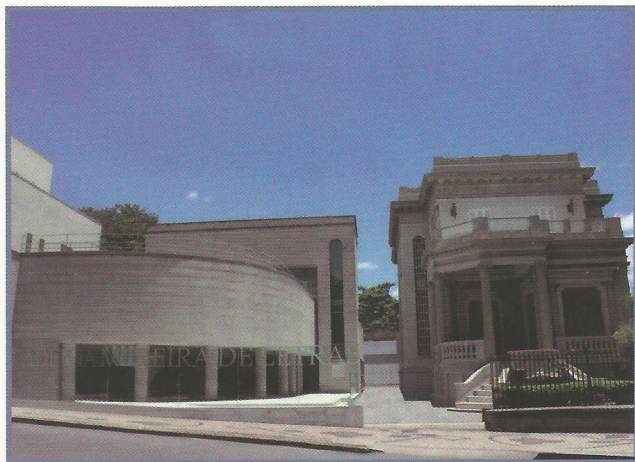
Se tens hoje escola, arruma-te bonita,
Põe aquela fita nos cabelos ternos,
Pega com cuidado livros e cadernos
E com os colegas vai, a traquinar.
E se por acaso, minha donzelinha,
A professorinha a atenção te chama
Ouve com acato, pois ela te ama
E é sua faina a de te ensinar.

* Tradutor, revisor.

Mas como o teu dia traz também deleites,
Que o aproveites em lazer sadio,
Vai brincar de bola, roda ou corrupio
Nina a boneca, toca violão.
E quando depois a tarde escurece
E desaparece a luz que o mundo tinha,
Ela não se apaga, minha donzelinha,
A luz continua no teu coração.

Minha donzelinha, já é noite agora;
Quem corre lá fora é só o alegre vento.
Adormece, filha, que eu te acalento
Como quando eras de alguns palmos só.
Mas, se tu quiseres, ponho-te ao regaço,
Sem nenhum cansaço hei de embalar-te tanto,
Que, quando à voz já não vier o canto,
Conto-te uma história linda da vovó.

E que bom que existe a milagrosa noite!
Pois é imensa a noite, tem estrelas, canta...
Faz sonhar a minha donzelinha santa
E, quando se acaba, nasce um novo sol.
Dorme então serena e feliz, querida.
Tua pequena vida outra vez começa
Quando a manhã, para te ver, se apressa,
Vem a nova aurora e vem novo arrebol.



REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 91^o
Volume LXVI
julho, agosto, setembro
2013

